



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

KHALIL SANTOS FARRAN

**TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NA BAHIA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DO ASSENTAMENTO DOIS RIACHÕES
(MOVIMENTO CETA) E DA REDE DE AGROECOLOGIA POVOS DA
MATA (2015-2018)**

SALVADOR

2019

KHALIL SANTOS FARRAN

**TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NA BAHIA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DO ASSENTAMENTO DOIS RIACHÕES
(MOVIMENTO CETA) E DA REDE DE AGROECOLOGIA POVOS DA
MATA (2015-2018)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Dr^a Noeli Pertile
Co-orientador: Dr. Gustavo Prieto

SALVADOR

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SANTOS FARRAN, KHALIL

A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NA BAHIA: UMA
ANÁLISE A PARTIR DO ASSENTAMENTO DOIS RIACHÕES
(MOVIMENTO CETA) E DA REDE DE AGROECOLOGIA POVOS DA
MATA (2015 - 2018) / KHALIL SANTOS FARRAN. --
SALVADOR, 2019.

183 f. : il

Orientador: NOELI PERTILE.

Coorientador: GUSTAVO FRANCISCO TEIXEIRA PRIETO.

Dissertação (Mestrado - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA) -- Universidade Federal da Bahia,
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, 2019.

1. QUESTÃO AGRÁRIA. 2. GEOGRAFIA AGRÁRIA. 3.
CAMPEPINATO. 4. TERRITÓRIO. 5. AGROECOLOGIA . I.
PERTILE, NOELI. II. FRANCISCO TEIXEIRA PRIETO,
GUSTAVO. III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

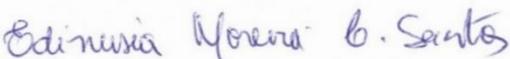
A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NA BAHIA: uma análise a partir do Assentamento Dois Riachões (Movimento CETA) e da Rede de Agroecologia Povos da Mata (2015-2018)

KHALIL SANTOS FARRAN

BANCA EXAMINADORA


Profa. Dra. Noeli Pertile (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFBA), Brasil


Prof. Dr. Tiago Rodrigues Santos
Centro de Formação de Professores (UFRB), Brasil


Profa. Dra. Edinúzia Moreira Carneiro Santos
Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e da Graduação em Geografia (UEFS), Brasil

Aprovada em Sessão Pública de 19 de junho de 2019

A

Dudu, Javi, Aíra, Larinha, Gabriel, às duas Clarinhas, Rosa, Ester, Ernesto, Chico, Ana Terra, e tantas outras, por manterem firme a minha utopia por um mundo cheio de alegrias.

AGRADECIMENTOS

Mano Brown, na música “Diário de Um Detento” do álbum “Sobrevivendo no Inferno” de Racionais MC’s, versa assim: “minha palavra de honra me protege”. Acredito que esta citada referência diz muito sobre os meus méritos nesse trabalho, o de ter conseguido em minha vida reunir pessoas tão maravilhosas, fazendo com que elas abrissem as portas para a minha trajetória por nutrir confiança. Eu preciso ser grato a essas pessoas.

Agradeço, primeiramente, aos Senhores e Senhoras responsáveis pelas portas do meu caminho. Às Senhoras e Senhores responsáveis por me conduzirem neste caminho. Às Senhoras e Senhores responsáveis pela minha prosperidade. Às Senhoras e Senhores responsáveis por conduzirem a evolução de minha sabedoria e conhecimento. À Senhora guardiã dos segredos da minha ancestralidade. Ao Senhor guia das minhas caçadas. E, à Senhora mãe da minha cabeça pela oportunidade de fazer este trabalho.

Agradeço a minha mãe Ana Christina e ao meu pai Carlos Alfredo pela, também, oportunidade de estar aqui, mas, principalmente, por terem me ensinado a entrar e sair bem de muitos lugares que precisamos percorrer em nossa jornada.

Agradeço às minhas irmãs Adriana e Daniela, e aos meus irmãos Alberto e Javier, por desde criança me ensinarem a conviver com as diferenças.

Agradeço ao meu pai Paulo Gonçalves, por muitas coisas, mas principalmente pelo amor e cuidado que tem tido por mim nestes últimos cinco anos desta rica convivência. Agradeço-lhe, também, pela oportunidade de trabalho e confiança depositado em mim.

Aproveito aqui para agradecer ao Santuário Vida pela oportunidade de aprendizagem essencialmente racional.

Agradeço a Anaíra Lôbo, amada companheira, por ter sido o meu sustento em muitos sentidos como financeiro, afetuoso, psicológico, enfim, sou muito grato a você, meu amor. Agradeço-te, também, por ter lido esta dissertação muito mais do que eu.

Agradeço a minha amada filha, por nunca deixar apagar em mim a alegria e a incessante necessidade de me reinventar em movimento. Te amo muito Aíra de minha vida.

Ao companheiro Rafael Rodrigues, preciso expressar meu especial agradecimento. Sem você, meu mano, esse trabalho não aconteceria assim. Que a crítica jamais deixe de alimentar nossa utopia.

À professora Noeli Pertile, minha orientadora, por uma orientação de excelência. Mas, gostaria de agradecer a ela por dois motivos especiais: o primeiro, por ter me dado a oportunidade quando estive buscando trabalho. É um momento difícil para oportunidades; e, segundo, por não ter desistido de mim no momento, acredito eu, mais difícil de sua vida. Meus sinceros agradecimentos, você foi capaz de me ensinar de diversas formas.

A Gustavo Prieto, meu coorientador, sou muito grato por ter entrado em minha vida como um furacão, ter causado a confusão que causou, e, por fim, ter me orientado.

Agradeço aos companheiros Diego 'LOPS' Silva e Fidel Marx, por me atentarem de que a questão do marxismo não passa apenas por distintas leituras sobre ele, mas, isso sim, pela falta de leituras distintas.

Agradeço ao NEPPA pela oportunidade de conhecer que existem outras possibilidades para a ciência além da apresentada pelo pensamento hegemônico das Universidades nos dias de hoje.

Caio Bandeira, meu mano, não sei o que seria de mim sem nossas longas conversas, te agradeço por tudo que fez.

Querido Ilo Cesar, te agradeço muito pela paciência e cuidado na elaboração dos mapas e na organização deste trabalho.

Agradeço às companheiras e companheiros da Rede de Agroecologia Povos da Mata pela disposição com este trabalho. De forma especial para Fabíola, Paula, Tiago e Gustavo.

Sou por demais agradecido às companheiras e aos companheiros do Assentamento Dois Riachões do Movimento CETA. Mara, Tereza, Rubens, Luciano, Neto, Biscó, Marcelo, e tantas outras e outros que me deram atenção todos os momentos que

precisei. É necessário revelar que foram muitos, sem dia, nem horário marcado para tal. Esse trabalho é nosso.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de mestrado que, sem sombra de dúvida, foi determinante para a realização desta pesquisa. Lutemos para que tenhamos muito mais bolsas como essas, ao invés de tirá-las como vem acontecendo no governo do presidente eleito Jair Bolsonaro. E, que a profissão de pesquisador/a bolsista possa adquirir direitos trabalhistas.

Obviamente que, ao citar nomes, nossa memória é traiçoeira, mas quero agradecer a todas as pessoas que contribuíram de uma forma ou de outra com este trabalho.

Quanto mais eu ando,
Mais vejo estrada
E se eu não caminho,
Não sou é nada.
Se tenho a poeira
Como companheira,
Faço da poeira
O meu camarada.

O dono quer ver
A terra plantada.
Diz de mim que vou
Pela grande estrada:
“Deixem-no morrer,
Não lhe dêem água,
Que ele é preguiçoso
E não planta nada.”

Eu que plantei tudo
E não tenho nada,
Ouço tudo e calo,
Na caminhada.
Deixem que ele diga,
Que sou preguiçoso,
Mas não planto em tempo
Que é de queimada.
Deixem que ele diga,
Que sou preguiçoso,
Mas não planto em tempo
Que é de queimada.

(Geraldo Vandré)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi estudar a territorialização da agroecologia na Bahia, a partir da experiência de transição agroecológica desenvolvida pelo Assentamento Dois Riachões do Movimento CETA e a estratégia de recriação camponesa com a Rede de Agroecologia Povos da Mata. Partimos do pressuposto teórico de que a Questão Agrária no capitalismo é assentada no desenvolvimento desigual, combinado e contraditório. Organizada em três capítulos, o estudo buscou elementos que se somam à justificativa de que a agroecologia é um processo de construção classista, desenvolvido pelos modos de vida como dos camponeses e de tantos outros, frente aos problemas gerados pela territorialização do capitalismo no campo, em especial, das grandes corporações de agroquímicos. Investigamos a capacidade de resistência/recriação da classe camponesa a partir do desenvolvimento de estratégias políticas e econômicas, ante as adversidades impostas pela monopolização do território camponês pelo capital. Este é o caso do Assentamento Dois Riachões e sua busca por autonomia com a criação da Rede de Agroecologia Povos da Mata.

Palavras-Chave: campesinato, resistência/recriação camponesa, terra e território, territorialização, agroecologia.

ABSTRACT

The aim of this research was studying the territorialization of agroecology in the state of Bahia, based on the agroecological transition experience developed by CETA Movement's Dois Riachões Settlement and the strategy of recreating peasant culture among the Povos da Mata Agroecological Network. We started from the theoretical assumption that the Agrarian Question in capitalism is based on the uneven, combined and contradictory development. Organized in three chapters, the study searched for elements that add to the justification that agroecology is a class-building process, developed by the lifestyle of peasants and many others, facing the problems generated by the territorialization of capitalism in the countryside, especially agrochemical corporations. We investigated the capacity of resistance/reestablishment of the peasantry class from the development of political and economical strategies, in face of the adversities imposed by the monopolization of peasant territory by capital. This is the case of the Two Riachões Settlement and its quest for autonomy with the creation of the Povos da Mata Agroecology Network

Keywords: peasantry, peasant resistance/reestablishment, land and territory, territorialization, agroecology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cascas de cacau para compostagem.	124
Figura 2 - Diversidade de culturas nos lotes.	127
Figura 3 - Produção agroecológica e sustentável (PAIS).	128
Figura 4 – Variedades de cultivo no PAIS.	129
Figura 5 – Variedades de cultivo no PAIS.	129
Figura 6 - Mudanças de hortaliças.	130
Figura 7 - Mudanças de Cacau, Cupuaçu e Café.	130
Figura 8 - Barraca para secagem de Cacau – Assentamento Dois Riachões.	144
Figura 9 - Cocho para a fermentação do cacau de qualidade.	145
Figura 10 - Estufa Solar Para Cacau De Qualidade (externa).	145
Figura 11 - Estufa Solar Para Cacau De Qualidade (interna).	145
Figura 12 - Organizando os produtos para a Feira Agroecológica de Itabuna - BA, 2019.	162
Figura 13 - Feira/Estação Agroecológica de Itabuna - BA, 2019.	162

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Assentamento Dois Riachões e a Rede de Agroecologia Povos da Mata – Bahia, 2018	25
Mapa 2 - Assentamento Dois Riachões, Ibirapitanga, BA - Fluxo da circulação e comercialização do cacau no mercado convencional, 2018	143
Mapa 3 - Assentamento Dois Riachões, Ibirapitanga, BA - Fluxo de circulação e comercialização do cacau de qualidade, 2018.	148
Mapa 4 - Assentamento Dois Riachões, Ibirapitanga - BA: Circulação e comercialização de produtos para Algodões (Maraú) e Itabuna em 2018	161
Mapa 5 - Troca de alimentos entre o Assentamento Dois Riachões (Ibirapitanga) e o Núcleo Raízes do Sertão (Irecê), 2019	163

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Mercado Mundial de Agrotóxicos – 10 maiores empresas (2016).....	60
Tabela 2 - Brasil – 10 ingredientes ativos mais vendidos (2017).	74
Tabela 3 - Caracterização dos Núcleos da Rede de Agroecologia Povos da Mata - 2018.	137
Tabela 4 - Ibirapitanga-BA – concentração da terra, 1970 a 2006.....	141
Tabela 5 - Assentamento Dois Riachões: Alimentos comercializados no circuito Dois Riachões – Algodões em 2018 (24 feiras/ano).....	160
Tabela 6 - Assentamento Dois Riachões: Alimentos comercializadas no circuito Dois Riachões–Algodões em 2018 (24 feiras/ano).	160

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil - Produto Interno Bruto (PiB) – 2000 a 2014.....	63
Gráfico 2 - Brasil – Exportações mundiais (bilhões US\$) – 1950 a 2012.....	64
Gráfico 3 - Brasil - Consumo de agrotóxicos e afins de 2000 a 2017 ² (tonelada de ingrediente ativo).	67
Gráfico 4 - Brasil – Venda de agrotóxicos por cultura - 2015.	68
Gráfico 5 - Bahia - Consumo de agrotóxicos e afins entre os anos 2000 e 2017 (tonelada de ingrediente ativo).	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estratégias de Agroecologia desenvolvidas pela Via Campesina.....	89
Quadro 2 - Notícias do Site da Secretaria de Desenvolvimento Rural (2015 – 2018)	94
Quadro 3 - Editais da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia (2015 – 2018).....	95
Quadro 4 - Marcos históricos na criação do Assentamento Dois Riachões, Ibirapitanga - BA.	117

LISTA DE SIGLAS

ACC – Atividade Curricular Em comunidade
ANAP – Asociación Nacional de Agricultores Pequeños
ATES – Assessoria Técnica Social e Ambiental
CEAS – Centro de Estudos e Ação Sociais
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CETA – Movimento dos/as trabalhadores/as assentados/as acampados/as e quilombolas.
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CPOrg – Comissão de Produção Orgânica
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DERBA – Departamento de Infraestrutura e Transporte
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento agrícola
EFASA – Escola de Família Agrícola do Sertão.
EIVI – Estágio Interdisciplinar de Vivência e Intervenção em Áreas de Reforma Agrária
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESALQ – Escola Superior de Agricultura “LUIZ DE QUEIROZ”
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrário
GeografAR – Geografia dos Assentamentos na Área Rural
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MST – Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEPPA – Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias
OAC – Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica
ONU - Organizações da Nações Unidas
OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
PETROBRAS – PETROLEO BRASILEIRO S.A.
PJR – Pastoral da Juventude Rural
PL – Projeto de Lei
PNAPO – Política nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PSL – Partido Social Liberal
Prонера – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SAF – Sistema Agroflorestal
SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SPG – Sistema Participativo de Garantia
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TRF – Tribunal Regional Federal
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNEB – Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 TRILHAR METODOLÓGICO	26
2 UM CAMINHO DE MÉTODO E TEORIA	29
2.1 UMA ABORDAGEM DIALÉTICA	32
2.2 O LUGAR HISTÓRICO DO CAMPESINATO	34
2.3 O TERRITÓRIO, CONCEITO CENTRAL	45
2.4 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO	47
3 CRÍTICA À ECONOMIA POLÍTICA DA AGROECOLOGIA DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA (2015 – 2018)	53
3.1 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL	53
3.2 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A AGRICULTURA BRASILEIRA	62
3.3 UMA DISCUSSÃO EM TORNO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NA BAHIA: AGROECOLOGIA <i>VERSUS</i> AGROTÓXICOS	80
4 A FRAÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS AGROECOLÓGICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ASSENTAMENTO DOIS RIACHÕES E DA REDE DE AGROECOLOGIA POVOS DA MATA	103
4.1 A IMPORTÂNCIA DA TERRA PARA O CAMPESINATO	103
4.2 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E RECRIAÇÃO CAMPONSEA	111
4.2.1 O caso do assentamento Dois Riachões	111
4.2.2 A rede de Agroecologia Povos da Mata	132

4.3 O CACAU – DA MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS À POSSIBILIDADE DE AUTONOMIA DE FRAÇÕES DO TERRITÓRIO CAMPONÊS AGROECOLÓGICO	139
4.4 REDE AGROECOLOGIA POVOS DA MATA: OUTRA ESTRATÉGIA DA RECRIAÇÃO CAMPONESA	151
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS	169
APÊNDICE A	177
APÊNDICE B	181
APÊNDICE C	182
APÊNDICE D	183

1 INTRODUÇÃO

Este estudo está inserido em uma tarefa que considero ser, até então, de uma vida. Ele está relacionado à minha humilde contribuição e inserção na concepção que versa e defende a importância da classe camponesa para a sociedade, não apenas por produzir alimentos, o que por si só já é imprescindível para a humanidade, mas, também, pelos valores reproduzidos ao sustentar seu modo de vida, como a solidariedade, por exemplo, para um período tão carente de boas referências.

A pesquisa também se propõe a contribuir com argumentos que fortalecem a hipótese de que não há outra via possível para agroecologia além da desenvolvida pelo modo de vida de grupos sociais como camponeses, povos originários (indígenas), fundo e fecho de pasto, remanescentes de quilombos e tantos outros. Estes defendem a agroecologia como um processo de construção classista e fundamental na resistência/recriação dessas frações de territórios frente aos problemas gerados pela territorialização do modo capitalista de produção no campo.

Minha trajetória tem início em 2006, quando cursava a graduação, ainda calouro, em Geografia e participei de uma disciplina de extensão na Universidade Federal da Bahia, intitulada “Ações Interdisciplinares em Áreas de Reforma Agrária”, mediada pela professora Prof.^a Dr.^a Celi Taffarel¹. Na condição de Atividade Curricular em Comunidade (ACC), esta disciplina tem o propósito de aproximação entre o conhecimento científico aprendido na Universidade e o conhecimento popular acumulado com a experiência histórica do trabalho em Assentamentos Rurais do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Recôncavo da Bahia. Esta ACC formou um grupo de estudantes que, atentos à realidade do movimento, perceberam que este trabalho não podia ser iniciado e interrompido semestralmente, com o início e o fim do calendário acadêmico. Então, formaram um grupo de trabalho para prestar assessoria de forma continuada, o qual se tornou, e ainda é, o Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias (NEPPA)². Após cursar a ACC, não participei do processo de formação deste coletivo, mas passei a fazer parte dele em 2012, com a participação no Estágio Interdisciplinar de Vivência

¹ Celi Nelza Zülke Taffarel é Professora Pós-Doutora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

² O NEPPA é um núcleo que reúne estudantes e profissionais para prestar assessoria, utilizando o princípio da educação popular, a movimentos sociais do campo e da cidade, em Salvador e Projetos de Assentamentos do MST no Recôncavo baiano.

e Intervenção em Áreas de Reforma Agrária (EIVI), construído pelo NEPPA em parceria com movimentos sociais do campo baiano.

Muitos foram os aprendizados nesta trajetória, porém, gostaria de apresentar uma experiência que expressa bem minha relação de militante e estudante universitário. A partir de uma parceria entre a Prof.^a Dr.^a Nair Casagrande³, a Prof.^a Dr.^a Noeli Pertile⁴, orientadora desta pesquisa, o NEPPA e o MST na Regional Recôncavo⁵, conseguimos aprovar e aplicar dois projetos PROEXTMEC⁶ (2011 e 2013), que tinha o objetivo/título: “Programa de Formação de Tutores em Agroecologia: metodologia participativa na formação de cadeias produtivas em assentamentos da Região Metropolitana de Salvador”. A partir da sistematização desta experiência, elaborei o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) para o título de Bacharel em Geografia, sob a orientação da professora Noeli Pertile. Portanto, o interesse em estudar esta temática se relaciona com a atuação profissional citada.

A participação nesses e em outros projetos - desenvolvidos em assentamentos rurais de reforma agrária nos Territórios de Identidade do Recôncavo, da Chapada Diamantina, e atualmente Litoral Sul – fizeram surgir questões que venho tentando aprofundar desde a escolha da temática no TCC. Quando tive a oportunidade de realizar um estágio com a Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP), em Cuba – na oportunidade da apresentação de um artigo no XV Encontro de Geógrafos da América Latina em 2015 – pude conhecer a experiência de dois tipos de cooperativa: uma em que os camponeses se cooperativam para a contratação de técnicos e a outra para os meios de produção. A ANAP organiza um processo de transição agroecológica planejado para todo o país, trabalhando com amplas escalas de desenvolvimento de experiências em agroecologia e se utilizando dessas formas de cooperação de camponeses e camponesas. Estes processos de territorialização e ampliação de escala das experiências em agroecologia chamou minha atenção para o estudo do “Território Agroecológico da Borborema” na Paraíba, a partir da aplicação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO); este foi o

³ Nair Casagrande é Professora Doutora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

⁴ Noeli Pertile é Professora Doutora do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia.

⁵ Regionalização utilizada pelo MST na Bahia.

⁶ O PROEXT – MEC tem o objetivo de apoiar as instituições de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas.

caminho feito até a seleção como aluno regular de mestrado no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia.

O convite para trabalhar na elaboração de projetos e no acompanhamento técnico da transição agroecológica do atual Projeto de Assentamento Dois Riachões do Movimento dos/as Trabalhadores/as Assentados/as, Acampados/as e Quilombolas (CETA), que está inserido na Rede de Agroecologia Povos da Mata e que também vem vivenciando um processo de ampliação de escala, nos fez avaliar a possibilidade de mudar o local do projeto de estudo. Assim, optando pela mudança, começamos a estudar a territorialização da agroecologia no Assentamento Dois Riachões (CETA-SUL) e sua relação na territorialização da Rede de Agroecologia Povos da Mata.

As primeiras disciplinas foram importantíssimas para conduzir a pesquisa. A disciplina de “Seminários sobre o Pensamento Político Brasileiro”, ministrada pelo Prof. Dr. Paulo Fábio Dantas Neto⁷, contribui no sentido de entender ou acercar nossa reflexão, a partir do recorte político, para o estudo da dimensão política do território. As ciências sociais e política dão importantes contribuições para, a partir do pensamento político, poder compreender as condições políticas de uma nação. Este recorte social é fundamental para entender, principalmente, quais foram as pautas políticas de determinada sociedade, o desdobramento destas nas pautas atuais e, com isso, arriscar projeções. Nesse sentido, para quem se propõe a estudar as contradições de uma sociedade e o tardar de suas superações, torna-se indispensável o estudo do pensamento político desta sociedade. Como resultado desta disciplina, realizei um trabalho final sobre “A Reforma Agrária no pensamento político de Joaquim Nabuco e Caio Prado Júnior”.

A disciplina de “Desenvolvimento e Meio Ambiente”, mediada pelos professores doutores Daniel Lemos Jeziorny e Henrique Tomé da Costa Mata, do Departamento de Economia da Universidade Federal da Bahia, me guiou no sentido de ter contato com as teorias econômicas, entre os embates da escola clássica e a neoclássica, fundamentais para compreender a dimensão econômica do território. Esta disciplina foi importante, inclusive, na aproximação do método em que esta pesquisa está ancorada.

⁷ Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal da Bahia e dirige o Centro de Recursos Humanos, órgão suplementar de pesquisa da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da mesma Universidade.

“Teoria e Método em Geografia” foi uma disciplina apresentada pelo Prof. Dr. José Antônio Lobo dos Santos⁸ e pela Prof.^a Dr.^a Creuza Santos Lage⁹, determinante no encontro desta pesquisa com o método científico. A partir de reflexões relacionadas às possibilidades de métodos e teorias em Geografia, as discussões que versam sobre o Marxismo despertaram minha atenção. O debate se deu em torno da concepção de que o arcabouço teórico-metodológico construído por esta perspectiva não consegue dar respostas à complexidade da realidade atual, visto que a sociedade passa por uma transição nas relações sociais, o que torna necessária uma reestruturação epistemológica do conhecimento. Ou seja, o conhecimento construído pela modernidade não explica a complexidade existente na transição para a pós-modernidade.

Esse debate, com toda sua pertinência, trouxe certa confusão para a escolha do método. Realizamos reflexões interessantes sobre esta temática, porém não me deram bases consistentes de análise. Concomitantemente, precisava cumprir com os prazos acordados no ingresso do curso e, por isso, definir esta escolha. A seguinte questão foi determinante para a definição do método: quais são os autores e autoras, consolidados teórica e metodologicamente, que dedicaram suas vidas à serviço das classes pauperizadas e que, junto com elas, constroem possibilidades para a superação dos problemas?

A reflexão sobre esta questão me deu a tranquilidade necessária para trabalhar ancorado em autoras e autores que realizam sua práxis a partir do Materialismo Dialético. Não quero afirmar com isso que pensadores de outras concepções teóricas não sejam socialmente comprometidos, apenas descrevo o percurso que tenho construído. Início, assim, esta caminhada científica respaldado pela perspectiva teórica em coerência com a minha práxis, e com a consciência de que trabalho com o Materialismo Dialético.

Durante o Tirocínio Docente Orientado, tive a oportunidade de conhecer o Prof. Dr. Gustavo Francisco Teixeira Prieto¹⁰, que muito tem nos ajudado, na condição de

⁸ Atualmente é Professor Adjunto com dedicação exclusiva na Universidade Federal da Bahia, lotado no Departamento de Geografia do Instituto de Geociências (IGEO/UFBA).

⁹ Atualmente é Professora Associada Aposentada, com atuação junto ao Mestrado em Geografia do Instituto de Geociências da UFBA.

¹⁰ Gustavo Francisco Teixeira Prieto é Professor Adjunto I da Universidade Federal de São Paulo, Instituto das Cidades, Campus Zona Leste.

Co-orientador da pesquisa, na construção deste caminho teórico-metodológico do método utilizado.

A resistência e recriação camponesa, especificamente, em uma região pobre como o Nordeste brasileiro, é um fato intrigante. A minha trajetória foi direcionando a pesquisa e aguçando o interesse em compreender os problemas que afligem a vida do campesinato sem terra e dos assentamentos da Reforma Agrária. Questões como: por que é tão difícil a permanência destas pessoas em um assentamento? Ou, então, por que elas insistem em permanecer nestas áreas? Percebemos, assim, que os problemas econômicos acabam sendo a base para conhecer o entrave elementar da sobrevivência desse grupo social na manutenção de seus territórios, mas fomos identificando elementos que são característicos desta classe, não importa muito onde estas comunidades estão localizadas na Bahia. Estas relações sociais insistem em comungar e a solidariedade é uma característica própria destas pessoas, questões que não poderíamos deixar de notar neste estudo.

Esta pesquisa está organizada em três capítulos que apontam pistas e argumentos para o entendimento e o fortalecimento da nossa hipótese principal: de que não há outra via possível para agroecologia além daquela construída pelo modo de vida de grupo sociais como camponeses, remanescentes quilombolas, populações originárias, fundo e fecho de pastos, pescadores/as, entre tantos outros que organizados defendem seus direitos enquanto classe social, resistem e recriam seus territórios, a exemplo da Via Campesina. A natureza do nosso trabalho é o estudo de caso da territorialização da agroecologia em uma fração de território camponês de reforma agrária e sua estratégia de recriação a partir da Rede de Agroecologia Povos da Mata. Sendo assim, estamos discutindo uma agroecologia camponesa.

A ideia inicial da pesquisa foi estudar a territorialização da Rede de Agroecologia Povos da Mata na Bahia, a partir da escala regional, buscando dar destaque às estratégias políticas e econômicas de resistência e recriação da classe camponesa. O dinamismo da pesquisa nos levou a fazer uma aproximação de escala. Começamos a perceber os desafios e a importância que a luta e a conquista da terra possuem na manutenção do modo de vida camponês, conseqüentemente, para a agroecologia, quando uma das principais características do campesinato brasileiro é ser sem terra. O tempo que dispomos para realizar esta pesquisa nos possibilitaria focar na análise, na escala regional, da dimensão econômica da Rede; não teríamos

condição de perceber a dimensão política do cotidiano de cada fração do território camponês, por exemplo. E, com isso, perderíamos a oportunidade de discutir elementos que são fundamentais da classe camponesa, tal como, reitero novamente, a importância da solidariedade desta classe na produção de seus territórios.

Outra mudança na pesquisa está relacionada à questão orientadora deste trabalho que, a princípio, era entender como a territorialização da Rede de Agroecologia Povos da Mata tem se desenvolvido enquanto alternativa de resistência/recriação da classe camponesa, frente à territorialização do regime agroalimentar hegemônico.

Com a dinâmica da realidade, um tema diante dos olhos nos chama a atenção no percurso da pesquisa, o qual está relacionado à temática das grandes corporações de agroquímicos, em especial dos agrotóxicos. A compra/fusão da empresa Monsanto pela Bayer em 2018, por US\$ 62,5 bilhões, é sem dúvida um fato relevante para quem estuda a agroecologia, porque um investimento tão grande, como esse, vem acompanhado das garantias de que terá mercado aberto para o consumo de seus produtos. E agroecologia e agrotóxicos são incompatíveis.

Em apenas quatro meses, até o dia 30 de abril de 2019, do atual governo brasileiro sob o mandato do presidente Jair Bolsonaro (PSL), 166 novos produtos de agrotóxicos formulados foram liberados, segundo o boletim da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Estamos diante do país que possui, desde 2008, o título de maior consumidor de agrotóxicos do mundo¹¹.

Tal problemática foi determinante para redirecionar os rumos da nossa pesquisa. Não muda o princípio de tentar compreender como a Rede de Agroecologia Povos da Mata tem sido uma alternativa de resistência/recriação camponesa, mas inserimos a discussão da mundialização do capital pela influência das grandes corporações dos agroquímicos, ao invés de discutir a territorialização dos regimes agroalimentares hegemônicos.

Sendo assim, a questão orientadora se torna: como a Rede de Agroecologia Povos da Mata tem se desenvolvido como alternativa de resistência/recriação

¹¹ Estas informações estão no banco de dados da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Disponíveis no site: <contraosagrototoxicos.org>.

camponesa agroecológica (Assentamento Dois Riachões) frente à territorialização da agricultura capitalista a partir das grandes corporações de agroquímicos?

Dessa forma, outras duas questões tornam-se necessárias pra responder a anterior: i) quais são as estratégias que estão sendo construídas pelo Assentamento e Rede para garantir a autonomia na recriação camponesa desta fração do território (autonomia na produção dos alimentos e na sua distribuição, circulação e comercialização)?; ii) em que medida a Rede tem contribuído para a territorialização camponesa numa perspectiva econômica?

O estudo parte do entendimento de que a territorialização da agroecologia presume a territorialização camponesa. Partindo do pressuposto que a agroecologia é camponesa, não é possível fazer esta discussão sem antes abordar a importância que a terra tem para o campesinato.

Isto posto, o objetivo geral, portanto, é realizar um estudo sobre a territorialização da agroecologia no Estado da Bahia, a partir da análise do Assentamento Dois Riachões do Movimento CETA e da Rede de Agroecologia Povos da Mata, buscando compreendê-los como possibilidade de resistência/recriação da classe camponesa agroecológica.

Para atender ao conjunto de questões apontadas, os objetivos específicos da pesquisa são: 1) compreender a composição geográfica (municípios/núcleos/grupos), social, política e econômica da Rede; 2) analisar a economia política da agroecologia desenvolvida pelo Governo do Estado da Bahia; 3) entender o funcionamento econômico/político do Assentamento Dois Riachões e da Rede, e suas contradições; 4) identificar, a partir da inserção na Rede, as transformações econômicas das camponesas e camponeses do Assentamento; 5) identificar como a Rede possibilita a construção e fortalecimento da distribuição e circulação dos alimentos agroecológicos; 6) mapear os circuitos produção-consumo do Assentamento Dois Riachões na Rede.

O primeiro capítulo não se trata apenas de uma apresentação sobre o referencial teórico, mas de um encontro do autor com o método. É um ensaio, uma aproximação consciente com o Materialismo Dialético para, assim, discutir e defender a teoria na qual esta pesquisa está ancorada. Nesse sentido, a tentativa é de

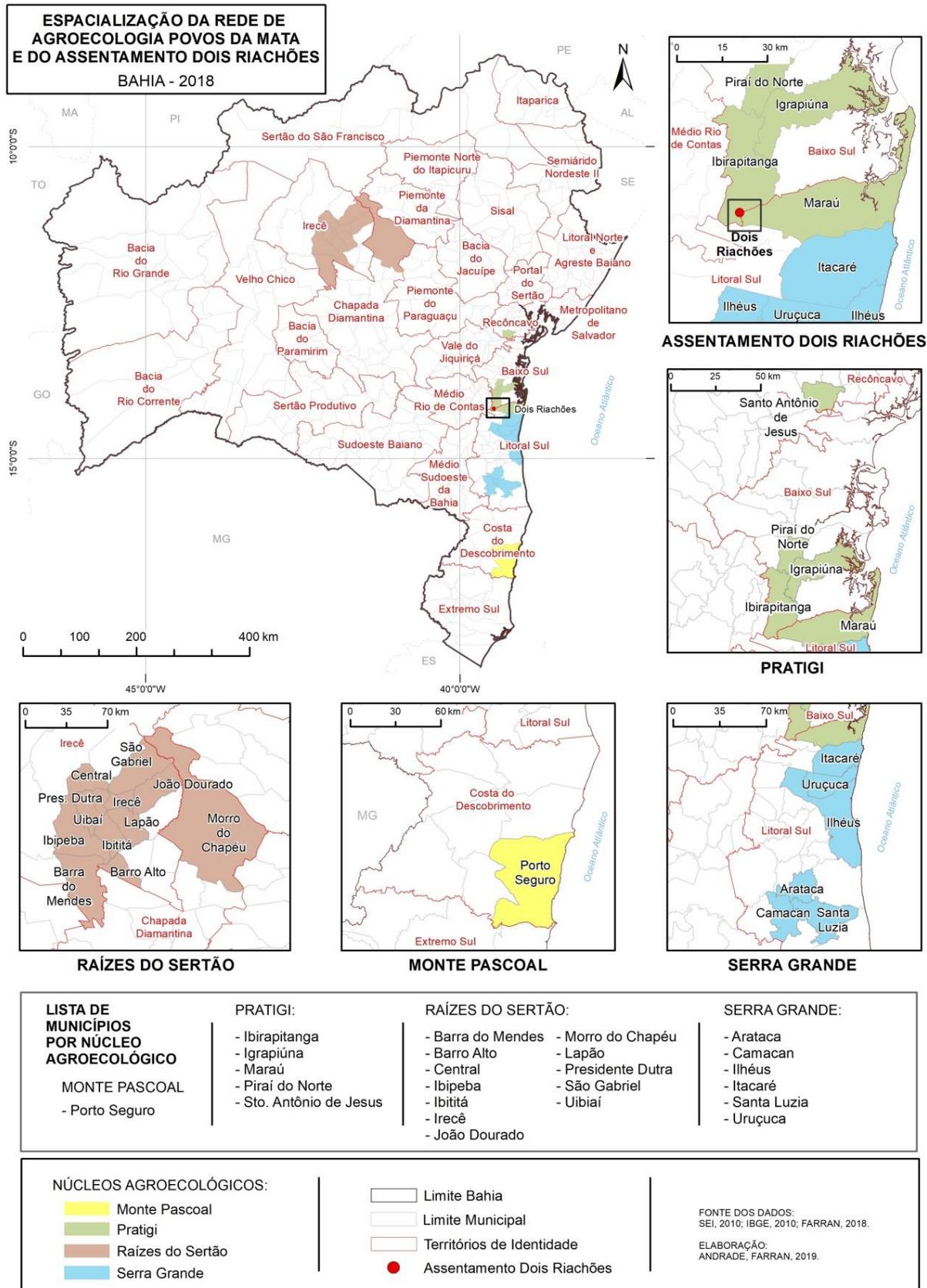
relacionar, o máximo possível, com a realidade que estaremos estudando no decorrer da pesquisa.

No segundo capítulo, consideramos que as grandes empresas mundiais, ou a compreensão da hegemonia construída pelo oligopólio destas, são fundamentais para entender as contradições e dificuldades da resistência/recriação das frações dos territórios agroecológicos produzidos pelo campesinato. Assim, falar em agroecologia significa, antes de tudo, constatar que há forças econômicas internacionais detentoras de influência e incentivos em todas as tomadas de decisão do Estado brasileiro. A partir disso, fomos discutindo as dificuldades de fortalecer a agroecologia em decorrência da falta de prioridade econômica e política das instituições responsáveis do Estado brasileiro e, especificamente, do Governo do Estado da Bahia, durante o mandato passado, que tem início, aproximadamente, no mesmo período em que a Rede foi criada - de janeiro de 2015 até dezembro de 2018.

No terceiro e último capítulo, estudamos a resistência camponesa a partir da territorialização da agroecologia no Assentamento Dois Riachões e a estratégia de recriação camponesa com a Rede de Agroecologia Povos da Mata. A partir da experiência da conquista da terra pelo Assentamento Dois Riachões, destacamos a importância que a terra tem para o campesinato, e especialmente para o campesinato brasileiro que possui como uma das suas principais características o fato de ser sem terra. A agroecologia depende da/o camponês com terra.

O Assentamento Dois Riachões é composto por 40 famílias, que somam cerca de 200 pessoas, e está situado no município de Ibirapitanga-BA, no Território de Identidade Baixo Sul, inserido no Bioma de Mata Atlântica, a 380 quilômetros de Salvador (Mapa 1).

Mapa 1 - Assentamento Dois Riachões e a Rede de Agroecologia Povos da Mata – Bahia, 2018.



1.1 TRILHAR METODOLÓGICO

O trilhar metodológico aqui proposto tomou como base os dados secundários que estão sendo obtidos a partir de livros, teses, dissertações, artigos, revistas (impressas e *on-line*) acerca do tema da pesquisa, com foco na geografia agrária, campesinato, território, regime alimentar e agroecologia.

Os dados primários foram obtidos diretamente com os agentes envolvidos por meio de entrevistas e questionários, lembrando que nos interessa a dimensão econômica e política da agroecologia na produção destes territórios, de acordo com os objetivos específicos:

Para cumprir com o primeiro objetivo específico, enviamos por e-mail um questionário (Apêndice A) para as coordenações dos núcleos solicitando as informações. A partir das respostas, elaboramos o mapa de territorialização da Rede (Mapa 1) e identificamos a sua composição social (Tabela 1);

- Para o segundo objetivo, a proposta inicial foi de realizar um mapeamento dos recursos doados por empresas do agronegócio para a campanha eleitoral das/os candidatas/os ao cargo de deputadas/os do Governo do Estado da Bahia. Tivemos dificuldades em encontrar provas consistentes para justificar este objetivo por este caminho, seria necessário mais tempo para uma investigação mais precisa. Dessa forma, passamos a estudar as ações da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado, através das notícias publicadas em seu site durante o mandato estudado. Dessa forma, identificamos as intencionalidades políticas voltadas para a agroecologia. Uma delas gira em torno da morosidade para votação dos seguintes Projetos de Lei (PL) que estão em tramitação: o PL 22.325/2017, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar no âmbito do Sistema Estadual de Ensino no Estado da Bahia”; o PL 21.273/2015, que “proíbe o uso e comercialização de agrotóxicos que contenham os princípios ativos que especifica e dá outras providências”; PL 21.314/2015, que “dispõe sobre a proibição da pulverização de agrotóxico realizada por meio de aeronaves em todo o território do Estado da Bahia”; PL 21.317/2015 que “estabelece a obrigatoriedade de indicação expressa sobre o uso de agrotóxicos nos produtos alimentares produzidos e comercializados no Estado da Bahia”; o Projeto de Indicação 21.916/2016 que “institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica”;

e, por fim, o PL 22.783/2018, que visa regulamentar as feiras de produtos orgânicos no Estado da Bahia. Para entender como está a tramitação, dificuldades e possibilidades destes projetos, realizamos uma entrevista semiestruturada com o Deputado Estadual Marcelino Galo¹². Neste caso, compreendemos que as intencionalidades levam às prioridades políticas e, conseqüentemente, ao investimento da verba pública. Assim, entrevistamos um representante do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrário (FIDA), que junto com o Banco Mundial são os principais investidores das políticas públicas desenvolvidas pela SDR, para entender qual é o posicionamento político desta instituição ligada à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e Organizações da Nações Unidas (ONU);

- Para entender o funcionamento político e econômico do Assentamento Dois Riachões na Rede, no terceiro objetivo específico, estruturamos nossa estratégia metodológica: participamos das reuniões que são determinantes nas tomadas de decisão - dos núcleos e de núcleo - e, assim, perceber o direcionamento dado às suas ações e recursos;

- A partir da aplicação de um questionário (Apêndice B) respondemos ao quarto objetivo específico, que trata sobre as transformações econômicas das camponesas e camponeses do assentamento, após sua inserção na Rede. A inclusão deste objetivo foi um pedido de um dos coordenadores da própria Rede;

- Mapeamos como e onde acontece a produção dos alimentos agroecológicos e o processamento; para onde estão sendo distribuídos e onde acontece a circulação (predominantemente, feiras agroecológicas livres e estações orgânicas). E, tão fundamental quanto às outras etapas deste circuito, é necessário identificar o público que consome estes alimentos para entender a economia política agroecológica nesta fração do território que estamos estudando;

- A partir do mapeamento destes circuitos - local de produção, tipo de alimentos e quantidade, processamento, vias de distribuição e pontos de circulação - realizamos

¹²Marcelino Galo é deputado estadual do governo da Bahia, reeleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no atual mandato de 2019-2022. Titular da comissão de Agricultura e Meio Ambiente e coordenador da Frente Parlamentar de Meio Ambiente da Bahia.

a elaboração dos mapas desta fração de território estudada e sua articulação econômica e política com a Rede.

- As informações sobre o Assentamento Dois Riachões e da Rede de Agroecologia Povos da Mata foram adquiridas de forma primária em dois trabalhos de campo, através do questionário (Apêndice B), da participação em reuniões (importantes para os encaminhamentos das necessidades da organização do Assentamento e da Rede) e de entrevistas com lideranças. Mas, principalmente, pela convivência com algumas lideranças do assentamento que foi fundamental para reunir elementos que contribuíram nas reflexões do Capítulo III. Além disso, o uso de meios digitais¹³ para complementar e/ou atualizar algumas informações que não foram possíveis ser coletadas em campo. Desse modo, a internet foi importante instrumento utilizado na pesquisa.

¹³ Nesse caso foram feitas constantes trocas de mensagens via celular pelo aplicativo *WhatsApp*. E, também, através de um documento sistematizado pelo *Movimiento Regional Por La Tierra y el Territorio*, no qual as mesmas lideranças relataram o processo de territorialização do CETA-SUL a partir do Assentamento Dois Riachões. Este documento é interativo, as lideranças do assentamento podem continuar preenchendo-o com sua história. Está disponível no site: <<https://www.porlatierra.org/>>.

2 UM CAMINHO DE METÓDO E DE TEORIA

Muitos dos que poderíamos chamar de autores clássicos que estudaram a agricultura brasileira dedicaram esforços para compreender a complexidade existente na questão agrária deste país, e dentro do pensamento marxista estes estudos expressam diferentes vertentes. Segundo Oliveira (1999), a questão agrária brasileira é compreendida a partir de três correntes críticas de pensamento e estas substanciam a produção da Geografia Agrária.

Uma dessas vertentes, parte do princípio de que no Brasil houve feudalismo ou relações semifeudais de produção. Nesse entendimento, para o desenvolvimento do campo e, conseqüentemente do país, seria preciso acabar com estas relações feudais, que dificulta este processo de produção e reprodução das relações capitalistas, e ampliar o trabalho assalariado. Assim, a luta dos camponeses contra os latifundiários expressa o avanço da sociedade na extinção do feudalismo e a luta pela reforma agrária seria um instrumento que faria avançar o capitalismo no campo (OLIVEIRA, 1999).

Para uma segunda vertente, o campo brasileiro está se desenvolvendo na perspectiva capitalista e os camponeses irão desaparecer inevitavelmente, porque são considerados um resíduo social de outro modo de produção. Portanto, o progresso capitalista os extinguiria. Segundo esta abordagem, a relação dos camponeses com as transformações capitalistas, como os bancos ou mesmo o mercado, terminaria levando-os à falência e à provável perda de suas terras para salvar dívidas. Tornar-se-iam, assim, proletários (OLIVEIRA, 1999).

Para essas duas vertentes não há lugar histórico para os camponeses no futuro, na sociedade capitalista avançada. Essa leitura dos autores parte do pressuposto de que a sociedade capitalista é composta apenas por duas classes sociais: a burguesia e o proletariado (OLIVEIRA, 1999).

Por fim, a terceira corrente marxista da geografia agrária que formula sobre a questão agrária parte da compreensão teórica de que para analisar a agricultura brasileira deve-se considerar que o processo do modo capitalista de produção na formação territorial brasileira é desigual, contraditório e combinado. Isso significa que, ao mesmo tempo em que o capitalismo avança reproduzindo relações especificamente capitalistas, ele produz, igual e contraditoriamente, relações

camponesas de produção. De acordo com Oliveira (1999), entre as principais pensadoras e pensadores desta tendência estão Rosa de Luxemburgo, Teodor Shanin, Samin Amir e Kosta Vergopoulos e, no Brasil, José de Souza Martins, Margarida Maria Moura, José Vicente Tavares da Silva. Na Geografia Agrária estão Regina Sader, Iraci Palheta, Rosa Ester Rossini, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e as teses e dissertações, por ele e pelos outros orientadas (OLIVEIRA, 1999).

Segundo esta perspectiva, é fundamental entender o papel e o lugar do campesinato e sua reprodução de classe na sociedade capitalista e no Brasil. Visto que para tal corrente, a compreensão das relações sociais, políticas e econômicas de produção, reprodução e desenvolvimento do capitalismo no campo se estabelecem a partir das contradições. Por exemplo, o número de estabelecimentos controlados por posseiros de 1960 a 1985 aumentou mais de 160%. Esses dados demonstram que os camponeses, ao invés de se proletarizarem, continuam lutando para ter acesso a terra em diversas partes do país (OLIVEIRA, 1999).

Não é, portanto, interesse nosso fazer amplas considerações de método acerca dessa questão, tão pouco temos a pretensão, a princípio, de nos colocar na condição de contribuintes para este debate de muito fôlego. Mas sim, demarcar que esta última corrente de pensamento teórico e metodológico está sendo utilizada para realizar a análise dos processos contraditórios existentes no campo brasileiro, com enfoque na Bahia. Procuo, então, estar ancorado em autores que sintetizam suas teorias a partir da práxis em suas reflexões, e que fundamentam seus estudos na compreensão de que a questão agrária no capitalismo é assentada no desenvolvimento desigual, combinado e contraditório.

Assim, esta pesquisa fundamenta-se em uma corrente de pensamento na Geografia Agrária que se estruturou no Brasil a partir da década de 1960 e teve destaque pela influência no materialismo dialético. E, também, por entender que os direcionamentos políticos e teóricos são imprescindíveis para o estudo dos problemas gerados pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista assentado em classes sociais.

De acordo com Oliveira (2001), o pós-guerra abriu novas perspectivas à produção geográfica, decorrentes das transformações sociais e políticas que o Brasil viveu, relacionada às crises da sociedade. Estas condições abriram espaço para que debates políticos e econômicos se aprofundassem na Geografia. Naquele período, o

pensamento da Geografia Agrária foi marcado, principalmente, pela participação de três autores e suas respectivas obras: Orlando Valverde com o livro *Geografia Agrária do Brasil* de 1964; Manoel Correia de Andrade, autor de *A terra e o homem no Nordeste*, no mesmo ano; e Pasquale Petrone com o trabalho *A baixada do Ribeira*, escrito na mesma década (OLIVEIRA, 2001).

Para Oliveira (2001), o prefácio do livro *Geografia Agrária do Brasil* de Orlando Valverde, estabelece um marco político da produção geográfica por expressar o compromisso do autor ao inserir as bandeiras de lutas e reivindicações da esquerda nos debates da questão agrária (OLIVEIRA, 2001).

Uma ressalva importante à obra de Valverde é o fato de pertencer à corrente de pensamento que parte do princípio de que no Brasil houve feudalismo ou relações semifeudais de produção. As suas contribuições para esta pesquisa referem-se ao pensamento crítico na Geografia, sua ancoragem na práxis e compromisso social que os estudos científicos devem desempenhar.

Na mesma época, Manoel Correia de Andrade dedicou um capítulo do livro citado às Ligas Camponesas¹⁴, ação que determinou outro marco político na produção geográfica sobre a questão agrária brasileira, evidenciando o seu compromisso com a transformação social. De acordo com Andrade (2011):

Daí concluirmos que estamos vivendo um período crítico: ou as reivindicações populares justas são atendidas e dá-se ao homem do campo condições de vida compatíveis com a dignidade humana, ou a revolução prevista pelo Governador Aluísio Alves será inevitável e a estrutura fundiária arcaica que aí temos ruirá, arrastando em sua queda tudo que nela se apoia (ANDRADE, 2011, p. 317).

Assim, o método que orienta nossos trabalhos se traduz por uma corrente de pensamento construída por autores que compreendem a indissociabilidade da ciência e da política, na interpretação de que as pesquisas acadêmicas podem contribuir para o entendimento das condições de vida e reprodução das classes pauperizadas. Por isso, se entendemos que as contradições de uma sociedade hegemonicamente capitalista precisam ser superadas para alcançar este objetivo, então elas precisam ser fundamentalmente compreendidas e as ações devem ser direcionadas para

¹⁴É importante dar destaque a importância e influência política que as Ligas Camponesas tiveram na resistência/recriação do campesinato brasileiro e nordestino. Além disso, "A terra e o homem no Nordeste" de Manoel Correia de Andrade, se trata de uma obra com ampla influência do marxismo na geografia brasileira.

combatê-las, e isto é simultaneamente tarefa acadêmica e política¹⁵. Nesse sentido, Oliveira (2003) afirma que:

Esta influência tem sido marcada por princípios que sustentam esta escola de pensamento. Pode-se destacar entre os mesmos o condicionamento histórico e social do pensamento, portanto o seu caráter ideológico de classe. Com o marxismo, começou a batalha pelo desmascaramento do discurso pretensamente neutro e objetivo presente no positivismo e no empirismo lógico, e mesmo no historicismo (OLIVEIRA, 2003, p. 4).

Iniciamos, dessa forma, esta trajetória científica de reflexão respaldada por autores que construíram um caminho social e político com a ciência, sob a influência do materialismo dialético como método e do materialismo histórico como teoria, assumindo a corrente da reprodução do campesinato e da teoria do território como aquela que possibilita nossa análise e interpretação na Geografia Agrária. Trata-se de afirmar o papel da ciência em dar respostas aos interesses do proletariado e do campesinato, principalmente diante da persistência da injustiça, desigualdade e segregação sócio-espacial.

2.1 UMA ABORDAGEM DIALÉTICA

Partindo do princípio de que devemos ser assertivos nas análises feitas da realidade para, com isso, diminuir os riscos no desenvolvimento das ações voltadas para a transformação da sociedade, uma abordagem dialética é fundamental. Nesse sentido, Marques (2008) contribui como referência, afirmando que precisamos romper com perspectivas teóricas reducionistas, fundamentadas em totalidades fechadas e teleológicas, buscando o conhecimento mais amplo possível e coerente na teoria e no método em termos históricos e geográficos.

Para a autora, é necessário desenvolver uma abordagem dialética que considere as formas, modos e estruturas como momentos específicos na conformação das relações sociais, e estas são definidas por diferentes processos, por

¹⁵Estou realizando esta pesquisa na condição de bolsista através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e parte deste trabalho, como geógrafo, está sendo direcionada para responder às demandas colocadas pelos camponeses e camponesas do atual – no dia 25/05/2018, às dez horas, a comunidade recebeu a emissão de posse, após dezessete anos de ocupação - Projeto de Assentamento Dois Riachões do Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (CETA). Este Assentamento tem uma importância sobressaliente na criação da Rede de Agroecologia Povos da Mata, referente ao compromisso do movimento social com a produção de alimentos agroecológicos.

vezes contraditórios, em outras, complementares. A geógrafa afirma que é preciso considerar esta abordagem de modo relacional, que reúna elementos para avançar na análise do movimento da sociedade e do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo (MARQUES, 2008).

Marques (2008) considera necessária a crítica e a imprescindível superação das teorias que transformam contradição em dualismo, a exemplo da análise campo-cidade, camponês-proletário, desenvolvimento-subdesenvolvimento, entre outros. Para a autora, não é possível analisar o campo como uma realidade autônoma, com suas relações apartadas da cidade, e muito menos “apenas como uma realidade subordinada, subsumida e transformada por uma lógica capitalista urbana que a tudo abarca em seu processo de dominação e aniquilação das diferenças” (MARQUES, 2008).

Os estudos realizados através de uma perspectiva linear da história, sem o aprofundamento das análises que as contradições das relações sociais geradas pela lógica dominante exigem, têm resultado na construção de teorias que afirmam o desaparecimento do campesinato. De acordo com Marques (2008):

A concepção dos processos históricos de forma linear e a tendência a uma excessiva simplificação do emaranhado de relações sociais e contradições que os compõem a partir da identificação de uma lógica dominante, tem levado, no caso do estudo da realidade da produção na agricultura sob o capitalismo, à construção de teorias que por mais de um século vêm afirmando o desaparecimento do campesinato em favor da expansão capitalista baseada no trabalho assalariado [...]. Essas teorias se limitam muito frequentemente a uma economia economicista e têm pouco a contribuir para a compreensão das mudanças em curso, diferentemente do que acontece com as teorias que, apoiadas na noção de desenvolvimento desigual, buscam explicar a reprodução de diferentes formas de trabalho sob o capitalismo (MARQUES, 2008, p 68).

Ainda de acordo com Marques (2008):

“a forma característica de organização camponesa se mantém, mesmo que modificada, devido a sua posição ambígua em que ele se encontra sob o capitalismo: integrado e marginal, complementar e contraditório, dentro e fora ao mesmo tempo” (MARQUES, 2008, p. 69).

As necessidades criadas a partir do modo de produção capitalista - migração, flexibilidade para apreender novos ofícios, etc.- desafiam a capacidade de resistência e recriação das classes pauperizadas, porém não o seu fim. A extinção de modos de vida se trata de um desfecho que cabe à história responder. Este estudo se debruça sobre as possibilidades desenvolvidas para a resistência/recriação do campesinato

através de uma Economia Política específica, construída com base na agricultura ecológica e socialmente justa em torno da bandeira da agroecologia.

2.2 O LUGAR HISTÓRICO DO CAMPESINATO

A discussão sobre o papel histórico do campesinato exige a demarcação de outro posicionamento relacionado à responsabilidade da Geografia Agrária quando se trata do debate teórico para a conceituação do campesinato e da agricultura familiar. Para isso, este trabalho tem como base teórica uma leitura que se fundamenta adentrando na complexidade da lógica e dos processos sociais a fim de compreender e explicar as contradições da sociedade. Tal concepção na pesquisa trata o termo agricultura familiar como uma tentativa de forjar um conceito através de uma classificação que considera primordialmente o aspecto visível do modo como os agricultores se relacionam com o mercado.

De acordo com Bombardi (2003), a obra organizada por Hugues Lamarche em dois volumes, que contou com quinze pesquisadores para analisar cinco países - Brasil, Canadá, Tunísia, Polônia e França -, desempenhou um marco em oposição ao conceito de camponês, principalmente na década de noventa. As bases que sustentam esta perspectiva relacionam-se com a proporção dos agricultores ao serem inseridos no mercado (BOMBARDI, 2003). No sentido de confirmar esta constatação, Lamarche (1993) ao diferenciar “exploração camponesa” de “exploração familiar”, afirma que,

no que diz respeito à Agricultura francesa, Henri Mendras havia previsto, já em 1967, o fim dos camponeses. Dezoito anos depois, ele constata que estava com a razão e declara que se assistia ao desaparecimento da exploração familiar. Na verdade a exploração camponesa hoje praticamente desapareceu do território francês, mas com certeza a exploração familiar não, e não se pode confundir as duas coisas (LAMARCHE, 1993, p. 15).

Lamarche (1993) realiza sua análise considerando o grau de integração que o agricultor possui com a economia de mercado, afirmando que:

O leitor atento terá percebido que nossa reflexão acerca da exploração familiar se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de integração na economia de mercado. É claro que concebemos esta integração em um sentido mais absoluto, ou seja, tanto no plano técnico-econômico, quanto no plano social-cultural (LAMARCHE, 1993, p. 18-19).

A partir desta constatação, Lamarche (1993) imagina um eixo escalonado segundo o grau de integração dos assim chamados agricultores familiares ao

mercado, onde nas extremidades se encontra de um lado, o “Modelo Original”, e de outro, o “Modelo Ideal”. Para o autor, aconteceria a transformação do camponês em agricultor familiar a partir de uma perspectiva evolucionista:

As explorações familiares, segundo sua própria história e o ambiente específico no qual elas funcionam, posicionar-se-iam em tal ou tal lugar da escala. Pode-se imaginar também um ponto 0, situado sobre este eixo, pressupondo um modelo quase independente da Sociedade Global; esse poderia ser o modo de funcionamento proveniente das sociedades selvagens [...]. O modelo *Subsistência*, ainda que diferente sob muitos aspectos, aproximar-se-ia um pouco dele.

De um outro ponto de vista, esse eixo corresponde também aos respectivos níveis de influência sobre o funcionamento das explorações, estando de um lado o patrimônio sociocultural que cada explorador e sua família dispõem e, de outro, as escolhas políticas que lhes dizem respeito, efetuadas pela sociedade global. O funcionamento da exploração familiar deve ser analisado dentro dessa dinâmica e cada tomada de decisão importante é resultante de duas forças, uma representando o peso do passado e da tradição e outra, a atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão no porvir (LAMARCHE, 1993, p.19).

Ou então, sobre o fim do campesinato, Lamarche (1993) considera que,

Suas chances de atingir o “*Modelo Ideal*”, ou simplesmente de se aproximar dele, dependerá da complementaridade de seu projeto junto ao que a sociedade elaborou para eles. Dessa maneira, pode-se explicar ora a dominação de certos tipos de exploradores familiares, ora sua estagnação, diminuição ou mesmo sua eliminação (LAMARCHE, 1993, p.19).

Para diferenciar o agricultor familiar do camponês, os teóricos apresentam uma série de argumentos e elementos como a integração no mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento das políticas públicas e a incorporação de tecnologias (FERNANDES, 2004).

Para Fernandes (2004), no Brasil, não é o mercado o principal responsável pela recriação do campesinato, e sim a luta pela terra:

No Brasil, nos últimos vinte anos, não foi o mercado que possibilitou a recriação do campesinato, mas sim a luta política desenvolvida por meio de ocupações de terra, que se tornou a principal forma de acesso à terra. Mas, os teóricos da agricultura familiar não têm referencial para compreender esse processo. Assim, ignoraram a parte essencial da formação dos camponeses brasileiros hoje: a luta pela terra (FERNANDES, 2004, p. 19).

Portanto, o debate sobre os conceitos de agricultura familiar e campesinato deve ser entendido no âmbito ideológico da ciência, por isso o cuidado e insistência em demarcar bem o território teórico ao qual esta pesquisa está se ancorando (BOMBARDI, 2003).

Nesse sentido, partimos de referências que se opõem às teorias que consideram a integração do campesinato como uma metamorfose para agricultor

familiar, ou que declaram a desintegração do campesinato como perspectiva teórica e metodológica. Segundo estas leituras, não há futuro nem papel histórico para o campesinato. Para Fernandes (2004), o camponês é visto como um estorvo por aqueles que visualizam sua desintegração, considerando que deles podem surgir capitalistas ou proletários; e é visto da mesma forma pelos que enxergam sua integração, porque o camponês desenvolve, também, a luta contra o capital (FERNANDES, 2004).

Logo, podemos perceber que o conceito de agricultura familiar tem sido construído levando em consideração aspectos externos e visíveis de como os agricultores se relacionam com a sociedade de mercado. A perspectiva que sustenta este trabalho objetiva se opor à esta anterior. Afinal, se fundamenta em autores e autoras que realizam o debate da questão agrária tendo como ponto de partida a ideia de que ao buscar analisar, explicar e entender a sociedade “é necessário adentrar a sua lógica e ir ao âmago dos processos sociais” (BOMBARDI, 2003) e de suas contradições.

Ou seja, trabalhar com o conceito de camponês como é defendido por Shanin (2008), Martins (1995; 2008), Oliveira (2001; 2007), Marques (2008), Paulino (2008; 2015) e Bombardi (2003), significa compreender este sujeito inserido no modo capitalista de produção. Esta concepção fundamenta as discussões centrais deste trabalho: o campesinato como classe social do capitalismo se reproduz no interior deste modo de produção. Para isso, é preciso compreender que o capitalismo se reproduz a partir do intercâmbio simultâneo entre relações sociais capitalistas e não-capitalistas de produção.

Para Prieto (2016), as reflexões políticas e econômicas de Rosa Luxemburg constituíram um marco para o entendimento desta contradição:

[...] Rosa Luxemburg, marxista de origem periférica – mulher, judia e polonesa -, constatou que os esquemas de reprodução ampliada elaborados por Marx constituía uma representação matemática das condições para a acumulação que somente tem validade no caso hipotético de que existissem duas classes sociais. Assim, Luxemburg argumentou que a produção capitalista deveria contar necessariamente com “terceiras partes” (ou elementos exteriores à produção especificamente capitalista), como camponeses, pequenos produtores independente, etc., que pudessem converter-se em compradores de mercadorias. Consequentemente, a imposição de relações de troca entre a produção capitalista e não-capitalista era condição necessária para o processo de acumulação do capital (PRIETO, 2016, p. 367, grifo do autor).

Portanto, para que ocorra a produção do capital é necessária a reprodução não capitalista. Prieto (2017) argumenta que uma das principais potências das análises de Rosa Luxemburg está na combinação entre relações capitalistas e relações não-capitalistas de produção. O autor considera que, longe de ser uma debilidade do processo de acumulação, essa contradição deve ser analisada como forma própria de se realizar a produção ampliada do capital (PRIETO, 2017). De acordo com este autor,

[...] o mercado interno, conceituado como espaço econômico organizado segundo relações de produção capitalistas, tem necessidades permanentes de mercado externo, espaço econômico organizado segundo relações de produção não capitalistas, necessidade fundada no fornecimento contínuo, por este último, de matérias-primas, força de trabalho e consumidores ao mercado interno. Em suma, a reprodução ampliada do capital necessita de relações de produção não capitalistas para se efetivar. (PRIETO, 2017, p. 816).

Assim, o pensamento de Rosa Luxemburg é fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, porque sustenta, a partir de fundamentos teóricos e metodológicos, a perspectiva de análise que está sendo utilizada sobre o desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção. Dessa forma, concordamos que, metodologicamente, Rosa Luxemburg constrói uma tríade do processo de formação das classes sociais capitalistas: destruição, resistência e recriação do campesinato, enquanto possibilidades abertas não apenas pela expansão capitalista, como também para a recriação do campesinato sobre os seus territórios e relações sociais (PRIETO, 2017). Para o autor,

Rosa Luxemburg produz em seus escritos econômicos uma análise densa sobre o processo de formação das classes capitalistas ao analisar o campesinato [...], objetivando compreender o desenvolvimento do capitalismo a partir dos sujeitos que sofrem diretamente a violência da transformação das relações sociais, políticas, econômicas e territoriais no processo de expansão do capitalismo. A destruição da organização interna das sociedades não capitalistas é uma característica recorrente desse processo avassalador, mas Rosa Luxemburg percebe que há também estratégias de resistência e formas de recriação de relações sociais não capitalistas. A resistência se realiza por intermédio da luta pela manutenção da existência, [...] e a recriação se efetiva na permanência insubordinada e potencialmente anticapitalista dos sujeitos não capitalistas em seus territórios habitados ancestralmente, ocupados como forma de resistir e/ou retomados na luta. Assim, o campesinato se recria como classe social capitalista e os múltiplos modos comunitários de produção se reproduzem simultaneamente na sociedade capitalista, processos que se realizam com tensões, conflitos e resistências. (PRIETO, 2017, p. 817).

Esta reflexão fundamenta a contradição estrutural que justifica esta pesquisa: o estudo das estratégias de resistência/recriação não capitalistas do campesinato a partir da experiência da Economia Política de produção de frações do território

camponês, que recriam suas relações sociais, econômicas e políticas de classe por meio da agroecologia, produzindo territórios agroecológicos camponeses.

Ainda, partindo da constatação anterior, reconhecemos o papel histórico e revolucionário do campesinato como classe social inserida na sociedade capitalista e por esta explorada, mas, evidentemente, não como única classe explorada por este sistema. Por isso, não lhe cabe ser vanguarda iluminada das transformações desta sociedade. Compreendemos que a união das pautas dos explorados pela sociedade capitalista ampliam as possibilidades diante deste desafio. Na verdade, fazemos questão de afirmar o papel histórico da classe camponesa, dos indígenas, dos quilombolas e tantos/as outros/as como sujeitos sociais e políticos responsáveis por suas decisões.

O capitalismo brasileiro e as relações sociais de produção foram construídos sobre bases específicas. Por isso, para analisarmos a recriação de relações não capitalistas, inseridas contraditoriamente no modo capitalista de produção no Brasil, é importante entender, anteriormente, como se formou social e territorialmente o Brasil. Dessa forma, Martins (2015) argumenta ao afirmar esta necessidade que:

[...] reconstituir a diversidade de mediações e determinações das relações de produção que configuraram o regime de trabalho que veio a ser conhecido como regime de colonato, sob o qual, durante cerca de um século, até fins dos anos de 1950, foi realizada a maior parte das tarefas no interior da fazenda de café (MARTINS, 2015, p. 29).

Para Martins (2015), o trabalho livre criado a partir da crise da escravidão negra era diferente, qualitativamente, porque era definido por uma nova relação entre o fazendeiro e o trabalhador. Tanto o trabalhador livre quanto o escravizado estavam separados dos meios de produção; a diferença consistia, principalmente, na medida em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador da sua força de trabalho e nela se fundava sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra, o fazendeiro. Se nesse aspecto eles se diferenciavam, se igualam no sentido dado a esta modificação, o qual é a preservação da economia fundada na exportação de mercadorias tropicais, como o café, por exemplo, para os mercados das metrópoles no centro do capitalismo, baseada na grande propriedade fundiária (MARTINS, 2015). O autor afirma que:

A contradição que permeia a emergência do trabalho livre se expressa na transformação das relações de produção como meio para preservar a economia colonial de exportação, isto é, para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil, que se definia pela subordinação da

produção ao comércio. Tratava-se de mudar para manter (MARTINS, 2015, p. 31).

No período relatado anteriormente por Martins (2015),

As relações sociais que engendravam o fazendeiro-capitalista não eram estritamente as relações de produção no interior da fazenda, mas, também e significativamente, as relações de troca que ele mantinha fora da fazenda com os comissários de café e, mais tarde, já no final do século XIX, com os exportadores (MARTINS, 2015, p. 31).

Esta constatação também é importante para reforçar a contradição que orienta esta pesquisa, aqui ela se desenha, evidentemente que sob outro formato. As relações de produção construídas no interior da fazenda, no período relatado por Martins (2015), não são relações capitalistas, porém, são apropriadas pelo fazendeiro-capitalista e posteriormente pelos comerciantes de café. Nesse sentido, é preciso estar atento ao analisar a economia camponesa na atualidade, porque as relações construídas na produção de alimentos pelos camponeses não são capitalistas, são de uma economia de trabalho familiar específica. Contudo, o capitalismo se apropria dessa renda não-capitalista para a reprodução ampliada do capital. Portanto, nos interessa estudar as ações desenvolvidas com intuito de superar o movimento de monopolização do território camponês pelo capital, e assim, justificamos esta pesquisa ao investigar estratégias econômicas, sociais e políticas realizadas na produção deste território agroecológico camponês.

Entendemos que a dimensão política, assim como a econômica, das frações do território camponês é elemento fundamental para garantir seu lugar social como classe, reafirmando, dessa forma, o seu lugar histórico. Martins (1995) enfatiza que a palavra “camponês” é política e procura expressar a unidade às lutas desta classe social específica. Não é, portanto, mera palavra. Está enraizada em uma concepção da história, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais (MARTINS, 1995). De acordo com este autor,

nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1995, p. 22-23).

Entretanto, isso não significa dizer, segundo Martins (1995), que se deva transplantar a:

[...] concepção de camponês de outras realidades históricas, particularmente da realidade russa dos fins do século XIX e do começo do século XX, para

enquadrar e explicar a situação e as lutas do meio rural brasileiro, destes tempos recentes, é procedimento que apresenta suas dificuldades. O destino do camponês brasileiro passa a ser concebido através de um entendimento estrangeiro de destino do camponês [...] e que não corresponde à sua realidade, às contradições que vive, ao destino real que nasce de fato dessas contradições e não da imaginação política (MARTINS, 1995, p. 23).

Assim, a exclusão política do campesinato é um tema caro na obra de Martins (1988; 1995; 2008); tal exclusão tem que ver com os equívocos de análise sobre o campesinato brasileiro e sobre o seu papel histórico, fruto de uma negligência conveniente desta conceituação e de “uma simplificação anti-sociológica [...] e sem competência teórica apropriada” (MARTINS, 2008, p. 55). Segundo Martins (1995):

*A exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento da sua ação política. Mas essa exclusão não é, como às vezes tem sido entendida, mera exclusão política. Por isso é necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos. Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico. [...]. O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloquente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: *ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado* (MARTINS, 1995, p. 25, grifos do autor).*

Martins (1988) aponta para a exclusão política se referindo a camponeses, trabalhadores rurais e indígenas, apontando esta questão como uma dificuldade estrutural sistemática. Segundo este autor:

As lutas dos trabalhadores rurais, no Brasil, têm esbarrado, ao longo da história, com uma dificuldade estrutural sistemática. As conjunturas de abertura política e, portanto, aquelas em que os movimentos populares deveriam resultar numa ampliação da participação democrática e na conquista de um lugar político para os trabalhadores rurais e para as populações indígenas, tem sido, ao contrário, conjunturas de fortalecimento daquilo que ainda hoje, em várias regiões do país, se pode chamar de oligarquias (MARTINS, 1988, p. 71).

Segundo Martins (1995), alguns dos mais importantes acontecimentos políticos da história contemporânea brasileira foram protagonizados por camponeses, porém a exclusão ideológica é tão profunda que são desconhecidos não só pela maioria da população, como também por parte expressiva dos intelectuais. Martins (1995) argumenta que:

a história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores da esquerda, é uma história urbana – uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político. A mesma exclusão, aliás, afeta também o índio, esse parente próximo do camponês brasileiro. Até hoje não se reconstituiu a história das lutas indígenas no Brasil, as formas dos confrontos entre índios e brancos que continuam até nossos dias. Do mesmo modo, quase nada sabemos sobre as resistências e as lutas do escravo negro (MARTINS, 1995, p. 26).

Para esta dissertação de mestrado precisamos destacar o empenho, dentro dos limites, “de enfatizar as mediações, a diferenciação e a especificidade das categorias sociais (MARTINS, 2008, p. 55)” que estamos estudando, compreendendo a complexidade que existe em cada fração destes territórios produzidos. A ressalva é necessária para evidenciar a complexidade que há entre as classes sociais em sua multiplicidade de frações dos territórios produzidos pelos proprietários de terra (entre camponeses e latifundiários).

Esta questão é importante porque a falta de sensibilidade política pode causar uma problemática na identificação destas categorias sociais. A reprodução de uma concepção, por exemplo, sobre o camponês - que na maioria das vezes não é uma concepção do próprio sujeito sobre si – orientará de forma equivocada as práticas políticas, e mesmo a formulação de políticas públicas destes sujeitos históricos, o que identificamos ser um verdadeiro desserviço à sua autonomia política.

Em nossa interpretação, a fim de não desaguar em subterfúgios que opacificam a reprodução do campesinato, nossa interpretação de método se ancora em autores, tal como Martins (2008) exteriorizando que:

estamos em face de um processo de dupla característica. De um lado, em face de que, sociologicamente, situações como a de exclusão induzem à criatividade social, à inventividade. Em situações assim, o *poder da ordem* se manifesta na busca de alternativas de integração social, de reconstituição do tecido social rompido. A própria vítima regenera rapidamente aquilo que falta para se situar interpretativamente na realidade que parece empurrá-la para fora, excluí-la. Uma segunda característica do processo é que os que se incomodam não só com a exclusão, mas, sobretudo, com as formas de inclusão encontradas e inventadas pela própria vítima dos processos sociais excludentes, têm dificuldade para entender e aceitar essa criatividade. Em outras palavras, os que querem ajudar os “excluídos” estão em aberto e político conflito com os que já se ajudam (MARTINS, 2008, p. 40).

É necessária uma compreensão de método apurada para conceber o que o autor está afirmando: saber o que é preciso fazer para que os “excluídos” deixem de sê-los sugere que eles próprios não sabem o que querem para si, e que, por isso, precisam da intervenção, orientação e tutela daqueles que estão preocupados com esta situação de exclusão, do ponto de vista de certas categorias, mas que, de fato, não vivem a experiência social com a qual estão preocupados. “A designação ‘exclusão’ não conecta o destino de quem a usa ao destino de quem ela designa. Ao contrário, separa-os” (MARTINS, 2008, p. 40, grifo do autor). Para este autor,

Está aí posto um problema. Estamos, aparentemente, em face de orientações autoritárias e intolerantes, na supostamente generosa preocupação com a exclusão social. Mas, numa perspectiva política, estamos em face de um

direito que a sociedade proclama, que é o de decidir a forma de integração social e da participação social, especialmente das populações seriamente vitimadas por situações de anomia (MARTINS, 2008, p. 40).

Dessa forma, entendemos que tanto a classe operária quanto a camponesa estão inseridas no sistema capitalista e não excluídas, mesmo esta inserção acontece de forma precária, marginal, no qual a condição de provisoriedade é imensa. “Porém, quem não está incluído não pode ser protagonista das virtualidades de transformação da sociedade, de realização daquilo que é historicamente possível” (MARTINS, 2008, p. 32).

Na leitura de Paulino (2008) sobre este tema discutido por Martins, considera-se que o autor nos auxilia para as diferenças essenciais entre camponeses e proletários, inclusive para visualizar os seus papéis históricos. Esta autora atenta ao fato de que o trabalho do operário é subordinado ao capitalista, fazendo com que o fruto do trabalho pertença a este desde sua origem. Enquanto que, de modo inverso, o trabalho do camponês é independente, ou seja, o que ele vende não é o trabalho, mas o fruto do seu trabalho (PAULINO, 2008). Esta reflexão é de grande importância para estudar a recriação do campesinato na sociedade capitalista, cujas experiências criadas podem ensinar muito à sociedade como um todo, principalmente nos períodos de crise. As frações dos territórios camponeses, a todo momento revelam estratégias econômicas, sociais e políticas de sobrevivência, luta e reprodução do seu modo de vida.

Considero que há um elemento síntese fundamental - a especificidade do trabalho familiar e a união para conquistas políticas através da luta pela terra -, que junto à economia política, garantem a re/existência das frações dos territórios camponeses. Este elemento corresponde à solidariedade intra-classe, persistente na relação social que lhes dá sustentação. Para Bombardi (2003), esta questão pode ser denominada de “ordem moral camponesa”; a autora entende que “é necessário, quando nos deparamos com grupos camponeses, perceber que operam com uma outra lógica, e, não buscar explicações sempre no âmbito dos fatores econômicos” (BOMBARDI, 2003, p. 112).

Para Bombardi (2003), esta ordem moral aponta um caminho, uma interpretação diferente daquela imposta pela sociedade de mercado, a ordem econômica, racionalidade que costuma operar o modo capitalista de pensar. De acordo com a autora, “o negligenciamento desta questão leva inevitavelmente a uma

incompreensão total daquilo que é central quando discutimos o campesinato, e, por conseguinte, a questão agrária” (BOMBARDI, 2003, p 112). Assim,

a ordem moral está associada a uma sociedade em que os indivíduos não são concebidos separadamente, em que fazem parte de um todo, este, igualmente, também não é concebido como a soma de cada indivíduo, mas, ao contrário, pela relação que se estabelece entre todos os membros que o formam. Nesta visão de mundo, expressa na ordem moral, não cabe uma concepção “atomizada” de sociedade, ou seja, todos os indivíduos de uma comunidade são co-responsáveis uns pelos outros (BOMBARDI, 2003, p. 112).

Portanto, o “plano moral” desta ordem, para ser analisado, carece de um envolvimento com este tipo de relação, que dificilmente será alcançado unicamente por análises de gabinetes, por exemplo. É preciso experimentar estas relações e, com isso, estar disposto a entendê-las a partir da práxis, porque tratam de valores diferentes dos construídos pela racionalidade capitalista, inclusive difíceis de serem compreendidos sem uma predisposição para tal. Nesse sentido, Bombardi (2003) contribui afirmando que,

Trata-se, portanto, de um outro universo de valores, completamente diversos do nosso, os laços de solidariedade são extremos, a vida é tecida com a vida dos outros, vizinhos e parentes, todos conhecem o que está acontecendo com os demais. A ideia do indivíduo com uma “vida pessoal” é inexistente. Se por um lado, muitas vezes as contendas familiares são incomuns, por outro, a ideia de co-responsabilidade é extrema, a dificuldade de outrem é encarada como sendo a própria dificuldade (BOMBARDI, 2003, p. 112).

Com isso, constatamos que a lógica empresarial do lucro é contrária à ordem moral camponesa, embora esses estejam inseridos no mercado. Apesar desta inserção não ser uma novidade no modo de vida camponês nas diversas partes do mundo, esta relação é para manutenção da reprodução da família e de seu modo de vida e não a finalidade unívoca de sua existência.

De acordo com Teodor Shanin (2008),

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises (SHANIN, 2008.p. 25-26).

Entendemos que estas experiências precisam ser conhecidas e veiculadas por toda a sociedade com a devida importância que merecem ter. A capacidade de dar respostas às situações extremas de sobrevivência pode nos orientar de maneira mais objetiva ao pautarmos questões como a solidariedade e a justiça social. Shanin (2008) afirma que:

nós devemos refletir bem sobre isso. Precisamos estudar os camponeses não só para ajudá-los, mas para nos ajudar. Nós não temos que ensinar aos camponeses como viver, nós é que temos que aprender com eles como viver e como resolver problemas nos quais a maior parte da população está envolvida. Especialmente aprender a partir da criatividade e multiplicidade de respostas dos camponeses em situações de crise e de sua capacidade para usar a família como instrumento para se defender de calamidades. A família pode empregar sua mão-de-obra de diferentes maneiras, agregando os resultados de seu trabalho, manter-se reunida e proteger-se de maiores danos. Em certas situações em que não há crédito no banco para os camponeses, eles podem obter crédito com parentes. Tudo isso é extremamente importante e pode ser visto claramente quando estudamos o campesinato de maneira séria, buscando compreendê-lo e buscando decifrar junto com ele o que e como fazer, e não, ensinar a ele o que fazer (SHANIN, 2008, p 28-29).

Dessa forma, demarcamos nosso entendimento sobre o lugar que ocupa o campesinato na sociedade capitalista. Assim, é de fundamental importância a defesa desta perspectiva teórica que referendamos, por ser necessária uma compreensão mais ampla das contradições contemporâneas, que perpassam por uma luta ideológica sobre diferentes concepções do campesinato, sua produção e modo de vida. Se produz então, uma luta pelo conhecimento (SHANIN, 2008). Para o autor as mudanças “[...] se realizam também por meio do constante avanço do conhecimento, porque a verdade tem uma capacidade revolucionária para transformar sociedades” (SHANIN, 2008, p. 23). Portanto, de acordo com este autor:

[...] eu gostaria de dizer que considero que a mobilização militante por terra para os camponeses, que está acontecendo atualmente no Brasil, é positiva, significativa, e deve ser apoiada como o é de fato por pessoas como eu. Mas, nós precisamos também de uma mobilização do conhecimento e pelo conhecimento, não somente por causa do jogo econômico ou por causa da terra, mas para expandir o conhecimento dentro da comunidade acadêmica (SHANIN, 2008, p. 29).

Por fim, é assim que ensaiamos nossa interpretação sobre o papel histórico do campesinato. A partir de um caminho metodológico que se ocupa em analisar as dificuldades e alternativas de superação do modo capitalista de produção, a resistência e recriação camponesa, embasado por um arcabouço teórico que trabalha com questões conceituais acerca das classes sociais e que compreende o campesinato brasileiro no contexto de territórios em disputa, como expressão concreta da luta de classes e suas contradições.

2.3 O TERRITÓRIO, CONCEITO CENTRAL

É essencial argumentar inicialmente que Espaço e Tempo são categorias fundamentais para essa reflexão, no seu sentido ontológico, pois compreendemos que a dimensão espaço-temporal é *conditio sine qua non* para o estudo da produção da sociedade. Espaço-tempo são categorias que revelam as bases da condição humana: não há práxis que não seja situada nessa dimensão e nenhum processo de produção ocorre sem essas contingências e concretude. Nesse sentido, a referência de Lefebvre (2006) nos orienta afirmando que,

[...] considerando o espaço (social), assim como o tempo (social), não mais como fatos da “natureza” mais ou menos modificada, nem como simples fatos de “cultura”, mas como *produtos*. [...] Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira, produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais (LEFEVBRE, 2006, p. 5 – 7).

O território é o conceito central para este estudo, por isso é importante explicar que ele se forma a partir do espaço. A distinção entre o primeiro e o segundo é de fundamental relevância. Para Raffestin (1993),

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, peça representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Essa reflexão precisa ser feita para identificar que as relações e correlações de forças, socialmente produzidas no espaço, não são naturais, e também não são a única forma possível de existência. Por exemplo, para Raffestin (1993):

Para um marxista, o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. “Local” de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Dessa forma, segundo Raffestin (1993)

[...] o território se apoia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se

isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

De acordo com Oliveira (2008), para Raffestin “o espaço, e certamente, o tempo são propriedades inalienáveis, indissolúveis e indissociáveis, que todo ser, coisa ou fenômeno têm e possuem. Já o território é uma construção histórica” (OLIVEIRA, 2008, p. 20). Assim, entendemos que é a sociedade que constrói o território ou parte dele, concebemos que ele é produto e expressão concreta da luta entre povos e as diferentes classes que compõem a sociedade.

Dessa forma, a análise da agricultura, especificamente a brasileira, precisa ser feita a partir da compreensão dos processos de desenvolvimento do modo capitalista de produção em escala mundial. Essa compreensão não permite que se perca de vista que este desenvolvimento é desigual, contraditório e combinado. Ou seja, ao mesmo tempo em que avança reproduzindo relações especificamente capitalistas, produz também, igual e contraditoriamente, relações não capitalistas de produção e de trabalho, como as camponesas e tantas outras necessárias ao seu desenvolvimento devido à sujeição de suas rendas (OLIVEIRA, 2004).

Assim sendo, este trabalho parte da corrente de pensamento que tem no território o conceito central da investigação. De acordo com Oliveira (2008), partimos

[...] da concepção de que o **território** deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) onde o Estado desempenha a função de regulação. O **território** é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade do processo de produção de suas existências. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao **território**. Logo o **território** não é um *prius* ou um *a priori*, mas, a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. (OLIVEIRA, 2008, p. 13, grifos do autor)

Para Oliveira (2008), a construção do território é, simultaneamente, a construção/destruição/manutenção/transformação. Logo, é o processo contraditório de desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, que significa dizer valorização, produção e reprodução. De acordo com o autor,

O processo de valorização é assim compreendido como fruto do processo de transformação que a produção e a reprodução passam. Isto significa dizer que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais; que a produção é produto

contraditório de constituição do capital; e que a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 2008, p. 13).

Portanto, ao considerarmos que o desenvolvimento do modo capitalista é gerado pelo processo de produção propriamente dito, distribuição/circulação, valorização do capital e reprodução da força de trabalho, entendemos que esta lógica contraditória constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo. Mas, é também esta contradição que possibilita a compreensão das diferentes e desiguais formações territoriais, e assim, da espacialização contraditória do capital, na sua produção e reprodução ampliada, e nas suas articulações (OLIVEIRA, 2008).

No campo brasileiro, este processo está marcado pela industrialização da agricultura, ou seja, pelo desenvolvimento da agricultura capitalista. Esta é a expressão da territorialização do capital, sobretudo dos monopólios. Para Oliveira (2008), esta realidade está igualmente marcada no campo pela contradição do processo de expansão da agricultura de base familiar, onde o capital monopolista se apropria da renda da terra camponesa, transformando-a em capital. Neste formato, o capital não se territorializa, mas monopoliza o território marcado pela produção camponesa (OLIVEIRA, 2008).

Esta reflexão é determinante para a elaboração do trabalho, porque nos interessa estudar, a partir do processo de resistência e recriação do campesinato, quais são as estratégias econômicas, sociais e políticas elaboradas na produção do território do Assentamento Dois Riachões e da Rede de Agroecologia Povos da Mata, para superar esta contradição de sujeição da renda camponesa ao capital, através da figura do “atravessador”, e tornar possível, portanto, a autonomia sobre todo processo produtivo.

2.4 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO

O período atual é caracterizado por um processo intenso de industrialização do campo, acompanhado por transformações nas relações de produção e, conseqüentemente, da estrutura socioeconômica e política do campo brasileiro. Como exemplo, podemos citar as mobilizações realizadas pelos movimentos sociais do campo nos últimos anos que foram, em sua maioria, realizada nos grandes centros urbanos. Oliveira (2007) afirma que, desde a década de oitenta, esse processo

acontece, a exemplo das greves realizadas pelos cortadores de cana-de-açúcar e dos apanhadores de laranja de Guariba, em São Paulo, em 1984. Para este autor, trabalhadores rurais fazendo greves nas cidades é um fato qualitativamente novo no campo brasileiro (OLIVEIRA, 2007). Este autor enfatiza que:

esse fenômeno decorre de alterações nas relações de produção na agricultura, pois agora a colheita pode ser feita pela indústria de suco, no caso da laranja. A etapa final do processo produtivo no campo (aquela que emprega ainda maior contingente da força de trabalho) não é mais controlada pelo agricultor. Fracionou-se o processo produtivo em função da necessidade tecnológica da indústria (OLIVEIRA, 2007, p. 8).

Outra característica importante das relações de produção no campo sob o modo capitalista, apresentada por Oliveira (2007), decorre do fato de que o trabalho familiar possui um papel importante e vem aumentando de forma significativa. No Brasil, em 2007, representa mais de 80% da força de trabalho empregada na agricultura (OLIVEIRA, 2007). De acordo com este autor:

Assim, o desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção, particularmente em sua etapa monopolista, cria, recria, domina relações não-capitalistas de produção como, por exemplo, o campesinato e a propriedade capitalista da terra. A terra sob o capitalismo tem que ser entendida como renda capitalizada. Então, os autores dessa corrente entendem principalmente que o processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo se faz na direção da sujeição da renda da terra ao capital, pois assim ele (o capital) pode subordinar a produção de tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

Nesse sentido, concebemos que o desenvolvimento do capitalismo é fruto da reprodução ampliada do capital, ou seja, o modo capitalista de produção não se resume à produção imediata, mas também à circulação e troca de mercadorias por dinheiro, e conseqüentemente, de dinheiro por mercadorias. Nesse sentido, concebemos que o desenvolvimento do capitalismo é fruto da reprodução ampliada do capital, ou seja, o modo capitalista de produção não se resume à produção imediata, mas também à circulação e troca de mercadorias por dinheiro, e conseqüentemente, de dinheiro por mercadorias.

[...] trabalha-se com o princípio de que o capitalismo está em desenvolvimento constante em todo canto e lugar. E esse desenvolvimento é fruto do seu princípio básico, o movimento de rotação do capital: $D - M - D'$. Entende-se também que o chamado processo econômico é constituído de quatro momentos distintos, porém articulados, unidos contraditoriamente. Esses momentos são o da produção imediata, da distribuição, da circulação e do consumo (OLIVEIRA, 2007, p. 20).

A formação econômica-social capitalista é desenvolvida a partir deste processo contraditório, articulado em um movimento dialético que o torna único: a produção, circulação, distribuição e consumo são dialeticamente partes de um movimento único.

De acordo com Oliveira (2007), nestes momentos diferentes, contraditórios, mas articulados, em frações do território capitalista:

tem-se a forma especificamente capitalista de produção (produção de mercadoria e produção de mais-valia), em outros, ora a circulação de mercadoria está subordinada à produção, ora a produção está subordinada à circulação (OLIVEIRA, 2007, p. 21).

Este é o princípio teórico que permite estudar o desenvolvimento desigual do capitalismo na agricultura brasileira, e dessa forma, identificar os rebatimentos da Economia Política nas frações dos territórios camponeses que estamos estudando na Bahia.

Nesse sentido, é preciso inserir a discussão sobre a agricultura brasileira no interior do processo de internacionalização da economia nacional, ou seja, no interior do capitalismo mundializado. De acordo com Oliveira (2015), a mundialização do capitalismo monopolista preparou a distribuição do capital entre diferentes países. Para o autor, a construção dessa nova hegemonia foi possível, também, pelo processo de consolidação dos novos oligopólios internacionais, as conhecidas multinacionais. Estas empresas derivam da crise imperialista e, a partir da disputa pelos mercados e fontes de matérias-primas, realizam uma nova aliança de classe entre as burguesias nacionais (OLIVEIRA, 2015).

Essa aliança mundial das burguesias foi possível, principalmente, por três processos simultâneos e intercambiados: a necessidade de movimentos internacionais de capitais, a produção capitalista internacional e a existência de ações de governos em nível internacional. Segundo Oliveira (2015):

O primeiro foi determinado pela necessidade de reconstrução da Europa e do Japão depois da Segunda Guerra Mundial. Os Planos Marshall e Colombo, as fusões entre empresas industriais estadunidenses e européias, os acordos de São Francisco e de Bretton Woods, a criação do FMI, do BIRD e do Banco Mundial foram ações para estabelecer a regulação mundial para o movimento internacional de capitais derivados, sobretudo, dos fluxos de capitais estadunidenses na Europa, no Japão e, no resto de todo o mundo. O segundo, a produção capitalista internacionalizada, nasceu dos monopólios de pesquisas e da tecnologia que, articulado ao processo anterior, internacionalizaram as economias nacionais passando a controlar a força de trabalho, os mercados e as fontes de matérias-primas dos diferentes países. [...] O terceiro foram as ações internacionais de governos, que se originaram dos dois processos anteriores [...] articulados à necessidade de intervenção

do Estado na economia e na definição dos projetos de cooperação internacional. (OLIVEIRA, 2015, p. 236 – 239)

Dessa forma, estes três movimentos articulados contraditoriamente estão na raiz da formação do capitalismo monopolista mundializado. Essa nova aliança constrói uma interdependência entre os Estados Nacionais e as empresas multinacionais, os primeiros necessitam das segundas para ganhar legitimidade, enquanto estas precisam dos Estados para enfrentar a mundialização. Este processo consolida a fase monopolista do capitalismo mundializado pela unidade das empresas multinacionais às burguesias nacionais, criando, com isso, uma nova ordem mundial, fundada em uma nova divisão internacional do trabalho e na aliança da classe burguesa a nível internacional (OLIVEIRA, 2015).

A agricultura também se transformou com o processo de mundialização do capitalismo monopolista. É importante considerar que antes do neoliberalismo, a produção de alimentos estava sustentada, em grande medida, pelo trabalho familiar camponês, apoiada por fortes subsídios agrícolas, com agroquímicos, nos sistemas de estoques governamentais, tendo a FAO como seu órgão mundial. Este processo tem o nome de revolução verde e cumpriu importante papel para a ideologia capitalista (OLIVEIRA, 2015).

De acordo com Oliveira (2015), uma série de mudanças econômicas e políticas foram estruturadas para dar sustentação a este desenvolvimento:

Com o neoliberalismo, passou a ocorrer, em primeiro lugar, a pregação neoliberal contra os subsídios, obviamente, uma postura contra a agricultura de base familiar camponesa. Em segundo lugar, os governos neoliberais passaram a reduzir os estoques governamentais de alimentos, por uma subreptícia substituição das políticas de soberania alimentar pela política de segurança alimentar. O neoliberalismo retirou a noção de segurança alimentar da área da saúde pública, onde o conceito foi formulado, fundado na qualidade dos alimentos, e levado para a área das políticas públicas de abastecimento alimentar. [...] Em terceiro lugar, as políticas públicas de segurança alimentar dos Estados neoliberais passaram a substituir os estoques governamentais pelos estoques das empresas monopolistas mundiais, tornando o mercado o único regulador do abastecimento alimentar das populações nacionais. Em quarto lugar, foi criada em 1994 a Organização Mundial do Comércio (OMC), como órgão mundial de regulação e de decisões mundiais entre os países com contendas comerciais (OLIVEIRA 2015, p. 240).

Oliveira (2015) afirma que sob o capitalismo monopolista mundializado a agricultura se estrutura sobre uma tríade: produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais. Nos argumentos do autor,

O primeiro termo da tríade teve como objetivo transformar toda a produção do campo em produção de *commodities* (mercadorias) para oferecê-la ao mercado mundial. Ou seja, a produção de alimentos saiu da órbita da geopolítica como questão estratégica nacional, passando a ser simplesmente mais uma mercadoria a ser comprada no mercado mundial, independentemente de onde ela fosse produzida. [...] O segundo termo da tríade são as bolsas de mercadoria e futuro, que passaram a ser o centro regulador dos preços mundiais das commodities. A principal bolsa mundial de comercialização de alimentos é a Chicago Mercantile Exchange (CME), ou The Merc, ou simplesmente Bolsa de Chicago. [...] O terceiro termo da tríade foi a formação das empresas monopolistas mundiais, o que permitiu o controle monopolista da produção de commodities do campo. Essas empresas monopolistas mundiais têm nas multinacionais suas bases formadoras, ou seja, nasceram pelo processo mundial de investimentos diretos de capitais através das filiais, fusões, associações, franquias etc. (OLIVEIRA, 2015, p. 240 – 241).

No Brasil, as características destas empresas monopolistas são a abertura de capital e lançamentos de ações em bolsas, por exemplo: na BM&FBovespa estão as ações da Duratex S/A (1966), da Suzano Papel e Celulose S/A (1980), da Eucatex S/A Industria e Comércio (1966), da Cosan S/A (2005), da Brasilagro – Cia Brasileira de propriedades agrícolas (2006), da Klabin S/A (2006), da Vanguarda Agro S/A (2006), da SLC Agrícola S/A (2007), da LBS S/A (2007), da Marfring Alimentos S/A (2007), da Minerva S/A (2007), da Cosan LTD (2007), da São Martinho S/A (2007), da Tereos Internacional S/A (2007), da Satipel Industrial S/A (2007), da Fibra Celulose S/A (2009), da BRF S/A (2009) e da Biosev S/A (2013). Com destaque para a SLC Agrícola S/A que, em 2007, tornou-se a primeira “fazenda” empresa de capital aberto do mundo a colocar ações em bolsas (OLIVEIRA, 2015, p. 241).

No neoliberalismo, a formação de grupos e conglomerados econômicos entre empresas, acima citadas, está articulada em escala mundial pelos processos de fusão, aquisição, associação, entre outras formas, sendo essa sua característica principal. Essas corporações controlam, hegemonicamente, os alimentos que as pessoas consomem por todo o mundo e seus preços.

De acordo com Oliveira *et al* (2016), essas empresas monopolistas mundiais articulam-se a partir de dois processos de apropriação do território no comando da produção agropecuária e florestal mundial: a territorialização dos monopólios e a monopolização dos territórios.

A territorialização do monopólio na agricultura ocorre através do controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal. Isso significa dizer que o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial pode ser a mesma pessoa física ou

jurídica. Dessa forma, este proprietário aparece no processo econômico como duas classes sociais distintas, proprietário da terra e burguesia capitalista, e como duas categorias sociais (OLIVEIRA, 2015).

O monopólio do território na agricultura acontece através das empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que não produzem os alimentos, mas controlam a produção através da apropriação da renda camponesa e subordinação de capitalistas produtores no campo (OLIVEIRA, 2015). Segundo o autor,

No Brasil, monopolizam o território no setor de grãos as empresas mundiais ADM, Cargill, Bunge, LDC Commodities; El Tejar e Enrique Bañuelos. Mas fazem-no também as empresas nacionais Caramuru, Amaggi, Granol etc. [...] Entretanto, nem elas plantam o que vendem, nem têm terras ou as arrendam para plantar – são apenas *trading companies* que estabelecem relações de subordinação que lhes garantem o controle monopolístico do território. Os exemplos são a JBS S/A e a BRF S/A, entre as nacionais, e a Bunge, a Cargill, a ADM e a Dreyfus, entre as multinacionais (OLIVEIRA, 2015, p. 243).

O monopólio do território na agricultura é a contradição que nos interessa estudar na elaboração desta pesquisa. As estratégias políticas, social e econômicas construídas na resistência e recriação do campesinato precisam e estão sendo elaboradas no sentido da superação do formato acima mencionado. Os “circuitos curtos de circulação”, assim denominados pela rede, realizam a inter-relação entre quem produz os alimentos agroecológicos com quem irá se alimentar destes, diminuindo, em grande medida, a figura do “atravessador”, ou a sujeição da renda camponesa através do monopólio desta fração de território que estamos estudando.

Essa questão torna pertinente o debate da soberania alimentar, porque são as práticas realizadas em seu interior que poderão ser exemplos para a conservação de valores, em que os espaços de trocas virtuosas, únicas capazes de soldar, na diversidade, a unidade de interesses dos camponeses e trabalhadores urbanos, sejam mediados pelo trabalho e não pela exploração (PAULINO, 2015).

Assim, delimitamos um caminho de método e de teoria para realizar esta pesquisa. A partir da resistência e recriação do campesinato como classe social inserida contraditoriamente no sistema capitalista e por este explorado, mas também há luta e potência de transformação radical do capitalismo. Dessa forma, pesquisamos as suas estratégias políticas e econômicas para sua re/existência, a partir das frações do território articulados pela Rede e Agroecologia Povos da Mata.

3 CRÍTICA À ECONOMIA POLÍTICA DA AGROECOLOGIA DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA (2015-2018)

3.1 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Para iniciar este tema é fundamental inseri-lo em dois processos que caminharam juntos e intercambiados a partir da década de 80 do século passado: o neoliberalismo e a mundialização do capital.

Para Oliveira (2017), o neoliberalismo é “uma espécie de releitura atualizada do liberalismo a partir das concepções econômicas neoclássicas”, referindo-se a uma visão do capitalismo pela burguesia. Este conjunto de ideias políticas e econômicas se fundamenta na diminuição ou na não participação do Estado na economia, e na liberalização do comércio em nível mundial. Pode-se citar como elementos que compõem esta ideologia: “livre circulação de capitais internacionais, abertura das economias nacionais para a entrada de multinacionais, a implementação de ações que impeçam o protecionismo econômico, adoção de política de privatizações de empresas estatais, etc.” (OLIVEIRA, 2017, p. 11).

Chauí (1994), a partir das questões “O que é capitalismo atual para um país como o Brasil?” e “Que sabemos sobre o capitalismo contemporâneo?”, enumerou sete características do capitalismo monopolista no período do neoliberalismo, com a ressalva de que, “se reunirmos diferentes estudos, poderemos ter apenas um quadro aproximado do que se convencionou designar como “colapso da modernização” (CHAUÍ, 1994, p. 6-8).

A primeira característica do neoliberalismo ressaltada por Chauí (1994) é o desemprego, de acordo com a autora:

O desemprego tornou-se estrutural, deixando de ser acidental ou expressão de uma crise conjuntural, porque a forma contemporânea do capitalismo, ao contrário de sua forma clássica, não opera por inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo, mas por exclusão (CHAUÍ, 1994, p.6-8).

Assim, para a autora, a fase atual do capitalismo monopolista neoliberal opera por exclusão e não por inclusão, sendo o desemprego uma face estrutural do seu desenvolvimento. É assentada nesse elemento que esta lógica consegue garantir

baixos salários, a partir da ampliação do exército de reserva de trabalhadoras e trabalhadores.

A segunda característica do neoliberalismo, ainda segundo Chauí, está relacionada com o monetarismo e o capital financeiro. Para a autora, “o monetarismo e o capital financeiro tornaram-se o coração e o centro nervoso do capitalismo, ampliando a desvalorização do trabalho e privilegiando a mais abstrata e fetichizada das mercadorias, o dinheiro;” (CHAUÍ, 1994, p. 6-8).

Outra característica estrutural do neoliberalismo apontada por ela, é a terceirização:

A terceirização tornou-se estrutural, deixando de ser um suplemento à produção que, agora, não mais se realiza sob a antiga forma fordista das grandes plantas industriais que concentravam todas as etapas da produção – da aquisição da matéria prima à distribuição dos produtos -, mas opera por fragmentação e dispersão de todas as esferas da produção, com a compra de serviços no mundo inteiro; (CHAUÍ, 1994, p. 6-8).

Sobre a questão, Oliveira (2017) relata que a terceirização assume um papel fundamental na alteração da relação capital x trabalho; a palavra de ordem das empresas se torna a flexibilidade, é o capitalismo flexível. Segundo o autor, o capitalismo produziu a forma mundial de administração dos negócios em qualquer parte do mundo (OLIVEIRA, 2017).

Chauí (1994) afirma que a quarta característica do neoliberalismo está relacionada com a nova atribuição desempenhada pela ciência e tecnologia no capitalismo monopolista mundializado:

A ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converterem em agentes de sua acumulação. Consequentemente, mudou o modo de inserção dos cientistas e técnicos na sociedade (tornaram-se agentes econômicos diretos) e a força capitalista encontra-se no monopólio dos conhecimentos e da informação; (CHAUÍ, 1994, p. 6-8).

Atualmente, é difícil conceber as forças produtivas, a ciência e a tecnologia como não sendo partes de um mesmo movimento, ou processo, portadoras da intenção de ter a acumulação de capital como objetivo principal. E a universidade pública desempenha um papel importantíssimo na reprodução desse processo, assim como as privadas, mas ressalto as de caráter público porque deveriam ter como resultado do conhecimento elaborado o bem comum da sociedade e não a privatização do mesmo. Para Oliveira (2017),

Além da invasão do mundo acadêmico pelo discurso econômico, político e cultural do neoliberalismo, o próprio mundo acadêmico foi se transformando na direção de produzir no interior dele próprio, a reprodução do mesmo. De um lado, estava a política de “privatização” de muitos centros de pesquisa, e do outro, a política de introduzir o capital privado no interior dos centros de pesquisa. Estes, embora públicos tornaram-se “privados” a partir do imaginário social de seus técnicos, onde em geral reina a ideologia capitalista (OLIVEIRA, 2017, p. 36).

A quinta característica do neoliberalismo, citada por Chauí (1994), é que a privatização de estatais e serviços assegurados pelo Estado também se tornaram estruturais. De acordo com a filósofa,

Diferentemente da forma keynesiana e social-democrata que, desde o pós-Segunda Guerra, havia definido o Estado como agente econômico para regulação do mercado e para investimentos nas políticas de direitos sociais, agora, o capitalismo dispensa e rejeita a presença estatal não só no mercado, mas também nas políticas sociais, de sorte que a privatização também tornou-se estrutural; (CHAUÍ, 1994, p. 6-8).

As estatais passaram a ser rapidamente privatizadas, transformando o capital acumulado socialmente em capital privado para grupos de empresas. Segundo Oliveira (2017), com o neoliberalismo “a política de privatização se tornou uma política pública de governo. Foi como se estivéssemos diante de uma “nova acumulação primitiva” do capital (OLIVEIRA, 2017, p. 41)”, realizada através da injusta negociação, para a sociedade, entre o governo e os grupos empresariais. O Estado deixa de ter o controle de setores extremamente estratégicos para a segurança do país, por exemplo: setor de telecomunicações, siderúrgico, minero-metalúrgico, aeronáutico, eletromecânico, de material ferroviário, elétrico, petroquímico, de fertilizantes, transportes, pesquisa e exploração de petróleo (OLIVEIRA, 2017).

A sexta característica do neoliberalismo exibida por Chauí (1994) é a transnacionalização da economia. Segundo a autora:

A transnacionalização da economia torna desnecessária a figura do estado nacional como enclave territorial para o capital e dispensa as formas clássicas do imperialismo (colonialismo político-militar, geopolítica de áreas de influência, etc.), de sorte que o centro econômico e político encontra-se no FMI e no Banco Mundial (CHAUÍ, 1994, p. 6-8).

Dessa forma, constitui-se uma nova forma de imperialismo, alicerçada na consolidação dos oligopólios mundiais originados das empresas multinacionais, e é desta reestruturação que deve ser compreendido o desenvolvimento do capitalismo atual e mundializado. De acordo com Oliveira (2017),

As empresas mundiais são, portanto, a expressão mais avançada de um capitalismo que a partir da crise interimperialista, moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho, que permitiram superar as

contradições da disputa de mercados e do controle de fontes de matérias-primas entre as empresas “nacionais” (OLIVEIRA, 2017, p. 88).

A sétima e última característica sinalizada por Chauí (1994) foi, finalmente:

A distinção entre países de Primeiro e Terceiro Mundo tende a ser substituída pela existência, em cada país, de uma divisão entre bolsões de riqueza absoluta e de miséria absoluta. Há, em cada país, um “primeiro mundo” (basta ir aos Jardins e ao Morumbi, em São Paulo, para vê-lo) e um “terceiro mundo” (basta ir a Nova York e Londres para vê-lo). A diferença está apenas no número de pessoas que, em cada um deles, pertence a um dos “mundos”, em função dos dispositivos sociais e legais de distribuição de renda e garantia de direitos sociais consolidados. (CHAUÍ, 1994, p. 6-8).

Portanto, a mundialização do capital configurou uma nova ordem regida pelas empresas capitalistas mundiais. Formada pelo capitalismo monopolista, está criando uma nova divisão mundial do trabalho, reestruturando uma nova organização territorial em escala mundial do capitalismo (OLIVEIRA, 2017). De acordo com Oliveira (2017),

A mundialização do capital uniu dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial. O centro do capitalismo não está centrado só nos países ricos, o centro está em todo o mundo onde as empresas mundiais estão (OLIVEIRA, 2017, p. 89).

O período correspondente ao processo de mundialização do capital se destaca por apresentar uma nova configuração do capitalismo no mundo e dos instrumentos que dirigem seu desenvolvimento e regulação. Para uma boa compreensão deste tema, antes é preciso introduzir um debate ideológico em torno de uma disputa política da semântica dos termos globalização (global) e mundialização (mundial).

Segundo Chesnais (1996), o adjetivo “global” apareceu no início dos anos 80, nas renomadas universidades americanas de administração de empresas, as “business management school” de Harvard, Columbia, Stanford, etc. O termo foi difundido a partir das obras e artigos produzidos pelos mais capacitados consultores de estratégias e marketing, formados nessas escolas, o japonês K. Ohmae (1985 e 1990) e o americano M. E. Porter. Rapidamente foi apropriado pelo discurso político neoliberal, porque este termo era utilizado tendo como destinatários os grandes grupos empresariais, com o propósito de passar a seguinte mensagem (CHESNAIS, 1996):

Em todo lugar onde se possa gerar lucros, os obstáculos à expansão das atividades de vocês foram levantados, graças à liberalização e à desregulamentação; a telemática e os satélites de comunicação colocam em suas mãos formidáveis instrumentos de comunicação e controle; reorganizem-se e reformulem, em consequência, suas estratégias internacionais (CHESNAIS, 1996, p. 23).

Dessa forma, o “globalismo” foi obviamente estimulado por dirigentes e políticos com a intenção de tornar mundial as suas economias sem que com isso precisem ter grandes dificuldades, inclusive, de poderem cooperar para o desenvolvimento deste processo. Chesnais (1996) cita o exemplo de grandes industriais japoneses que mesmo possuindo uma das economias mais fechadas, são uns dos mais internacionalizados do mundo, apropriam-se dessa expressão pensando no mundo “triádico” que estaria surgindo entre americanos, europeus e japoneses. Portanto, de acordo com este autor, para estes grupos de japoneses:

Estimular o “globalismo” significa, para eles, fazer o seguinte chamado aos dirigentes industriais e políticos americanos e europeus: vamos parar de brigar por questões menores e bobas, como quotas de importação e de que modo nós manejamos a política industrial, vamos tomar consciência de nossos interesses comuns e cooperar! (CHESNAIS, 1996, p. 23).

Esse movimento econômico e político foi criado a partir da apologia da “globalização”, substanciada pela academia, assentado na ideologia de um mundo sem fronteiras, e as grandes empresas sem nacionalidade.

Aqui, é pertinente destacar a importante análise realizada por Santos (2011) a partir do termo “globalização” sob uma perspectiva crítica, identificando suas múltiplas faces. O autor apresenta o mundo globalizado baseado em três aspectos que considera fundamentais, que são, a globalização: i) como fábula, “O mundo tal como nos fazem crer: a globalização como fábula”; ii) como perversidade, “O mundo como ele é: a globalização como perversidade”; iii) e como possibilidade ou, “O mundo como ele pode ser: uma outra globalização” (SANTOS, 2001, p. 18).

Segundo Santos (2001), a máquina ideológica sustentada pela alienação na atualidade é peça fundamental no funcionamento e continuidade do sistema como um todo. A falsa ideia de que todos fazem parte da “aldeia global” da mesma forma, aproximando as pessoas, os países e o mundo, sem fragmentação, é elemento indispensável para o movimento do sistema capitalista. O mito de que o mundo está ao “alcance das mãos” para todas as pessoas quando, na verdade, este processo aprofunda as desigualdades espaciais, como consequência de um mercado avassalador, estando com os Estados nacionais o importante papel de cumprir as regras reclamadas pelas finanças e pelos interesses internacionais das grandes empresas, é a realidade das necessárias fábulas do desenvolvimento capitalista (SANTOS, 2001).

A realidade do mundo, a globalização em sua face perversa, é sistêmica de acordo com Santos (2001), e está relacionada com os comportamentos competitivos que caracteriza as ações hegemônicas da atualidade. Os frutos desse processo são as alarmantes desigualdades socioespaciais, os salários progressivamente mais baixos, fome, desemprego, desabrigo, etc. “Uma verdadeira fábrica de perversidades [...] todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização” (SANTOS, 2001, p. 19-20).

Por fim, o mundo como ele pode ser, em consequência de outra globalização, as possibilidades construídas pela humanidade, neste atual período, através da inserção no sistema técnico, ainda que extremamente fragmentado e limitado pela sociedade dividida em classes. Segundo Santos (2001),

Todavia, podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o grande capital se apoia para construir a globalização perversa de que falamos acima. Mas, essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos (SANTOS, 2001, p. 20).

Considero a criação de possibilidades uma tarefa indispensável na reflexão e construção da práxis dos intelectuais acadêmicos, principalmente, neste período que estamos vivendo, onde as perspectivas para as classes pauperizadas tendem a ser penosas. E essa produção precisa ser realizada no cotidiano, com os grupos sociais interessados na transformação das suas vidas a partir da possível transformação do mundo. A análise crítica da realidade é fundamental a fim de construir possibilidades e esperança, portanto, necessária à criação do combustível que estimula o movimento transformador. Por isso, considero importantes essas contribuições de Santos (2001) para analisar o mundo em seu período atual, apontando possibilidades em um momento seriamente difícil de encontrar alternativas aos problemas gerados pela mundialização do capital de forma empírica.

Dito isso, retomamos a discussão em torno dos efeitos causados pela mundialização do capital, elaborada por CHESNAIS (1996).

É fundamental ter a compreensão de que estes termos referentes à globalização não são neutros, ao contrário, são cheios de intencionalidade. Chesnais (1996) considera que são termos “vagos e ambíguos” que se capitalizaram através de um discurso político e econômico cotidiano para manipular o imaginário social e pesar

nos debates políticos com muita facilidade porque são cheios de conotações. Porém, na medida em que podem ser empregados a partir do conteúdo ideológico com critérios de conveniência (CHESNAIS, 1996), tornam-se perigosos.

Chesnais (1996) elaborou o conceito de “mundialização”, de origem francesa, em resposta ao avanço do neoliberalismo no mundo acadêmico. Dessa forma, tal conceito surge na academia com a intenção de explicar os elementos geradores deste novo período de desenvolvimento capitalista monopolista. De acordo com o autor,

A mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas *distintos*. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de dismantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan (CHESNAIS, 1996, p. 34).

Oliveira (2017) afirma que a mundialização do capitalismo monopolista preparou em escala mundial a distribuição do capital em diferentes países. A estruturação desta nova hegemonia foi possível devido à emergência dos Estados Unidos como maior potência militar e econômica do mundo; o autor também destaca o processo de consolidação dos novos oligopólios internacionais, que são as empresas mundiais (OLIVEIRA, 2017).

As grandes empresas mundiais, ou a compreensão da hegemonia construída pelo oligopólio destas, são fundamentais para entender as contradições e dificuldades da resistência e recriação das frações de territórios agroecológicos produzidos pelo campesinato. Por exemplo, atualmente o mercado de tecnologias agrícolas mundial é monopolizado pela união destas megaempresas: a estadunidenses Dow e DuPont, a suíça Syngenta com a chinesa ChemChina, e a última fusão em 2018, da norte americana Monsanto e a alemã Bayer. A unificação de tais empresas, somadas à estadunidense Basf, formam os quatro grupos econômicos que protagonizam o mercado agroquímico mundial. Na Tabela 1, é possível analisar a distribuição da venda de agrotóxicos entre as dez maiores empresas produtoras. É importante saber que esses números são de 2016, ou seja, anteriores às três fusões citadas; entre negociações e efetivação das fusões foram três anos, de 2016 a 2018.

Tabela 1 - Mercado Mundial de Agrotóxicos – 10 maiores empresas (2016)

	Empresa	Vendas de Agrotóxicos (US\$ Bilhões)	(%) do mercado
1 ^a	Syngenta (Suíça)	9,571	19,2
2 ^a	Bayer CropScience (Alemanha)	8,810	17,6
3 ^a	BASF (Alemanha)	6,163	12,3
4 ^o	Dow AgroSciences (EUA)	4,631	9,3
5 ^a	Monsanto (EUA)	3,514	7,0
6 ^a	DuPont (EUA)	2,884	5,8
7 ^a	Adama (China)	2,877	5,8
8 ^a	Sumitomo Chemical (Japão)	2,380	4,8
9 ^a	FMC (EUA)	2,270	4,5
10 ^a	UPL (EUA)	2,157	4,3
	Demais	4,663	9,1
	Total	49,920	100

Fonte: Bombardi (2017, p. 43).

Considerando esses dados, falar de agroecologia significa, antes de tudo, constatar que há forças econômicas internacionais detentoras de influência e incentivos em todas as escalas de tomada de decisão do Estado brasileiro, como apresentaremos no decorrer deste capítulo.

Desde o anúncio da fusão da Bayer com a Monsanto, ou da compra da Monsanto pela Bayer, este tema é notícia nos principais jornais econômicos do Brasil, por se tratar do que viria ser uma das duas maiores empresas de agroquímicos (agrotóxicos e fertilizantes químicos) e de sementes transgênicas do mundo. Vamos citar dois jornais com posicionamento ideológico/político antagônicos, porém, ao apresentar esta notícia destacam uma precaução: o monopólio do mercado por esta corporação.

A primeira notícia é do jornal digital G1, que é da Rede Globo de Comunicação, reconhecida por ter uma postura conservadora favorável ao desenvolvimento do

capitalismo, propagandeiam as marcas destas grandes empresas. Segundo o G1, em matéria realizada por Presse (2018),

As agências que regulamentam a concorrência nos Estados Unidos e na Europa autorizaram a operação, mas obrigaram a Bayer a vender parte de suas atividades à rival alemã Basf. Após a fusão, a divisão agroquímica da Bayer terá um faturamento de quase 20 bilhões de euros, valor que já leva em consideração a venda de atividades para a BASF, que representa quase 2 bilhões de euros. A nova empresa vai superar as concorrentes do setor que concretizaram fusões recentemente: ChemChina, que se uniu à suíça Syngenta, e Dow com DuPont, duas empresas americanas. A princípio, as autoridades expressaram o temor de um abuso de posição dominante na área dos produtos agrícolas (PRESSE, 2018).

A segunda notícia é do jornal Brasil de Fato, conhecido por reportar os avanços construídos pelos movimentos sociais brasileiros e do mundo, no que se refere às boas práticas e experiências exitosas, inclusive, experiências agroecológicas. Também é notável por sua postura crítica aos problemas gerados pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista, levando em consideração as adversidades destas grandes empresas no Brasil. De acordo com a publicação do jornal, em reportagem realizada por Pina (2018):

A compra da Monsanto pela Bayer concentra ainda mais o mercado dos insumos e sementes transgênicas. Em 2010, seis empresas – Monsanto, DuPont, Bayer, Syngenta, Dow Chemical e Basf – controlavam cerca de 75% do mercado mundial de agrotóxicos, dois terços de todas as sementes e 100% do mercado de sementes transgênicas. O levantamento é do grupo ETC, que analisa as fusões do setor há mais de 30 anos. A ambientalista mexicana Silvia Ribeiro, diretora da entidade na América latina, contextualiza a compra da Monsanto em um processo mais amplo de megafusões no setor. Há um ano, em junho de 2017, a ChemChina, sétima no segmento mundial de agrotóxicos, concluiu a compra do grupo suíço Syngenta por US\$ 43 bilhões. Três meses depois, em setembro de 2017, a fusão das americanas Dow Chemical e DuPont deu origem à holding DowDuPont. Ribeiro pondera que a decisão vai concentrar o mercado em quatro empresas e impactar toda a sociedade, tanto as populações urbanas quanto as rurais. Ela também se preocupa com o aumento da pressão das multinacionais sob governos, locais e nacionais, por políticas públicas, subsídios e infraestrutura a seu serviço, e também para que sejam mais permissivos com os agrotóxicos (PINA, 2018).

Estas duas matérias também destacam que a compra da Monsanto pela Bayer foi uma estratégia para diminuir o prejuízo na reputação da primeira, dado o desgaste midiático que sofreu desde sua criação pela quantidade de denúncias, processos e protestos por movimentos sociais populares e ambientalistas, ONG's, assim como de pessoas que sofreram de alguma forma adversidades desta empresa. Entendemos que este foi um ponto importante para a transação, porém, este processo é, fundamentalmente, resultado da nova lógica que expressa anteriormente a acumulação de capital proveniente da mundialização do capital monopolista.

A compra da Monsanto pela Bayer custou em torno de sessenta e três bilhões de dólares e após o acordo, a agroquímica Bayer terá um ganho de vinte bilhões de Euros (PINA, 2018).

Atualmente, o mercado mundial de agrotóxicos movimentava cinquenta e sete bilhões de dólares por ano. O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo; em 2016, gastou US\$ 9,56 bilhões (SINDIVEG, 2017), números que representam aproximadamente 20% do mercado mundial (PELAEZ, 2015).

Pelo exposto, adentrar na discussão em torno da Economia Política da agroecologia torna imprescindível dar a devida importância que as citadas cifras merecem. Pois esta relevância econômica é um elemento determinante na elaboração, ou na alteração, das leis ambientais, agrárias e agrícolas de muitos países.

3.2 - A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A AGRICULTURA BRASILEIRA

A análise da agricultura brasileira neste início de século deve ser feita a partir da compreensão do capitalismo em nível mundial (OLIVEIRA, 2004). Isso significa dizer, através da análise do capitalismo oligopolista das empresas multinacionais de produtos agroquímicos e seu rebatimento na organização do território agrário/agrícola brasileiro. E, também, o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho.

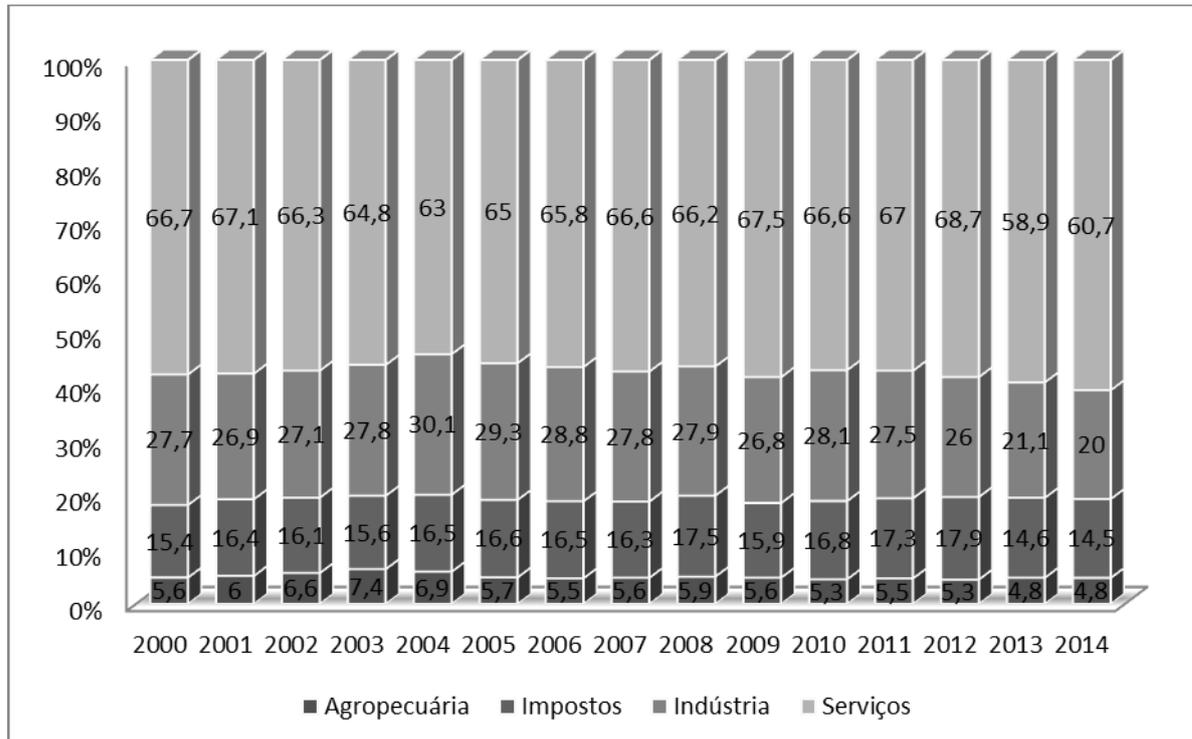
Primeiro, é necessário expor a premissa de que, levando em consideração a inter-relação da agricultura, indústria e o setor de serviços no Brasil, a agropecuária não é o responsável por sustentar a economia brasileira. De acordo com Oliveira (2017),

É por isso que o Ministério da Agricultura (MAPA) adota como critério para abordar o papel do agronegócio o denominado “PIB do agronegócio”, ou seja, “matemagia” que, como já afirmado, soma os dados da indústria e dos serviços a aqueles da agropecuária, passando para a sociedade uma ideia de grandeza que a agropecuária brasileira não tem (OLIVEIRA, 2017, p. 108).

Oliveira (2017) ao apresentar os dados divulgados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da ESALQ/USP (CEPEA), responsável por elaborar o “PIB do agronegócio” para a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), revela que em 1996, ele foi de R\$ 656,324 bilhões, enquanto que na apuração do IBGE foram apenas R\$ 40,958 bilhões, ou seja, o da CNA está dezesseis vezes

inflacionado. Ainda de acordo com Oliveira (2017), tomando como base os números de 2011, para o CEPEA/USP/CNA são de R\$917,658 bilhões, enquanto que para o IBGE são R\$ 192,653, ou seja, 4,7 vezes maior (OLIVEIRA 2017). Ver Gráfico 1:

Gráfico 1 - Brasil - Produto Interno Bruto (PiB) – 2000 a 2014.



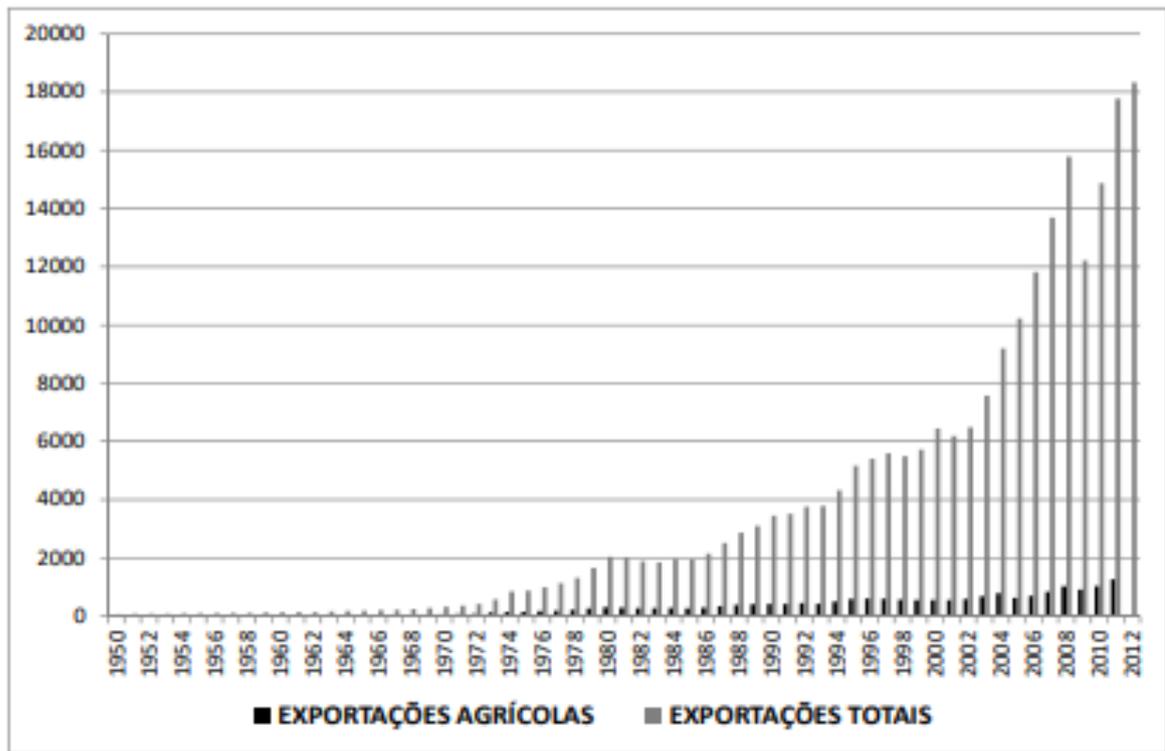
Fonte: OLIVEIRA (2017, p. 105).

Outra constatação de Oliveira (2017) que contribui para argumentação de que é astuciosa a ideia de o agronegócio ser o responsável por garantir economicamente o país, tem que ver com a análise das exportações mundiais de mercadorias. Para o autor, chama a atenção, principalmente, a participação dos produtos industriais e de serviço, enquanto que os produtos de origem agropecuária e florestal têm aumentado lentamente de maneira geral (Gráfico 2). Nesse sentido,

Em 1950, as exportações totais de mercadorias foram de 62 bilhões de dólares e as exportações de produtos agropecuários e florestais foram de 27,93 bilhões de dólares. Porém, em 1980, o quadro era o seguinte: 2 trilhões e 34 bilhões para as exportações totais e apenas 298,8 bilhões para as exportações agropecuárias e florestais. Assim, o crescimento das exportações totais foi de 33 vezes mais, e as agropecuárias e florestais de apenas pouco mais de 10 vezes. Comparando-se com os dados de 2011, verifica-se que as exportações totais foram de 17 trilhões e 778 bilhões de dólares, crescendo, pois, desde 1950, o total de 286 vezes, e, em relação a

1980, o total de 8 vezes. Já a produção agropecuária e florestal alcançou, em 2011, o total de um trilhão e 265 bilhões, portanto, cresceu em relação a 1950 o total de 45 vezes e em relação a 1980 cresceu apenas 4 vezes (OLIVEIRA, 2017, p. 108-109).

Gráfico 2 - Brasil – Exportações mundiais (bilhões US\$) – 1950 a 2012.



Fonte: OLIVEIRA (2017, p. 109).

Portanto, esses números evidenciam que não há lugar, dessa forma, no desenvolvimento do mundo do capitalismo mundializado para países exportadores de *commodities* agrícolas. Entendemos que os prejuízos causados por esta lógica não justificam os lucros de uma pequena parcela da população do campo, de latifundiários, e o grande lucro das empresas multinacionais de agroquímicos, as mais beneficiadas do esquema. Estes elementos começam a revelar que o Brasil sustenta o agronegócio e não o contrário, e isso ficará mais visível no decorrer do item.

Esta exposição nos remete à compreensão, de acordo com Oliveira (2017), de que se trata do desdobramento da luta de classes na teoria, para exaltar de forma enganosa os feitos desta classe social que domina a política do país desde o período colonial. É importante exaltar, de forma negativa, que esta classe latifundiária possui

expressiva influência ideológica nos cientistas das universidades, instituições de pesquisas públicas (OLIVEIRA, 2017) e na política.

Dessa forma, afirmamos que as escolhas do modelo de desenvolvimento no campo brasileiro são frutos de uma construção história de influência e poder nas tomadas de decisões políticas do país para atender, em grande medida, aos interesses desta classe social ruralista, e que atualmente estão associadas às empresas multinacionais do agronegócio. Isso se expressa no que Bombardi (2012) denomina da fusão do “arcaico e moderno” no campo brasileiro (BOMBARDI, 2012). A autora se refere a quatro grupos de interesses que em muitos momentos se sobrepõem: os proprietários de terra, o do capital territorializado no campo e o do capital que monopoliza a renda da terra, e associado a este último, os oligopólios internacionais que produzem agroquímicos e sementes transgênicas (BOMBARDI, 2013).

Como já discutido no capítulo I, compreendemos que o campesinato brasileiro apresenta uma característica peculiar: o fato de ser sem-terra. Ou seja, a luta para permanecer ou entrar na terra é uma condição de existência para esta classe no Brasil, fator que está obviamente relacionada à grande concentração de terra. Também, ressaltamos que o capitalismo se desenvolve de forma desigual, contraditória e combinada, tornando as relações não-capitalistas de produção imprescindíveis para a reprodução ampliada do capital.

Esta contradição possibilita entender o mecanismo específico das multinacionais do setor agroquímico agindo no campo. Bombardi (2013) versa sobre um elemento fundamental que distingue a agricultura da indústria: é o tempo da natureza. Segundo a autora,

a agricultura, diferentemente da indústria, tem subjacente a ela a natureza, o tempo da natureza. Por mais tecnológica mecânica e/ou biotecnologia aplicadas às práticas agrícolas ou de criatório, que estabelecem controles maiores e redução de tempo de produção, a produção está sob os desígnios da natureza (BOMBARDI, 2013, p. 3).

Bombardi (2013) considera que este elemento central, que diferencia a agricultura da indústria, evidência a especificidade do desenvolvimento do capitalismo no campo, que em momentos coincide com o campesinato, em outros o expulsa e, regularmente, subordina sua renda (BOMBARDI, 2013). De acordo com a autora:

Esta é a lógica da indústria agroquímica: a subordinação da renda da terra ao capital. Por isto esta indústria avança com o avanço do agronegócio, já

que o modelo da monocultura é necessariamente um modelo demandador de pacotes agroquímicos. Neste sentido é que é possível verificar o crescimento das indústrias de agroquímicos, sem que, necessariamente tenham que realizar diretamente algum cultivo (BOMBARDI, 2013, p. 3).

Bombardi (2012, 2013, 2017) expõe a conexão entre o aumento expressivo do uso de agrotóxicos no país e o agronegócio. Esta relação é fundamental para entender como o poder econômico influencia diretamente na tomada de decisão política, partes complementares de um movimento dialético.

Na última década, houve em todo o mundo um expressivo aumento do uso de agrotóxicos em função de dois elementos. O primeiro é a transformação de alimento em combustível. Isso deve-se ao fato de que muitos dos cultivares que durante séculos serviram para a alimentação humana, foram sendo transformados em “massa” para a produção de energia, sendo os principais a cana, o milho e a soja. Aliado a este fator, temos o segundo elemento, que se trata da transformação de alguns destes produtos em *commodities*, como a soja (BOMBARDI, 2012).

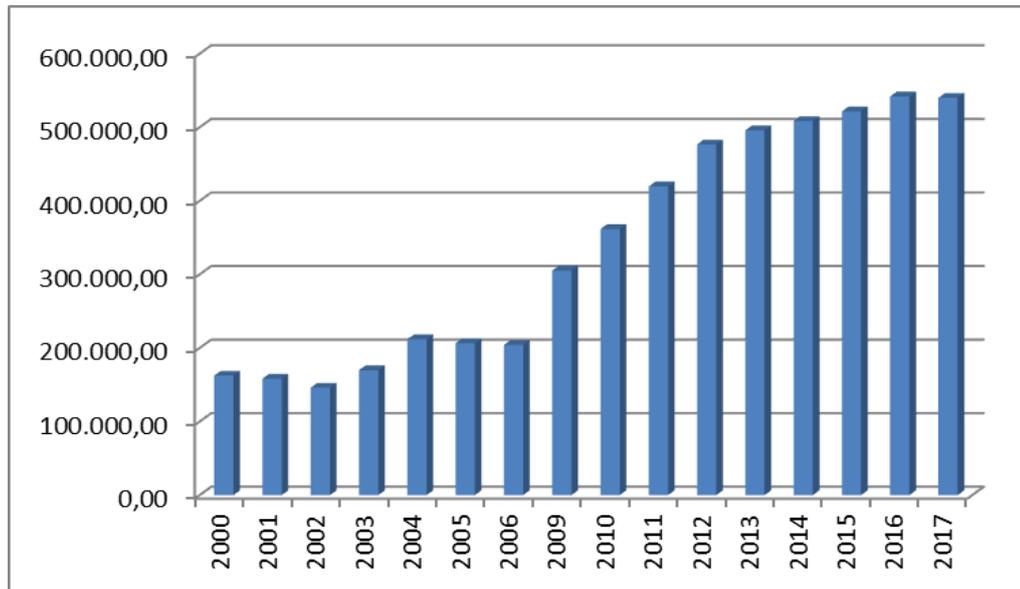
“Produto” e “*commodities*” aqui são utilizados como mercadorias que foram destituídas do seu valor de uso¹⁶, isso significa dizer que, o valor de uso do alimento se perde quando este é transformado em *commodities* ou, em mercadoria. De acordo com BOMBARDI (2017), “ao se transformar em commodity, e mesmo em energia, o alimento tem destituído (ou deslocado do primeiro plano) o seu valor de uso enquanto forma de alimentação humana” (BOMBARDI, 2017, p. 23).

A produção agropecuária voltada para conversão em *commodities* e em agroenergia tem sido feita pelo uso do pacote agroquímico, com uso massivo de agrotóxicos ofertado pelas empresas transnacionais. O Brasil consome cerca de 20% de todo agrotóxico comercializado mundialmente, e este consumo não para de crescer nos últimos anos.

De acordo com Bombardi (2017), o consumo total de agrotóxico no Brasil saltou de aproximadamente 170.000 toneladas em 2000, para 500.000 toneladas no ano de 2014, isso representa um aumento de 135% em 15 anos (BOMBARDI, 2017).

¹⁶ Ver mais sobre “valor de uso” e “valor de troca” em Marx (1975), no capítulo I do Livro Primeiro, Volume I.

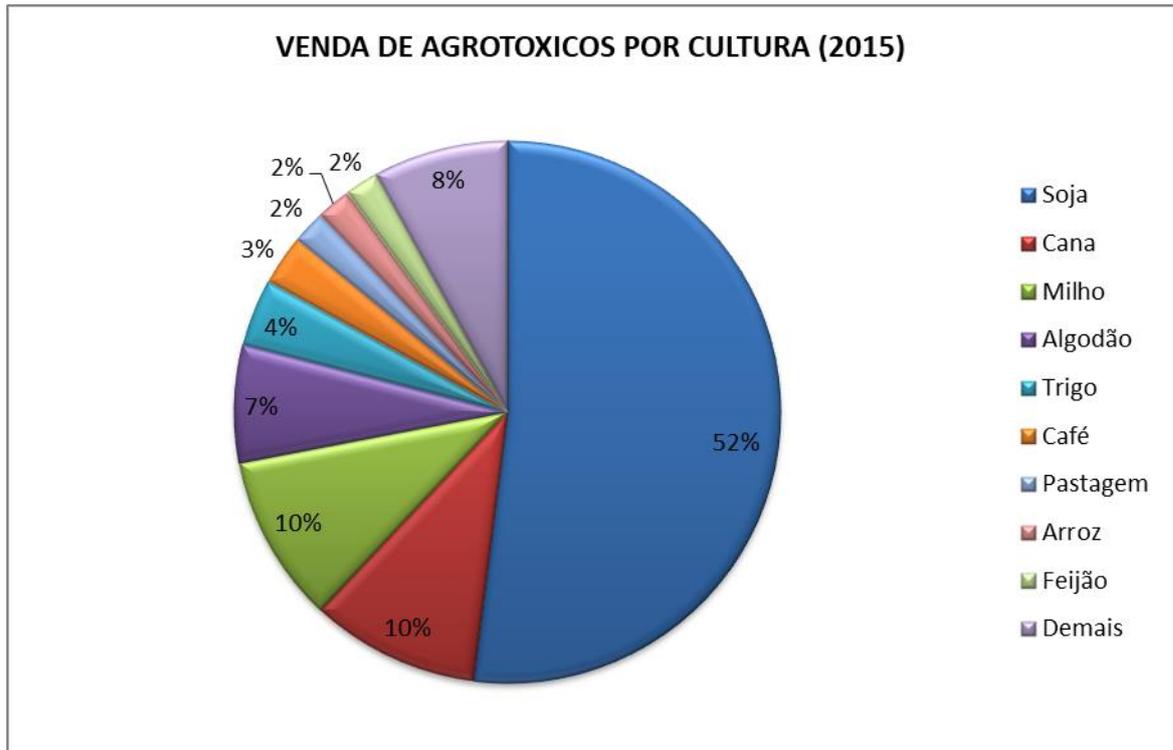
Gráfico 3 - Brasil - Consumo de agrotóxicos e afins de 2000 a 2017² (tonelada de ingrediente ativo).



Fonte: Elaborado por Khalil Farran e Tássio Lopes com base no IBAMA / consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto n° 4.074/2002 (Dados atualizados: 20/08/2018).

A produção de soja é responsável por 52% do total de agrotóxicos consumidos no país, seguida pelo milho e cana-de-açúcar, cada uma com 10% deste montante (ver no Gráfico 4). A soma destes três cultivos equivale a 72% de todo agrotóxico comercializado, ou seja, dois terços de todo agrotóxico comercializado no país atendem a três culturas que são protagonistas da agricultura capitalista brasileira (BOMBARDI, 2017).

É importante demarcar que o mercado mundial de agrotóxicos se apresenta cada vez mais concentrado e controlado por empresas de capital estadunidense, alemão e chinês. Ao mesmo tempo em que o lucro dessas empresas aumenta, a legislação da União Europeia, por exemplo, no que diz respeito ao consumo de agrotóxicos e sua fiscalização, tem se tornado cada vez mais restritiva. Assim, tem sido constante a busca por mercados em países que possuem maior flexibilidade nas leis (Bombardi, 2017).

Gráfico 4 - Brasil – Venda de agrotóxicos por cultura (2015).

Fonte: BOMBARDI (2017, p. 34)

Os números apresentados pelos Gráficos 3 e 4 demonstram quanto aumentou, ano após ano, o comércio de agrotóxicos no Brasil; este fato tem relação direta com a pressão/influência exercida por estas forças econômicas sobre as instâncias de tomadas de decisões do governo brasileiro, junto à satisfação das classes que lucram com estas atividades: proprietários de terra, o capital territorializado no campo e o capital que monopoliza a renda da terra aliado aos oligopólios internacionais de agroquímicos e sementes transgênicas.

De acordo com Pelaez (2015), a evolução da indústria de agrotóxicos no Brasil está relacionada às políticas agrícolas e industriais voltadas, em grande medida, ao incentivo do consumo de agroquímicos. Na década de 1970, a implementação dessas políticas pôde contar com a instalação de unidades fabris destes insumos no território nacional, atraindo, obviamente, o capital estrangeiro. De acordo com o autor, “essas fábricas fazem, no entanto, parte de uma estratégia mais ampla de localização de plantas do capital multinacional oligopolista que controla este mercado em nível mundial” (PELAEZ, 2015, p. 155).

Todavia, segundo Pelaez (2015), o período compreendido entre as décadas de 1950 e metade de 1970, caracterizou-se pela criação no Brasil de um mercado consumidor de agrotóxicos. Ao adotar uma política agrícola baseada na mecanização e uso intensivo de agroquímicos, o Estado foi determinante ao facilitar o acesso desses insumos ao agricultor. Para o autor, no caso dos agrotóxicos, dois mecanismos foram cruciais: “redução dos custos por meio de isenção de impostos; e linha de créditos rurais que incentivassem o seu uso” (PELAEZ, 2015, p. 159).

No sentido de provar sua afirmação, Pelaez (2015) apresenta o conjunto de facilidades desenvolvidas pelo Estado para consolidar um modelo agrícola baseado no consumo de agrotóxicos. Referente à redução dos custos por meio de isenção de impostos, o autor expõe:

A Lei n. 3.244, de 1957, concedeu ao Conselho de Política Aduaneira competência para a redução total ou parcial das alíquotas de produtos importados. Para os agrotóxicos, o Conselho sempre concedeu isenção total até meados dos anos de 1970. Em 1959, o Ministério da Fazenda isentou esses produtos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e, em 1969, isentou-os do Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICM) (PELAEZ, 2015, p. 159).

No que tange as linhas de créditos, em 1965 foi criado Sistema Nacional de Crédito Rural que estabeleceu os mecanismos e custeios desses produtos ao agricultor. Pelaez (2015), baseado em Bull e Hathaway (1986), afirmou que “em 1976, essa linha de crédito chegou a 85% das vendas registradas pelos defensivos agrícolas” (BULL; HATHAWAY, 1986, *apud* PELAEZ, 2015, p. 159).

Em 1975, foi feito o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), para atender os encaminhamentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que tinha intenção de tornar o país autossuficiente na produção de insumos básicos. Pelaez (2015) afirma que,

O PNDA tinha dois tipos de metas: de ordem econômica, voltadas à ampliação da oferta interna de agrotóxicos no período 1975-80; e de ordem técnica, visando a ampliação de estudos e ações no controle dos danos causados pelas “pragas” agrícolas e sobre os efeitos adversos dos agrotóxicos sobre a saúde humana e o ambiente (PELAEZ, 2015, p. 160).

Com a instalação de 19 fábricas, este período se caracterizou por apresentar o ápice dos investimentos industriais neste setor, fazendo com que a produção nacional passasse de 55% em 1980, para 79% em 1984, ou seja, um aumento de 24% em quatro anos (BULL; HATHAWAY, 1986, *apud* PELAEZ, 2015).

Somente em 1989 foi aprovada a Lei dos Agrotóxicos (7.802/89), estabelecendo diretrizes mais rigorosas para a concessão do registro aos agrotóxicos. Dessa forma, tornou-se obrigatória a empresa comprovar o desempenho agrônomo e o nível tóxico dos efeitos em humanos e no ambiente. Uma das principais críticas feitas à implementação desta lei foi em relação à carência de recursos materiais, humanos e financeiros dos órgãos fiscalizadores dos registros destes produtos (PELAEZ, 2015).

A constatação acima está comprovada em um estudo comparativo, realizado por Pelaez, Silva e Borges (2013), citado por Pelaez (2015), sobre os recursos disponíveis para a regulação de agrotóxicos entre o Brasil e os EUA, que indica o descompasso na implementação da Lei dos Agrotóxicos. De acordo com esta pesquisa:

Enquanto nos EUA existem cerca de 850 técnicos, da *Environmental Protection Agency*, envolvidos com o processo regulatório de agrotóxicos, no Brasil são apenas 46 pessoas distribuídas entre os três órgãos. Isso significa que os EUA, com um mercado de 20% maior que o brasileiro (no período), mobilizavam 18 vezes mais recursos humanos do que o Brasil na regulação dos agrotóxicos (PELAEZ; SILVA; BORGES, 2013, *apud* PELAEZ, 2015, p. 161).

Portanto, parece ser evidente que a negligência no processo de regulação dos agrotóxicos tem estreita relação com a política de incentivo ao consumo destes produtos a partir da desoneração fiscal, e esta estratégia não parou de ser aprimorada. Por exemplo, a isenção de IPI permanece por meio do Decreto n. 2.006/06; a Lei Complementar n. 24 de 1975 determinou a possibilidade de isenção de imposto sobre circulação de mercadoria em convênio entre a União e os Estados. No caso dos agrotóxicos, este convênio estabelece uma redução de 60% desse imposto; o Decreto n. 5.630/2005 isentou a contribuição para o PIS/Pasep e Cofins que recai na importação e na venda do mercado interno de agrotóxicos; e, ainda existe uma proposta que visa isentar os agrotóxicos de todos os impostos através de uma Emenda Constitucional, e a PEC 491 – B de 2010 (PELAEZ, 2015).

O Projeto de Lei (PL) N° 6.299, de 2002, que preside sobre a comercialização dos agrotóxicos, teve como autor no período o Senador Blairo Maggi e como relator o Deputado Luiz Nishimori. Foi tema de disputa na comissão especial destinada a proferir parecer sobre o PL em meados de 2018 e obteve, em votação realizada no dia 25 de julho na comissão, dezoito votos favoráveis e nove a proposta que tornará

a Lei dos Agrotóxicos de 1989 ainda mais frágil, como já foi discutido. Conhecida como “PL do Veneno”, se propõe:

Altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802 de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências (BRASIL, 2002).

Novamente, é pertinente apresentar a abordagem de dois jornais que possuem posicionamentos políticos/ideológicos diferentes apresentando a mesma preocupação com relação a este PL. Utilizamos os mesmos jornais que já foram mencionados anteriormente. A primeira matéria do portal G1, com o título “Projeto de Lei sobre agrotóxicos, o ‘PL do veneno’ põe o lucro acima da saúde das pessoas”, por Gonzales (2018):

A Lei 7.802, de julho de 89, rege o uso e a comercialização dos agrotóxicos. Mas, de lá para cá, foi recebendo tantos anexos que hoje está bem distante do que já foi. Até que o Senador Blairo Maggi, hoje ministro da Agricultura, decidiu em 2002, criar um pacote para revogar a lei e flexibilizar mais o uso de agrotóxicos no país. Aqui, é preciso abrir um parêntese para dizer que o Brasil é o país que mais usa agrotóxicos no mundo. Além disso, várias dessas substâncias que são proibidas em outros países, porque fazem mal à saúde humana, aqui são bem-vindas. Feito o comentário, vamos aos fatos: o tal pacote que Maggi criou e que foi apresentado pelo relator Luiz Nishimori (PR-PR), recebeu um apelido pouco simpático, mas condizente com o que se propõe: Pacote do Veneno. Com o objetivo claro de facilitar a vida apenas da indústria de alimentos, que lucrariam muito mais com a aquisição de produtos para matar pragas nas suas imensas redes de monoculturas, o conjunto de medidas contribui para botar o país na contramão do mundo, já que há uma mobilização global forte contra o uso de agrotóxicos (GONZALES, 2018).

Do outro lado, a outra matéria do jornal Brasil de Fato, que possui uma evidente postura contrária ao negócio dos agrotóxicos e ao agronegócio, e em favor dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária e que possui na agroecologia uma grande bandeira de luta.

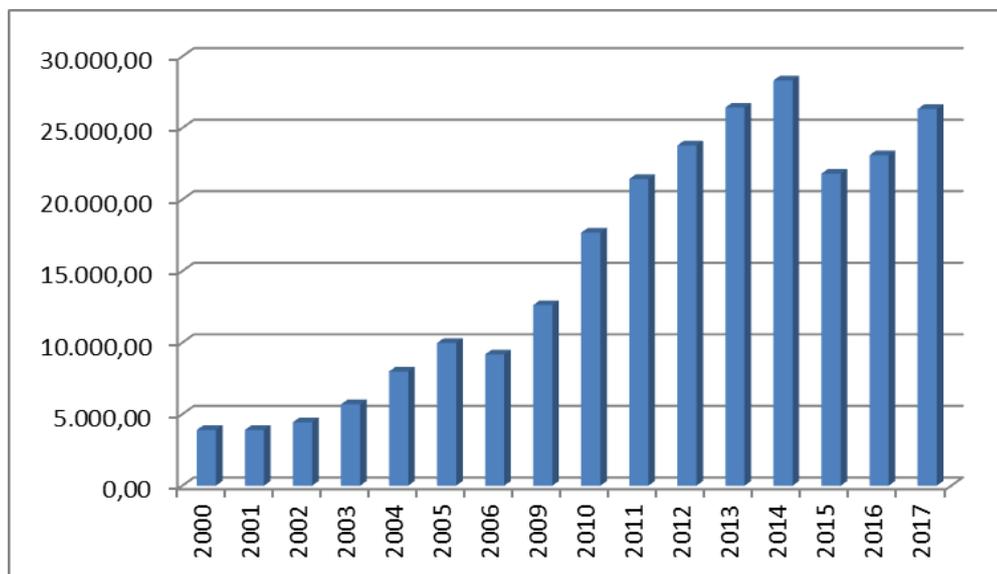
De interesse do capital ruralista, a proposta de nova legislação foi defendida como forma de “modernização da agricultura”. Valmir Colatto (MDB-RS) defende a flexibilização na liberação de novas substâncias: “o Brasil não tem dinheiro para pesquisa. Temos que aproveitar as pesquisas feitas em outros países. Todo remédio lançado no país é analisado pela Anvisa?”, questionou. Alessandro Molon (PSB-RJ), um dos parlamentares contrários ao PL, contestou essa posição: “estão colocando a lucratividade acima da saúde das brasileiras e dos brasileiros. Porque não escrevem no relatório que produtos que causam câncer estão proibidos?”, criticou. Instituições de pesquisa científica, como o Instituto Nacional do Câncer e a Fundação Oswaldo Cruz, se manifestaram de forma contrária ao PL, por conta da associação entre agrotóxicos e doenças cancerígenas. O Ministério Público Federal também questionou a constitucionalidade da proposta, que impede que estados e

municípios tenham legislações mais restritivas que a federal (BRASILDEFATO, 2018).

É imprescindível ao analisar a agricultura brasileira considerar as cifras investidas pelo oligopólio do agronegócio, tanto na realização de fusão entre empresas, quanto no rendimento que obtém na comercialização de agroquímicos. E, com isso, compreender a influências que este poder econômico exerce na elaboração, mudança e implementação das leis do país, dos estados e municípios.

A média anual de consumo de agrotóxicos do estado da Bahia é de 54.976 toneladas, número que lhe atribui o título de maior consumidor de veneno da Região Nordeste, seguida pelo estado do Maranhão com uma média de 17.408 toneladas. É também, com 107.081 estabelecimentos que utilizam agrotóxicos, o terceiro Estado com maior número no Brasil. Os números de comercialização de agroquímicos deste Estado acompanham as crescentes taxas do país desde 2000 (BOMBARDI, 2017). Observar o Gráfico 3 e o Gráfico 5.

Gráfico 5 - Bahia - Consumo de agrotóxicos e afins entre os anos 2000 e 2017 (tonelada de ingrediente ativo).



Fonte: Elaborado por Khalil Farran e Tássio Lopes com base em IBAMA / Consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto nº 4.074/2002 (Dados atualizados: 20/08/2018).

Compreendemos que estes números possuem uma relevância sobressaliente ao analisar a Economia Política da Agroecologia, ou a sua ausência, realizada pelo governo do Estado da Bahia nesse último mandato.

Uma questão importante para orientar essa problemática é a dificuldade encontrada para a aprovação de Projetos de Lei¹⁷ referentes à fiscalização dos agrotóxicos e ao fortalecimento da agroecologia. No que tange aos agrotóxicos, temos na Bahia, o Projeto de Lei nº 21.273/2015, cuja ementa “proíbe o uso e comercialização de agrotóxicos que contenham os princípios ativos que especifica e dá outras providências”; o Projeto de Lei nº 21.314/2015 “dispõe sobre a proibição da pulverização de agrotóxicos realizada por meio de aeronaves em todo o território do Estado da Bahia”; e ainda, o Projeto de Lei nº 21.317/2015 que “estabelece a obrigatoriedade de indicação expressa sobre o uso de agrotóxicos nos produtos alimentares produzidos e comercializados no Estado da Bahia”, todas elaboradas pelo mandato do deputado Marcelino Galo do Partido dos Trabalhadores (BAHIA, 2018).

Acreditamos ser necessário dedicar algumas linhas de discussão sobre os Projetos de Lei citados acima, porque estes foram alvos da repercussão explícita da luta de classes no campo baiano.

O PL nº 21.273/2015, que proíbe o uso e comercialização de agrotóxicos no Estado, está em tramitação desde 18 de maio de 2015 e, desde então, não teve parecer das comissões, foi distribuído em 27 de março de 2017 ao Deputado Zé Raimundo (PT) e encaminhado para o Núcleo Jurídico (BAHIA, 2018). O Projeto de Lei decreta:

Art. 1º - Fica proibido no Estado da Bahia o uso e a comercialização de agrotóxicos que apresentem em sua composição os seguintes princípios ativos: abamectina, acefato, benomil, carbofurano, cihexatina, endossulfam, emamectina, forato, fosmete, glifosato, heptacloro, lactofem, lindano, metamidofós, monocrotofós, paraquate, parationa metílica, pentaclorofenol, tiram, triclorfom e qualquer substância do grupo químico dos organoclorados e que tenha sido banida em seu país de origem.

Art. 4º - Fica vedado aos órgãos da administração direta e indireta do Estado da Bahia, a partir da publicação desta Lei, adquirir ou utilizar os agrotóxicos no caput do artigo 1º desta Lei (BAHIA, 2018).

O Glifosato, Acefato e Dicloreto de Paraqueto, citados pelo PL, estão entre os dez ingredientes ativos mais vendidos no Brasil. Segundo Bombardi (2017), o Glifosato, que é o mais vendido, representa mais da metade do volume total de agrotóxicos comercializados no país (ver na Tabela 2). Esses números econômicos

17A pesquisa sobre os Projetos de Lei na página da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) foi feita através da busca nas Proposições do último mandato, de 01/01/2015 até 30/11/2018. Pesquisamos os PL's elaborados nesse período, a partir das palavras: agrotóxicos, agroecologia e orgânico.

possuem muita força na tomada de decisão sobre aprovar ou não uma lei, mesmo que esta deliberação coloque em perigo a vida da população¹⁸.

Tabela 2 - Brasil – 10 ingredientes ativos mais vendidos (2017).

INGREDIENTE ATIVO	VENDA (t. de IA)
Glifosato e seus sais	173.150,75
2,4-D	57.389,35
Mancozebe	30.815,09
Acefato	27.057,66
Óleo mineral	26.777,62
Atrazina	24.730,90
Óleo vegetal	13.479,17
Dicloreto de paraquate	11.756,39
Imidacloprido	9.364,57
Oxicloreto de cobre	7.443,62

Fonte: Elaborado por Khalil Farran com base no IBAMA / consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto nº 4.074/2002 (Dados atualizados: 25/06/2018).

O PL. 21.314/ 2015, que dispõe sobre a proibição da pulverização de agrotóxicos através de aeronave, está em tramitação desde 2015. Em setembro desse mesmo ano, chegou às mãos do então relator deputado Luciano Simões Filho do Partido Democratas (DEM) e foi devolvido por ele, em fevereiro de 2017, sem parecer. De março de 2017 até maio de 2018, o PL esteve em mãos de outro relator, o deputado Alan Castro do Partido Social Democrático (PSD), foi encaminhado para o Núcleo Jurídico e atualmente, após retornar ao relator, aguarda o parecer. O Projeto de Lei propõe: “Art. 1º - Fica proibida a pulverização aérea de agrotóxico realizada por meio de aeronaves em todo o território do Estado da Bahia (BAHIA, 2015)”, sob a justificativa:

No estudo intitulado “Vigilância aos agrotóxicos: quantificação do uso previsto de impactos na saúde-trabalho-ambiente para os municípios brasileiros”, os pesquisadores Wanderlei Pignati, Noemi Pereira Oliveira e Ageo Mario Cândido da Silva informam que, somente na safra agrícola de 2012, foram

¹⁸ Ver mais sobre os problemas causados pelo uso de agrotóxicos no Brasil em Bombardi (2017).

pulverizados 1,05 bilhões de litros de herbicidas, inseticidas e fungicidas nos 95 milhões de hectares de lavouras, e afirmam:

[...] “trata-se de poluições (ambiental, ocupacional, alimentar) intencionais e não derivas que culpa o clima ou o trabalhador que pulveriza (tratorista ou piloto), além disso, sabe-se que no ato da elaboração do receituário e da compra não existe agrotóxico não tóxico e que segundo estudos, apenas 30% deles atingem o alvo e o restante vai para o solo, água, ar e plantas.” (BAHIA, 2015).

A proposição citada foi tema de matérias em páginas virtuais de jornais locais, rendendo polêmicas para as manchetes com títulos como: “Pulverização aérea de agrotóxicos causa polêmica na ALBA (NEWSBA, 2018)”, ou então, “Pulverização aérea de agrotóxicos causa polêmica na Assembleia Legislativa (NOTICIACAPITAL, 2018)”. Referindo-se à resposta dada pelo Deputado Eduardo Salles do Partido Progressista (PP) e presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), através da sua rede social, sobre barrar a tentativa de proibir a pulverização aérea, o jornal Classe Política (2018) noticiou:

Em um vídeo divulgado pelo aplicativo Whatsapp, (Deputado Eduardo) Salles considera a matéria “perigosíssima”, “inconstitucional” e promete “barrar” a iniciativa de (Dep. Marcelino) Galo que tramita na Casa desde 2015.

“Perigosíssimo, deputado [referindo-se ao Deputado Eduardo Salles], é veneno na comida, porque isso mata, gera doenças como câncer e mal formação de fetos, reflexo do uso de venenos na agricultura e de seus resíduos nos nossos alimentos”, rebate [o Dep. Marcelino] Galo, que também gravou um vídeo em resposta.

“Primeiro, a gente precisa informar os agricultores, nosso povo, para isso a gente precisa falar a verdade. Esse projeto é constitucional e quem disse isso é o Supremo Tribunal Federal, que foi provocado justamente por uma legislação municipal”, afirma o petista, referindo-se a um Acórdão do STF que considerou constitucional a Lei N° 1.464/2008 do Município de Lagoa da Prata, de Minas Gerais (CLASSEPOLITICA, 2018).

Compreendemos, portanto, que esta disputa chamada de polêmica pelas matérias noticiadas, representa a mais concreta expressão da luta de classes realizada por seus respectivos representantes políticos na Assembleia Legislativa da Bahia.

Por fim, a última proposição com tema dos agrotóxicos é o PL n° 21.317/2015, que propõe a obrigatoriedade de indicação expressa sobre o uso de agrotóxicos. Protocolado desde 10 de junho de 2015, este Projeto de Lei não teve um resultado diferente na disputa diante da correlação de forças enfrentada pelo atual governo. A matéria está em posse do relator, deputado Zé Raimundo (PT), desde 14 de setembro de 2017, sem apresentar algum parecer (BAHIA, 2018).

Percebe-se que há uma morosidade intencional, visto a pouca importância dada para o julgamento dos projetos citados, ainda que mereçam destaque devido sua relevância pública. Tal lentidão nesses processos fundamenta-se na explanação feita anteriormente sobre a mundialização do capital, o poder e influência que as empresas oligopolistas do mercado de agroquímicos exercem na criação e/ou alteração das leis, cabendo aos parlamentares que coincidem com esta política fazerem a disputa e defenderem esses interesses.

A matéria do jornal G1 intitulada “Comissão da Alba promete ‘barrar’ projeto que proíbe o uso de agrotóxicos (Mendes, 2015)” demonstra a correlação de forças existente na disputa em torno do agronegócio e a dificuldade em inserir o debate da agroecologia na ordem do dia na Assembleia Legislativa, ou, o debate da agroecologia a partir da concepção do campesinato e populações que resistem à opressão exercida pela classe ruralista. Segundo a manchete, sete dos oito deputados que integram a Comissão¹⁹ de Agricultura da Assembleia Legislativa da Bahia realizaram uma audiência itinerante no município de Luís Eduardo Magalhães, localizado no oeste, o símbolo do agronegócio baiano, durante a 11ª edição da Bahia Farm Show, evento realizado pelo seletor do agronegócio, que neste ano tinha a perspectiva de movimentar R\$ 1 bilhão de reais em negócios (MENDES, 2015).

No que tange “barrar” os Projetos de Leis propostos pelo Deputado Marcelino Galo (PT), a comissão de deputados mostrou-se determinada em garantir este feito para os empresários e produtores que participavam do evento. Conforme Mendes (2015):

Ao lado de empreendedores da região, os deputados discutiram temas como comercialização de agrotóxicos, tarifas de energias, outorgas de água e irrigação das lavouras. Em unanimidade, os parlamentares disseram aos empresários e produtores que a comissão deve barrar alguns projetos de lei apresentados pelo deputado Marcelino Galo (PT), que defendem a proibição do uso de agrotóxicos na produção de alimentos, o fim da pulverização da substância química na lavoura e inserção de informações nos rótulos dos produtos sobre a presença de agroquímicos nos alimentos naturais ou industrializados (MENDES, 2015).

¹⁹ Estavam presentes na discussão desta reunião: Júlio Cesar Busato (Presidente da Associação de Agricultores Irrigantes da Bahia/AIBA), Dep. Victor Bonfim (PDT), Dep. Pablo Barroso (DEM), Dep. Luiz Augusto (PP), Eduardo Salles (PP), Dep. Gika Lopes (PT), Dep. Marquinhos Viana (PV), Dep. Antônio Henrique Júnior (PP) e o prefeito de Luís Eduardo Magalhães, Humberto Santa Cruz do Partido Republicano (PR) (MENDES, 2015).

Todavia, segundo Mendes (2015), o parlamentar Victor Bomfim (PDT), que no período presidia a Comissão de Agricultura,²⁰ explica o que esta representa:

“Estamos trazendo esse assunto para mostrar e dizer que essa é uma iniciativa isolada. Não é uma determinação do governo, não é uma iniciativa da Secretaria da Agricultura. Necessariamente, esse projeto vai ter que passar por essa comissão para ter que ser aprovado”, contou Vitor Bomfim (PDT), presidente da Comissão da Agricultura (MENDES, 2015).

Ou seja, para que os PL's discutidos possam continuar o processo de tramitação na Assembleia Legislativa, necessariamente teriam que passar pelo crivo desta comissão que, em suma, vem representando os interesses dos empresários e produtores do agronegócio. Dessa forma, estas proposições não chegarão, sequer, a serem avaliados pelo Presidente da Assembleia Legislativa, e assim, não será possível entrar na pauta do dia para posteriormente serem votados em plenário. Intervir no caminho dos negócios dos agrotóxicos é uma difícil empreitada porque envolve um poder político e econômico muito forte e de acesso restrito.

Em entrevista concedida pelo Deputado Marcelino Galo, conversamos sobre como ele analisa o cenário da agroecologia no Brasil, pensando sobre quais são as principais dificuldades, em âmbito institucional, no processo de transição entre os modelos de desenvolvimento para o campo, do agronegócio para a possibilidade da agroecologia:

Bom, nós estamos vivendo uma conjuntura extremamente difícil, porque há uma hegemonia de um modelo de desenvolvimento agrícola nunca visto na história. Você tem uma desproporção entre a força social [e seus representantes políticos], ou seja, a maioria não está representada pelo Congresso Nacional. Então, você tem uma super-representação do segmento que defende esse modelo para o campo, que eu diria que não é um modelo de desenvolvimento, é um modelo de exploração econômica que viabiliza uma minoria com um custo social muito grande, com um custo ambiental e também político-social muito grande. Porque, tira recurso da sociedade para financiar este segmento, que foi praticamente construído graças às políticas públicas do Estado brasileiro, que financiou e garantiu a produção desse conhecimento, né? E o Estado deu todas as condições para esse modelo e praticamente abandonou qualquer outra alternativa. E agora, esse segmento representante desse pequeno setor em minoria, que são latifundiários que foram modernizados graças à ação do Estado e que você fala agora que é o agronegócio, eles tem uma hegemonia política que perpassa a sua representação social no seu número, é uma representação política anormal do ponto de vista do que ela representa. Você tem um Estado

²⁰ É importante recordar que esta notícia é de 06 de junho de 2015. Atualmente, a Comissão da Agricultura da Assembleia Legislativa da Bahia é presidida pelo Deputado Eduardo Salles (PP) e é composta pelos parlamentares titulares: Dep. Antônio Henrique Júnior (PP), Dep. Carlos Ubaldino (PSD), Dep. Eduardo Salles, Dep. Fabio Souto (DEM), Dep. Gika Lopes (PT), Dep. Heber Santana, Deputada Neuza Cadore (PT), Dep. Pedro Tavares (DEM) e o Dep. Samuel Júnior (PDT) (BAHIA, 2015).

de democracia deformada onde, por exemplo, a compra do voto, o mercado do voto, possibilitou essa super-representação (GALO, 2018).

Nosso objetivo na realização da entrevista com Marcelino Galo foi entender quais são os principais entraves na aprovação dos Projetos de Lei propostos em seu mandato, tanto no que se refere ao uso de agrotóxicos quanto à interferência que estas proposições têm na aprovação dos PL's de agroecologia e produção orgânica na Bahia. Nesse sentido, perguntamos ao deputado como foi feita essa disputa política durante os quatro anos, ao que nos respondeu:

Essa questão do combate aos agrotóxicos vem no sentido de confrontar uma correlação de forças existente e que não teremos força para aprovar. O que nós fizemos então: encaminhamos um projeto de criação de um Plano de Agroecologia para o Estado, porque uma coisa é falar de agroecologia, mas quando se fala em proibir a pulverização aérea, aí é outra coisa. Porque é um poderio econômico muito forte, o que movimenta de recursos. Por exemplo, a Região Oeste da Bahia movimenta milhões de dólares por ano, certo? Por isso é muito poderoso! Então, para a transição, por exemplo, se estabelece um plano de agroecologia para o Estado, que é o que propomos, então ele poderia fazer o fomento: educação, extensão, poderia apoiar a produção. E deixariam de ser experiências pontuais, garantindo pelo menos um bom percentual de agricultores familiares que quisessem a transição. Com o apoio do Estado teria um bom arcabouço jurídico, que é a lei, garantindo a implementação disso (GALO, 2018).

Os PL's com o tema da agroecologia escritos por Marcelino Galo são dois: o Projeto de Lei nº 21.479 de 2015 que “Institui a Política Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica e dá outras providências”; e o Projeto de Lei 22.347 de 2016, cuja a ementa é semelhante à anterior, com algumas alterações e também “institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica”. A proposta decreta:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – PEAPO, com o objetivo de promover ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, orientando o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida das populações nas cidades e no campo, por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis, com preços justos e acessíveis a todos e do uso sustentável dos recursos naturais (BAHIA, 2016).

Na busca específica sobre o tema dos orgânicos no período estudado localizamos: o PL nº 22.325 de 01/06/2017, cuja ementa “dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Estado da Bahia”, e tem como proponente o Deputado Marcelino Galo. Em 12 de junho de 2017, onze dias após a data de entrada desta proposição, o Deputado Fábio Souto²¹ propôs o PL

²¹ É importante perceber, no sentido de refletir sobre o peso político, que mesmo não tendo elementos suficientes para justificar o fato de onze dias após a entrada sobre o mesmo tema da proposição do Deputado Marcelino Galo (Partido dos Trabalhadores) que teve parecer contrário do

nº 22.347 de 12/06/2017, que “dispõe sobre a utilização dos alimentos orgânicos na merenda escolar das unidades de ensino da Rede Pública Estadual.” Esta última passou por todas as etapas de tramitação e virou lei estadual em janeiro de 2018. Por fim, o PL 22.783 de 2018, que se propõe a “regulamentar as feiras de produtos orgânicos no Estado da Bahia e dá outras providências”, também de autoria do deputado Galo, está em tramitação com o relator deputado Pablo Barroso do Partido Democratas (BAHIA, 2018).

Os números sobre a quantidade de agrotóxicos que é comercializada no Brasil e na Bahia, a histórica e determinante influência que a economia do agronegócio exerce nas tomadas de decisão política através dos representantes parlamentares desta classe e, o poder produzido por este segmento nos dão pistas que fortalecem a hipótese de que a comercialização de agrotóxicos é um dos principais negócios do agronegócio e, também é determinante na organização espacial do campo brasileiro.

Entender este processo facilita conceber quão difícil é discutir a agroecologia pela via institucional, mesmo sabendo que as instituições públicas não são monolíticas. Trata-se de uma disputa injusta, levando em consideração os direcionamentos políticos e as cifras que as empresas investem nesses últimos anos. Tais investimentos ocorrem na medida em que possuem garantias de que seus negócios não serão interrompidos.

Somamo-nos, também, à concepção de que, no Brasil, a agroecologia é da classe camponesa, dos quilombolas e indígenas, é resultante do movimento de resistência e recriação destes grupos, mesmo que em diferentes momentos recebam recursos através de políticas públicas que contribuem no desenvolvimento do seu modo de vida.

então relator Deputado Heber Santana do Partido Social Cristão, o PL do Deputado Fábio Souto (Democratas) ter tido passagem por todas as etapas de tramitação e ter se transformado em Lei (BAHIA, 2018).

3.3 – UMA DISCUSSÃO EM TORNO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NA BAHIA: AGROECOLOGIA *VERSUS* AGROTÓXICOS

Iniciamos este item com duas proposições: a primeira é de que a agroecologia está em disputa e em uma encruzilhada, como afirmam Giraldo e Rosset (2016). E a segunda, a agroecologia é um processo de construção da classe camponesa e das populações tradicionais que, historicamente, desenvolvem este modo de vida, lutam para defendê-lo e para adquirir direitos que nunca lhes foi concedido ou, então, lhes foi tomado²²

Na disputa estão, de um lado empresários privados, agências internacionais e as instituições oficiais do governo. De outro lado, movimentos sociais do campo e da cidade que encontraram na agroecologia uma possibilidade de enfrentamento à exploração capitalista - que se dá através da apropriação da renda camponesa e/ou de indígenas, quilombolas, pescadores e pescadoras, entre outros povos/grupos/sujeitos – e de resistir e recriar-se dignamente, a partir de experiências exitosas pela busca da soberania alimentar e que tornam-se referências para os rumos da humanidade.

Na encruzilhada, a qual referem-se os autores, porque ao adquirir maior visibilidade quando associada aos alimentos saudáveis, sem uso de venenos, passou a interessar a uma parcela da sociedade, especialmente a que acompanha os debates em torno da saúde, e com isso, alertou os capciosos capitalistas para mais uma possibilidade de mercado, principalmente por se tratar de um período de crise. E, assim, as instituições reguladoras se articulam rapidamente para não perderem o controle deste processo, mantendo-o de acordo com seus interesses.

Por outro lado, os movimentos sociais tutores da agroecologia compreendem que é fundamental a sua popularização e dos seus frutos, aproveitando as

²² É importante pontuar que as políticas públicas e os recursos financeiros destinados, ou direcionados, pelos governos desde meados da década de 1990, foram e continuam sendo de extrema importância para o fortalecimento do campesinato, principalmente quando aplicados por instituições comprometidas sociopoliticamente com as necessidades desta classe. Um exemplo desse exitoso processo é a experiência da AS-PTA junto aos Sindicados na construção do Polo Agroecológico da Borborema na Paraíba. O destaque a esta experiência esta sendo feito por dois motivos: primeiro, a responsabilidade de uma instituição extremamente profissional e comprometida, associada ao segundo motivo, o empoderamento das/os camponesas/es, principalmente, através de sindicatos para a transição agroecológica. Ver mais sobre o assunto em: <<http://aspta.org.br/programas/programa-paraiba/>>.

oportunidades políticas para avançar no combate ao modelo agroextrativista hegemônico. No entanto, se compreendemos que a agroecologia é resultante do modo de vida da classe camponesa e de populações tradicionais, como pensar que sua institucionalização traria resultados positivos ao saber que o controle das instituições está nas mãos das empresas multi/transnacionais oligopolista, como discutido anteriormente, e não nas de quem realiza a agroecologia. Esta lógica contribui para identificar mais um notório movimento de apropriação da renda de frações do território camponês pelos capitalistas, a renda camponesa da produção de alimentos agroecológicos.

Esta discussão ganha corpo após a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) introduzir na sua pauta o interesse na institucionalização da agroecologia em 2014, a partir do “*Simpósio Internacional de Agroecologia para a Segurança Alimentar e Nutricional*”, em Roma.

Em nível mundial, a FAO e o Banco Mundial²³ foram as principais instituições responsáveis pela capilarização do pacote tecnológico da Revolução Verde²⁴. Este processo não foi diferente no Brasil, uma série de políticas desenvolvidas por diferentes governos cumpriram o papel de implementar a chamada “modernização da agricultura” (LONDRES, 2011).

A disputa se inicia na tentativa de colocar na pauta da FAO esta temática, a partir da realização do citado Simpósio Internacional de Agroecologia. A primeira discórdia aconteceu entre os representantes dos países que eram a favor e os que se opuseram a realização deste evento: de um lado, estavam os governos de França, Suíça²⁵ e Brasil como defensores, confrontando com os Estados Unidos e seus aliados.

²³ Apresentando na tese de doutorado uma postura crítica ao controle exercido pelo capitalismo através de instituições como o Banco Mundial, Montenegro Gómez (2006) afirma que “a participação do Banco Mundial na dinâmica socioeconômica brasileira se espalha por setores, iniciativas e escalas muito diferentes. Através de seus empréstimos, o Banco participa de projetos tanto públicos como privados, dispersos por todas as regiões do país (MONTENEGROGÓMEZ, 2006, p. 291)”.

²⁴ Este processo é entendido a partir da territorialização do capitalismo no campo, principalmente na década de 1960, com a introdução da monocultura, máquinas de grande porte e agroquímicos (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014). Este modelo resultou em altos custos sociais, ambientais e de saúde pública (LONDRES, 2011).

²⁵ A França e a Suíça foram os principais financiadores do Simpósio. O apoio direto da França foi de US\$ 62.000, e um adicional de US\$ 25.000, comprometido com o acompanhamento regional. Contando com o apoio em espécie para a participação de cientistas franceses, a contribuição deste país gira em torno de 100.000 Euros. O apoio suíço da Cooperação para o Desenvolvimento, foi no valor de \$ 20.000

A solução para o acordo de realizar o Simpósio foi abrir mão de temas associados às políticas públicas, como proibir a discussão sobre políticas de comércio internacional e transgênicos ou tratar de termos como “soberania alimentar” e dos aspectos científicos da agroecologia. Ainda assim, os movimentos sociais conseguiram demarcar um espaço importante no evento, quando puderam posicionar-se criticamente ao modelo agroindustrial, mesmo tendo sido silenciados no documento final (GIRALDO; ROSSET, 2016).

Durante o evento, as/os representantes dos movimentos sociais e intelectuais que defendem a agroecologia perceberam que as discussões estavam sendo direcionadas com um limite muito grande. A Sociedade Científica Latino Americana de Agroecologia (SOCLA) deixa essa questão evidente no documento sobre as reflexões feitas a partir da sua participação no Simpósio:

Dadas as preocupações que manifestaram os porta-vozes da FAO de que alguns países membros que se opuseram ao Simpósio e, portanto, a necessidade da reunião limitar-se apenas aos aspectos científicos da agroecologia, um dia antes do início do Simpósio, SOCLA reuniu-se com membros da Via Campesina e IPC (Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar) para definir nosso posicionamento dada a sensibilidade da reunião. Apesar de termos concordado de que a FAO abriu um novo espaço para a Agroecologia e que não devíamos alterar o equilíbrio político dentro da FAO para que este espaço se mantenha aberto e cresça, foi acordado, no entanto, que não estaríamos dispostos a comprometer nossas visões, nem posições e que defenderíamos os princípios da agroecologia e sua identidade latino-americana (NICHOLLS, 2014, tradução nossa, *on-line*).

Esta preocupação está associada ao debate sobre uma concepção leviana da agroecologia, cujo interesse é inseri-la na caixa de ferramentas da reprodução ampliada do capital. Esse movimento pode ser realizado seja através da territorialização do capital no campo produzindo alimentos orgânicos, ou então, pelo monopólio do território camponês agroecológico, apropriando-se de sua renda. Os processos de exploração continuam os mesmos, porém, o termo agroecologia traz uma novidade para o mercado de alimentos, que agora possui um público cada vez mais consciente da crise causada pelo modelo do agronegócio e suas consequências à saúde humana, ambiental, etc.

A agroecologia, até pouco tempo atrás, não era uma prioridade nas pautas construídas pelas instituições responsáveis por orientar as políticas públicas de

euros, para despesas de viagens, além disso, o governo federal suíço através do Ministério da Agricultura (FOAG) contribuiu com \$ 5.000 euros, para a recepção dos expositores (FAO, 2014).

agricultura no mundo, como a FAO, por exemplo. Ao contrário, sempre foi ignorada e até menosprezada quando tratada como possibilidade de alternativa aos problemas gerados pelo modelo da revolução verde. Nos últimos quarenta anos, a agroecologia teve que enfrentar todas as estruturas de poder de todos os espaços consolidados pelos conglomerados de instituições que asseguraram a agricultura industrial da revolução verde como a salvação da fome e pobreza do mundo.

Por isso, foi de suma importância o espaço construído na FAO com a realização do Simpósio de Agroecologia. O evento conseguiu reunir representantes da agricultura de diversas partes do mundo, sejam de instituições governamentais de países, setores privados, movimentos sociais e renomados intelectuais²⁶ para discutir a agroecologia. Não se pode exigir muito mais progresso de uma instituição financiada por países que são potências econômicas mundiais e das suas grandes corporações capitalistas do agronegócio. Ainda assim, a partir do relatório final do evento podemos perceber que, primeiramente, houve uma grande repercussão²⁷; e segundo, aconteceram discussões importantes para o fortalecimento da agroecologia em um espaço influente no cenário mundial, principalmente tratando-se de políticas públicas para a agricultura. O Simpósio foi organizado em eixos temáticos, divididos em tópicos:

O primeiro eixo foi “Abordagens Ecológicas” e os tópicos discutidos foram: “Concepção e Engenharia de Sistema de Culturas”, “Fechando o Ciclo de Nitrogênio”, “Abordagens Agroecológicas Para a Reprodução”, “Solo e Saúde”, “Diversidade Entomológica, incluindo Polinizadores”, “Superfície Aérea e Subterrânea” e “Agrobiodiversidade” (FAO, 2014, tradução nossa). Entre os pontos levantados, destacamos dois:

Através da Agroecologia é possível alcançar uma maior qualidade e quantidade de produção, pela transição de uma dependência de insumos químicos para uma abordagem integrada holística baseada em gestão de

²⁶ Presentes intelectuais acadêmicos e orgânicos como: Stephen R. Glissman, da Universidade da Califórnia, Santa Cruz - EUA; Pablo Titonell, Universidade de Wageningen – Suriname; Irene Cardoso, Universidade de Viçosa – Brasil e Paul Mapfumo, Universidade do Zimbábue, todos na mesa de abertura. Também se fizeram presentes: Clara Nicholls da SOCLA e Universidade da Califórnia, Berkeley – EUA; Peter M. Rosset, Professor Investigador Titular C no EI Colégio de la Frontera Sur (ECOSUR), atualmente é professor visitante da CAPES no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará; Miguel Altieri da Universidade da Califórnia, Berkeley – EUA; e tantas outras pessoas que dedicam uma vida ao estudo e defesa da agroecologia camponesa (FAO, 2014).

²⁷ Estima-se que, pelo menos, 400 pessoas de 61 países diferentes, incluindo representantes permanentes e membros da FAO participaram do evento. O evento pôde ainda ser acompanhado ao vivo através de *streaming* (FAO, 2014).

ecossistemas; Redução do uso de insumos e substituição de insumos são bons primeiros passos, no entanto, é necessário um redesenho para adotar plenamente uma perspectiva agroecológica, é um passo mais difícil e, também requer o redesenho de políticas e programas para sustentar essa transição (FAO, 2014, tradução nossa).

O segundo eixo chamado “Construindo Sinergias” e os tópicos discutidos nessa sessão foram: “Resiliência e agroecologia”, “Pesquisa Participativa / Modelos Agroecológicos de Extensão”, “Uma Abordagem Ecológica à Escassez da Água”, “Agroecologia e Energia”, “Agrossilvicultura”, “Integração com Pecuária” e “Cadeias Alimentares e Sistemas” (FAO, 2014, tradução nossa). Separamos estes pontos que consideramos importantes para o fortalecimento da agroecologia:

Os agricultores que adotaram sistemas agroecológicos são mais resistentes às mudanças climáticas e recuperam mais rapidamente quando confrontado com impactos. A participação do agricultor é necessária para eliminar restrições de produção. A diversidade das árvores frutíferas pode contribuir para o tratamento dos déficits nutricionais e o aumento da renda, ao mesmo tempo, integrar considerações de gênero na agricultura (FAO, 2014, tradução nossa, *on-line*).

O terceiro foi “Pessoas e Economia” e os pontos discutidos foram: “Construindo o capital natural através de perspectivas e termos da Agroecologia”, “Construindo mercados para apoiar a Agroecologia”, “Agroecologia e Emprego”, “Sistema agrário diversificado”, “Diversas Dietas”, “Construindo Capital Social através da Agroecologia”, “Local para desenvolver Processos de Conhecimento e Aprendizagem” e “Gênero e Agroecologia” (FAO, 2014, tradução nossa). As principais discussões abordadas incluem:

Necessidade de comunidades científicas de conservação ambiental e agrícola para desenvolver um base forte na economia ambiental; Mercados e consumidores para apoiar uma demanda por produção agroecológica; Promover o conceito de Agroecologia entre as diversas partes interessadas;

A agroecologia tem um efeito positivo sobre os meios de subsistência dos agricultores; Necessidade de maior vínculo entre produtores e comunidade científica; Os pequenos agricultores têm uma visão ampla da natureza em uma matriz complexa que os cientistas estão apenas começando a entender; Aumentar a evidência científica e campanhas de conscientização sobre problemas crônicos de saúde, a perda de dietas tradicionais e práticas agrícolas; Aumentar dados e evidências de políticas sobre as consequências da agricultura convencional no ambiente, incluindo o ar, a água e o solo, bem como questões sociais, incluindo a saúde, o emprego, desenvolvimento rural, justiça e segurança; A ampliação e a expansão da Agroecologia continua sendo um desafio e requer políticas mais amplas, investimentos, alianças produtor-consumidor; O conhecimento local da biodiversidade e do conhecimento das mulheres é tão importante quanto o dos homens e deve ser dada ênfase ao conhecimento gerado e mantido pelas mulheres (FAO, 2014, tradução nossa, *on-line*).

Apresentamos estes pontos pois os consideramos fundamentais na transição para a agroecologia, e compreendemos que é um grande avanço a FAO poder contar

com intelectuais orgânicos, de experiência ímpar tratando-se do tema da agroecologia, em um simpósio realizado em sua sede, em Roma. Ao mesmo tempo, entendemos que não é possível se apropriar do conhecimento agroecológico se não for através de quem a pratica ou por quem sistematiza essas experiências a partir da vida cotidiana com o campesinato. Isto também é uma preocupação dos movimentos sociais e intelectuais que defendem a agroecologia como modo de vida elementar para a resistência/recriação do campesinato e de populações tradicionais. Não se trata apenas de uma preocupação, é uma concepção que analisa somente a relação que o campesinato possui com o mercado, ou então, a reprodução do lucro pelo fruto do seu trabalho.

Um dos encaminhamentos do Simpósio foi o compromisso do Diretor Geral da FAO, José Graziano da Silva, com a iniciativa de lançar um sistema das Nações Unidas para a Agroecologia. Alguns dos pontos que merecem destaque na apresentação de Graziano são:

A agroecologia é um conceito que continua a crescer como um conjunto de práticas, ciência e políticas. Há uma consciência crescente da Agroecologia. Contudo, permanecem desafios significativos que precisam ser abordados a nível nacional e regional. É importante enfatizar que uma solução não irá atender todos os contextos;

[...]

O Simpósio abriu uma janela alternativa dentro da sede da FAO, a “Catedral da Revolução Verde”; hoje, o paradigma da Revolução Verde está mostrando fraquezas e por esse motivo, estamos buscando novas alternativas;

[...]

A agroecologia representa uma opção promissora e é uma possibilidade entre outras (como Organismo Geneticamente Modificado e redução do uso de produtos químicos). A FAO irá incorporar o conhecimento que tem sido ganho em nosso quadro estratégico e trabalho de campo para ajudar a demonstrar novas oportunidades para os países (FAO, 2014, tradução nossa).

Esta concepção é definitivamente preocupante. Para nós, que defendemos a agroecologia produzida pelo campesinato e populações tradicionais, é fundamental conhecer em qual perspectiva o Diretor Geral da FAO se sustenta ao indicar políticas públicas para o campo. Nesse sentido, e levando em consideração que a reprodução ampliada de capital acontece fundamentalmente a partir de relações não-capitalista de produção, Oliveira (2004) afirma que,

“A incansável luta pelo acesso à terra pelos camponeses no Brasil tem uma dimensão incompreendida por parte da intelectualidade brasileira. No Brasil, por exemplo, José Graziano da Silva acredita que o campo praticamente acabou e que a agricultura é atividade de “tempo parcial” (*part-time farmer*).

[...] Afinal, para ele, sempre existiu a esperança de que a agricultura se transformasse em uma “fábrica verde”, enfim, que as relações sociais de produção e de trabalho capitalistas, quer dizer assalariadas, dominassem tudo e a todos.

[...] Para José Graziano da Silva é impossível a existência da classe camponesa na sociedade capitalista. Em sua concepção teórica, histórica, política e ideológica, ela é coisa do passado, superada pelo desenvolvimento capitalista (OLIVEIRA, 2004, p. 43-44-45).

Como resposta ao posicionamento do Secretário Geral da FAO - ao afirmar que a FAO abre uma “janela” para a Agroecologia, mas que é necessário entender que este é mais um enfoque dentro de tantos possíveis, deixando, portanto, “janelas” abertas para os produtos transgênicos -, se pronunciaram prontamente após o Simpósio os movimentos sociais camponeses e outros que defendem a agroecologia a partir do comprometimento com a vida e com postura crítica à concepção que a entende apenas como uma técnica agrônômica, voltada para a substituição de produtos químicos por orgânicos na produção de alimentos. A SOCLA por Nicholls (2014), por exemplo, garantiu que:

A SOCLA agradeceu a FAO o espaço oferecido e manifestamos nossa disposição para colaborar com esforços futuros, porém deixamos claro que a Agroecologia na América Latina se construiu e cresceu sem o apoio oficial de organizações internacionais ou nacionais, nem grandes fundações ou doadores, e que nós seguiremos trabalhando com ou sem o apoio financeiro da cooperação internacional. Isto nos permitiu manter-nos fiéis aos nossos princípios e avançar numa agenda independente de investigação, ensinamentos e trabalho com camponeses que não se negocia (NICHOLLS, 2014, tradução nossa, *on-line*).

Portanto, não é difícil perceber qual direção está sendo tomada por esta organização camponesa. Trata-se, evidentemente, de um posicionamento teórico, filosófico, político e ideológico que entende a agroecologia como um processo de construção classista, desenvolvida pelo campesinato e populações tradicionais, ou, trocando em miúdos, não é possível pensar a agroecologia sem esses grupos sociais. É evidente, portanto, que existe uma disputa de interesses, que para Nicholls (2014):

Durante as apresentações e as discussões realizadas em cada uma das seções paralelas, se observou uma clara diferença entre duas tendências: aquela que reflete a visão de muitas instituições oficiais de governos, outros participantes internacionais do setor privado e da academia no simpósio, em que para eles **a Agroecologia representa uma opção a mais** na caixa de ferramentas que poderia solucionar os problemas criados pela agricultura industrial-convencional e que pode ser combinado com outros enfoques disponíveis da revolução verde, incluindo os transgênicos, e alguns insumos, como proposto por aqueles que promovem a **“intensificação sustentável”**. Do lado contrário, a posição da SOCLA, Via Campesina e outras organizações da sociedade civil e alguns acadêmicos foi reafirmar que a **Agroecologia é uma alternativa ao modelo agrícola convencional e constitui a única opção viável para fazer uma transformação radical do**

sistema alimentar em face de desafios climáticos, econômicos e sociais predominantes (NICHOLLS, 2014, grifos próprios, tradução nossa, *on-line*).

A Via Campesina se reuniu em 2015, para a realização do “Fórum Internacional sobre Agroecologia”²⁸, no Centro de Nyéléni em Selingue, Mali, de 24 à 27 de fevereiro, “para chegar em uma leitura compartilhada da agroecologia como elemento chave na construção da Soberania Alimentar, e para construir estratégias conjuntas para promover a agroecologia e protegê-la das intenções de cooptação (LVC, 2015, tradução nossa).” Nesse sentido, também manifestaram suas reflexões e postura sobre o Simpósio de Agroecologia da FAO. Para a Via Campesina (2015),

A pressão popular instalou em muitas instituições multilaterais, governos, universidades e centros de pesquisas, algumas ONGs, corporações e outras instâncias a finalmente reconhecer a “agroecologia”. No entanto, existe a tentativa de reduzir o conceito a uma mera proposta de tecnologia para oferecer algumas ferramentas que suavizam a crise de sustentabilidade da produção alimentar industrial sem desafiar as estruturas de poder existentes. Esta cooptação da agroecologia para – maquiagem - o sistema alimentar industrial e oferece um discurso ecologista que de frente na galeria recebe vários nomes, entre eles “agricultura climática inteligente”, “intensificação sustentável ou ecológica”, produção industrial de monocultivos de alimentos “orgânicos”, etc., para nós, não é agroecologia. Rejeitamos estes qualificativos e lutaremos para denunciar e frear esta apropriação insidiosa da agroecologia. [...] Não podemos permitir que a agroecologia seja uma ferramenta do modelo de produção alimentar industrial: a entendemos como a alternativa essencial a esse modelo e como o meio de transformar a maneira como produzimos e consumimos os alimentos em algo melhor para a humanidade e nossa Mãe Terra (VIACAMPESINA, 2015, tradução nossa, *on-line*).

Ao afirmamos que não é possível pensar a agroecologia sem a classe camponesa, obviamente que nossa concepção é, então, a defendida e sistematizada por esta classe e por seus intelectuais orgânicos. Nesse sentido, apresentamos alguns dos pilares e princípios comuns da agroecologia de acordo com a Via Campesina (2015)²⁹,

- A agroecologia é um modo de vida e é a linguagem da natureza que aprendemos sendo seus filhos. Não é mera proposta de tecnologia ou de

²⁸ O Fórum Internacional sobre Agroecologia conseguiu um feito único, o de reunir em um mesmo espaço diversos grupos sociais: “Somos delegados representantes de diversas organizações e movimentos internacionais de produtores em pequena escala e consumidores de alimentos, incluindo camponeses, povos e comunidades indígenas -junto a caçadores e coletores-, agricultores familiares, trabalhadores rurais, pastores, pescadores artesanais, e moradores urbanos. Os diversos setores que representam nossas organizações produzem em seu conjunto 70% dos alimentos consumidos pela humanidade (LVC, 2015, tradução nossa).

²⁹ Citamos estes extenso documento sobre os pilares, princípios e estratégias da Agroecologia construídas pelas organizações que a compõem, por dois motivos fundamentais de método: o primeiro, pela importância de dar voz aos sujeitos que se representam, ou seja, representam a classe para si, por isso entendemos a Agroecologia como um processo de construção classista. E o segundo motivo, por esta ser a concepção de agroecologia que estamos adotando para este trabalho, no sentido de ser coerente com o método que estamos nos propondo a desenvolver, na tentativa de exercer a práxis.

práticas de produção. Não pode ser aplicada da mesma maneira em todos os territórios. Se baseia no princípio de que, mesmo podendo compartilhar de similaridades na diversidade de nossos territórios, se pratica de muitas formas diferentes, onde cada setor contribui com as cores de sua realidade local e cultural, respeitando sempre a Mãe Terra e nossos valores comuns e compartilhados.

- As práticas de produção agroecológica (como os cultivos intercalados, a pesca tradicional e o pastoralismo da transumância, a integração de cultivos, árvores, animais e peixes, os adubos verdes, a compostagem, o uso de sementes camponesas e raças locais de gado, etc.) se baseiam em princípios ecológicos como a preservação da vida dos solos, a reciclagem dos nutrientes, a gestão dinâmica da biodiversidade e a conservação da energia em todas as escalas. A agroecologia reduz drasticamente o uso de insumos industrializados adquiridos externamente através da compra. Da mesma forma, agrotóxicos, hormônios artificiais, transgênicos ou outras tecnologias novas e perigosas.
- Os territórios são um pilar fundamental da agroecologia. Os povos e as comunidades possuem o direito de conservar suas próprias relações espirituais e materiais com sua terra. Estão legitimados a garantir, desenvolver, controlar e reconstruir suas estruturas sociais consuetudinárias e administrar suas terras e territórios, incluindo seus caladeros de pesca, tanto desde o ponto de vista político e social. Isso implica no pleno reconhecimento de suas leis, tradições, costumes, sistemas de posse e de instituições e constituir o reconhecimento da autodeterminação e da autonomia dos povos;
- Os direitos coletivos e o acesso aos bens comuns são pilares essenciais à agroecologia. Compartilhamos o acesso aos territórios que abrigam uma grande diversidade de grupos com os mesmos direitos coletivos, e dispomos de sofisticados sistemas consuetudinários para regular o acesso que queremos conservar e reforçar para evitar conflitos entre nós.
- Os diversos saberes e as formas de conhecimentos de nossos povos são partes fundamentais da agroecologia. Desenvolvemos nossos conhecimentos através do diálogo entre saberes. Nossos processos de aprendizagem são horizontais e entre iguais, baseados na educação popular. Acontecem em nossos próprios centros de formação e territórios (os camponeses ensinam os camponeses, assim como os pescadores aos pescadores, etc), e são também intergeracionais, os saberes são transmitidos entre anciões e jovens. Desenvolvemos a agroecologia através de nossa própria inovação, pesquisa, seleção e obtenção de cultivos e raças de gado.
- O fundamento de nossas cosmovisões reside no necessário equilíbrio entre a natureza, o cosmo e os seres humanos. Reconhecemos que como humanos somos parte da natureza e do cosmos. Compartilhamos de uma conexão espiritual com nossas terras e com a rede da vida. Amamos nossas terras e nossos povos e sem nosso amor não podemos defender nossa agroecologia, lutar por nossos direitos e alimentar o mundo. Opomo-nos à mercantilização de todas as formas de vida;
- As famílias, comunidades, coletivos, organizações e movimentos representam o solo fértil em que germina a agroecologia. Autogestão e as ações coletivas são o que permitem que a agroecologia seja dimensionada, construção de sistemas alimentares locais e desafiar o controle corporativo do nosso sistema alimentar. A solidariedade entre os povos e entre as populações rurais e urbanas é um ingrediente imprescindível;
- A autonomia inerente à agroecologia reverte o controle dos mercados mundiais e promove o autogoverno das comunidades. Assim, minimizamos o uso de insumos adquiridos de fora. Isso requer uma reconfiguração dos mercados para que eles sejam baseados nos princípios da economia

solidária e na ética da produção e do consumo responsável. Promovemos cadeias de distribuição curtas, diretas e justas. Elas implicam uma relação transparente entre produtores e consumidores, baseada na solidariedade dos riscos e benefícios compartilhados;

- A agroecologia é política, nos exige que desafie e transformemos as estruturas de poder na sociedade. Devemos colocar o controle de sementes, biodiversidade, terra e territórios, água, conhecimento, cultura e bens comuns nas mãos das pessoas que alimentam o mundo;
- As mulheres e seus conhecimentos, valores, visão e liderança são fundamentais para avançar. A migração e a globalização contribuem para aumentar o trabalho das mulheres, no entanto, elas têm um acesso muito mais limitado aos recursos do que os homens. Frequentemente seu trabalho não é valorizado nem reconhecido. Para que a agroecologia alcance seu pleno potencial, a distribuição equitativa do poder, das tarefas, da tomada de decisão e remuneração devem ser garantidas.
- Os jovens junto com as mulheres representam uma das duas principais bases sociais para a evolução da agroecologia. A agroecologia pode fornecer um espaço radical para a contribuição dos jovens para a transformação social e ecológica. Os jovens têm a responsabilidade de avançar para o futuro a partir do conhecimento coletivo que aprenderam com seus pais, antepassados e ancestrais. Eles são os guardiões da agroecologia para as gerações vindouras. A agroecologia deve criar um dinamismo social e territorial que ofereça oportunidades para a juventude rural e valorize a liderança das mulheres (VC, 2015, tradução nossa).

É importante conhecer como estes princípios estão sendo trabalhados, ou pelo menos, apresentar quais são as propostas de estratégias desenvolvidas pela Via Campesina (2015), através das experiências e necessidades dos representantes de suas organizações no Fórum Internacional sobre Agroecologia. A primeira estratégia está relacionada com “promover a produção agroecológica através de políticas que” (VC, 2015):

Quadro 1 - Estratégias de Agroecologia desenvolvidas pela Via Campesina

ESTRATÉGIA	COTEÚDO
1° - Agroecologia através de Políticas	Sejam territoriais e holísticas em seu enfoque dirigido às questões sociais, econômicas e relativas aos recursos naturais; garantam o acesso à terra e aos recursos para incentivar o investimento a longo prazo de pequenos produtores de alimentos; assegurar uma abordagem inclusiva e responsável na gestão de recursos, produção de alimentos, políticas de contratação pública, infraestruturas urbanas e rurais e planejamento urbano; que promovam processos de planejamento descentralizados e uma democratização autêntica em colaboração com governos e autoridades locais relevantes [...].
2° - Intercâmbio de Saberes	Intercâmbios horizontais (de camponês para camponês, de pescador para pescador, de pastores à pastores, entre consumidor e produtor, etc.) e intercâmbios entre gerações e entre diferentes tradições, incluindo novas ideias. As mulheres e os jovens devem ter prioridade; o controle do povo sobre a agenda de pesquisa, seus objetivos e metodologias; generalizar a experiência de aprender e construir a partir da memória histórica.

3º - Reconhecer o papel central da mulher	Lutar pela igualdade de direitos para as mulheres em todos os âmbitos da agroecologia, incluindo os direitos trabalhistas das mulheres trabalhadoras, o acesso aos bens comuns, o acesso direto aos mercados e o controle da renda; os programas e projetos devem envolver plenamente as mulheres em todas as fases, desde a formulação inicial até o planejamento e a implementação, garantindo sua participação na tomada de decisão.
4º - Instauração de economias locais	Promover mercados locais para produtos locais; apoiar o desenvolvimento de uma infraestrutura financeira alternativa, instituições e mecanismos para ajudar tanto os produtores quanto os consumidores; reconstruir mercados de alimentos através de novas relações de solidariedade entre produtores e consumidores; desenvolver vínculos com experiências de economia solidária e sistemas de garantia participativa, quando necessário.
5º- Divulgar e popularizar nossa visão de agroecologia	Elaborar um plano de comunicação sobre nossa concepção de agroecologia; Promover os benefícios nutricionais e de saúde da agroecologia; Ressaltar o enfoque territorial da agroecologia; Impulsionar práticas que permitam aos jovens protagonizar a regeneração permanente de nossa visão da agroecologia; Promover a agroecologia como uma ferramenta fundamental para reduzir o desperdício de alimentos e as perdas em todo o sistema alimentar.
6º- Forjar Alianças	Consolidar e reforçar as alianças existentes, como as que surgiram a partir do Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar (CIP); Expandir nossas alianças com outros movimentos sociais e organizações e instituições públicas de pesquisa.
7º- Proteger a biodiversidade e os recursos genéticos	Proteger, respeitar e garantir a tutela da biodiversidade; recuperar o controle de sementes e material reprodutivo e dar efeito aos direitos dos produtores de usar, vender e trocar suas próprias sementes e raças de gado; garantir que as comunidades pesqueiras desempenhem o papel principal no controle de águas marinhas e interiores.
8º- Esfriar o planeta e adaptar-se às mudanças climáticas	Assegurar que organismos internacionais e governos reconheçam a agroecologia conforme definida neste documento, como a solução para enfrentar e adaptar-se às mudanças climáticas, em vez de adotar a “agricultura climática inteligente” ou outras versões distorcidas da agroecologia; Identificar, documentar e compartilhar casos bem-sucedidos de iniciativas agroecológicas locais que lidam com a mudança climática.
9º- Denunciar e lutar contra a apropriação corporativa e institucional da agroecologia	Combater as tentativas das corporações e instituições de tornar a agroecologia um meio de promover organismos geneticamente modificados e outras falsas soluções e novas tecnologias perigosas; Expor os interesses particulares das corporações que se escondem por trás de ajustes técnicos, como agricultura climática inteligente, intensificação sustentável e “ajustes interessados” na aquicultura industrial; Lutar contra a comercialização e financeirização dos benefícios ecológicos da agroecologia.

Fonte: Elaboração Farran (2019, com base em documento da VIA CAMPESINA (2015).

A concepção de agroecologia utilizada neste trabalho foi “enriquecida” através do “Fórum Internacional sobre a Agroecologia” realizado em 2015, fruto da experiência adquirida pelo conhecimento da classe camponesa e populações tradicionais. É difícil

pensar que um conceito possa adquirir tamanha legitimidade, mas ele é real, e inclusive, como foi mencionado no documento citado anteriormente, é necessário “assegurar que organismos internacionais e governos reconheçam a Agroecologia conforme definida nesse documento” (VIACAMPESINA, 2015), assim como a ciência e seus intelectuais ao discutirem este conceito.

Nesse sentido, também consideramos ser fundamental a defesa desta perspectiva que está em disputa, ou em uma “encruzilhada”, quando nos referimos às vantagens e/ou desvantagens da institucionalização da agroecologia. Dedicamos, portanto, a devida atenção à questão do cooptação da agroecologia pela abordagem que a tenta “maquiar” utilizando a falsa ideia de que dessa forma pode resolver os problemas inerentes à estrutura do sistema capitalista de produção, neste caso, da agricultura capitalista industrializada. Esse cuidado se estende quando nos referimos aos instrumentos públicos (equipe técnica, instituições, infraestruturas, etc.) construídos para o desenvolvimento da revolução verde e que de forma repentina se propõem a fortalecer a agroecologia.

Em grande medida, as políticas públicas voltadas para o campo, elaboradas no Brasil nas últimas décadas, atendem às intencionalidades da agricultura capitalista, baseados, sumariamente, na produção de *commodities*. É segundo esta lógica e buscando atingir este público que o campesinato, chamado de agricultura familiar pelo Estado brasileiro, é inserido a partir da terça metade da década de noventa. E, historicamente, as políticas públicas que possuem este enfoque, quando não elaboradas, costumam ser aplicadas de “cima para baixo”, ou seja, a partir de um setor do governo para atender uma demanda da população, sem contar com sua participação (FERNANDES, 2015, p. 393).

Através de uma marcante atuação dos movimentos sociais do campo e no sentido de atenuar algumas das problemáticas geradas pelo modelo de agricultura industrial calcada nos princípios da Revolução Verde, o Estado brasileiro, a partir do final da década de noventa, vem propondo uma série de políticas públicas e programas³⁰ que contribuíram de forma contundente enquanto permaneceram, para

³⁰ Iniciadas durante a década de noventa, como o exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ver mais sobre o assunto em: (SHIMITT e GRISA, 2013).

a resistência camponesa, tanto para quem não produzia de forma agroecológica, como para quem já produzia.³¹

Neste contexto foi elaborada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), por meio do decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012, firmando o compromisso do governo federal em:

Integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (BRASIL, 2012).

Dessa forma, coube à Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), composta por dez ministérios, naquele período, a tarefa de elaborar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), para articulação de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal para a implementação da política. O PLANAPO é composto por seis objetivos, quatorze metas, iniciativas e programas.³² Gostaríamos de ater-nos na Meta Dois do Plano, que tem o objetivo de “apoiar pelo menos trinta redes voltadas à articulação e fortalecimento da produção, processamento, certificação e comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica”. Para isso, conta com o Programa de Ampliação e Fortalecimento das Redes e Organizações de Agroecologia, Extrativismos e Produção Orgânica (ECOFORTE), instrumento que busca conectar ações e potencializa empreendimentos de desenvolvimento rural e de base agroecológica.³³

Com recursos advindos da Fundação Banco do Brasil (FBB), em 2015, o programa ECOFORTE realizou a primeira “Seleção Pública de Projetos de Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica”; a análise dos projetos e posterior contratação obedeceram a uma classificação decrescente por pontuação, destinando R\$ 25 milhões para esta ação. Este edital contemplou três entidades de cada região do país, e no Nordeste foram selecionadas: a Cáritas Diocesana de Sobral (Ceará), o

³¹ O Projeto de Assentamento Dois Riachões sofreu com os cortes de verbas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O assentamento rodava R\$ 3,5 milhões em alimentos antes do corte. A criação da Rede de Agroecologia Povos da Mata foi fundamental para garantir o escoamento dos alimentos e a renda das/os camponesas/es assentadas/os. Discutiremos melhor sobre esse assunto no próximo capítulo.

³² Ver mais sobre o assunto no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/planapo/>>.

³³ As informações acerca da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e do Programa ECOFORTE foram transcritas a partir de projeto executivo e notícias disponibilizadas pelo site do Ministério do Desenvolvimento Agrário, disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>.

Centro de Assessoria e Apoio dos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas – CAATINGA (Pernambuco) e a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativas – AS-PTA (Paraíba), esta última localizada no Território Rural da Borborema. Nenhuma instituição da Bahia foi contemplada por este edital.

No edital de seleção pública do programa ECOFORTE de 2018, apenas duas entidades da Bahia foram habilitadas pela segunda etapa da seleção: o Movimento de Organização Comunitária (MOC)³⁴ e o Serviços de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP)³⁵. A Rede de Agroecologia Povos da Mata pleiteou o edital ECOFORTE 2017 através de uma parceria com a Associação dos Produtores de Cacau do Sul Bahia, porque a associação administrativa da Rede não possuía o tempo necessário requerido pelo edital. A Rede foi desclassificada na segunda etapa por não cumprir com dois itens que, de acordo com o resultado da seleção do Programa, versam sobre a “comprovação de consentimento prévio de povos e comunidades tradicionais ou de suas instituições representativas, bem como a identificação das referidas comunidades” e por não apresentar “dois orçamentos para cada item de despesa prevista no projeto, inclusive a(s) contrapartida(s)”. Apesar do pedido de recurso, não foi possível reabilitar a proposta.³⁶

A partir das diferentes escalas das decisões políticas, os recursos advindos das políticas públicas de agroecologia ainda não contribuíram, de forma direta, com o processo de formação da Rede de Agroecologia Povos da Mata. O que aconteceu, através da militância e capacidade de encontrar alternativas, foi aproveitar recursos de editais para potencializar as atividades de articulação e produção de alimentos agroecológicos que já vinham sendo construídas pelas camponesas e camponeses na estruturação da Rede.

Por exemplo, ao tratarmos da institucionalização da agroecologia na Bahia, no que diz respeito ao mandato do governo passado, de janeiro de 2015 até dezembro de 2018, das 1.702 notícias do site da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do Estado da Bahia, entidade responsável por fortalecer o pequeno produtor do campo,

³⁴ Mais informações sobre o MOC em: <<http://www.moc.org.br/>>.

³⁵ Mais informações sobre o SASOP em: <<http://www.sasop.org.br/>>.

³⁶ As informações sobre o resultado parcial do Programa ECOFORTE estão disponíveis no Site da Fundação Banco do Brasil, assim como, o Edital de seleção. Mais sobre o assunto em: <<https://www.fbb.org.br/pt-br/ecoforte2017>>.

apenas 41 destas tratavam diretamente da agroecologia. Contudo, tratando-se de notícias sobre as ações estratégicas da instituição relacionadas à agroecologia, este número reduz para dez. Quanto às matérias referentes à Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO) foram apenas dez, tendo sido a última notícia publicada pela SDR sobre esta política em 20 de dezembro de 2016 (Quadro 2).

Quadro 2 - Notícias do Site da Secretaria de Desenvolvimento Rural (2015 – 2018)

Notícias vinculadas à agroecologia:	Quantidade:
Que trataram diretamente de agroecologia	41
Sobre ações estratégicas da instituição relacionadas à agroecologia	10
Referente à Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica	10
Total de notícias do site	1702

Fonte: Elaboração por Farran (2019), com base na Secretaria de Desenvolvimento Rural (2018)

Os recursos destinados para Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)³⁷, são advindos de dois financiadores principais, que são o Banco Mundial e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)³⁸, vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU) igualmente à FAO.

Os recursos voltados para o pequeno produtor, provenientes do Banco Mundial e direcionados pelo Governo do Estado da Bahia por meio da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER³⁹) da SDR a partir de editais, nos últimos quatro anos, foram (Quadro 3)⁴⁰:

³⁷ O Brasil possui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12188.htm>. Quase dois anos após, no final de 2011, o Governo do Estado da Bahia instituiu pela Lei 12.372, de 23 de dezembro de 2011, a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER). A lei está disponível em: <<https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1031322/decreto-13769-12>>.

³⁸ Retornaremos mais adiante uma discussão sobre o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

³⁹ “A BAHATER é um órgão em Regime Especial de Administração Direta, no âmbito da SDR, que tem por finalidade promover a execução de políticas de desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural. (BAHIA/SDR, 2015a).

⁴⁰ A ideia de apresentar estas chamadas públicas é no sentido de identificar o quanto o Governo do Estado da Bahia destinou de discurso e de recursos para a promoção da agroecologia, a partir da política de ATER.

Quadro 3 - Editais da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia (2015 – 2018)

ANO	EDITAL	CONTEÚDO	VALOR (R\$ Milhões)
2015	Nº 001 – SDR/BAHIATER	ATER destinada à estruturação produtiva e articulação de políticas públicas para a promoção da sustentabilidade das Unidades Produtivas Familiares (UPF) ⁴¹ .	110,0
2015	Nº 002 – BAHATER/SDR/SEPROMI	ATER destinada à Povos e Comunidades Tradicionais na Agricultura Familiar, com vistas ao etnodesenvolvimento sustentável das comunidades e ao fortalecimento das UPF.	14,0
2016	Nº 001 – SDR/BAHIATER	ATER destinados à estruturação produtivas e articulações de políticas públicas para a promoção a sustentabilidade das UPF.	13,0
2016	Nº 002 – SDR/BAHIATER/SEPROME	ATER destinados à Povos e Comunidades Tradicionais na Agricultura Familiar, com vistas ao etnodesenvolvimento sustentável das comunidades e ao fortalecimento das UPF.	14,0
2017	Nº 01 - SDR	Seleção de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar Termo de Colaboração cujo objetivo é a produção, resgate, conservação e o armazenamento de sementes crioulas.	3,2
2017	Nº 08 – SDR/CAR	O apoio técnico e financeiro, não reembolsável, para investimentos em Subprojetos Orientados para o Mercado na Cadeia Produtiva do Licuri.	3,0
2017	Nº 09 – SDR/CAR	O apoio técnico e financeiro, não reembolsável, para investimentos em Subprojetos Orientados para o Mercado nas Cadeias Produtivas do Cacau, da Laranja, do Caju, do Coco e do Café.	26,0
2018	Nº 10 – SDR/CAR	Seleção de projeto para Alianças Produtivas Territoriais.	60,0
2018	Nº 11 – SDR/CAR	Seleção de subprojetos para Comunidades Quilombolas, que visam promover a melhoria do manejo dos recursos naturais em áreas de produção agrícola ou pecuária, bem como a recuperação de áreas degradadas.	9,0
2018	Nº 12 – SDR/CAR	Seleção de subprojetos socioambientais para Povos Indígenas. O objetivo é similar ao anterior.	9,0

⁴¹ “Unidade de produção Familiar (UPF) é área agrícola onde Agricultores/as Familiares realizam suas atividades produtivas rurais com objetivo de geração de renda e/ou soberania e segurança alimentar e nutricional (BAHIA, 2016a).

2018	Nº 13 – SDR/CAR	Seleção de subprojetos de qualificação de agroindústria da agricultura familiar.	20,0
2018	Nº 002 – SDR/BAHIATER	Seleção de entidades e instituições para prestação de serviços de ATER para Mulheres Rurais preferencialmente organizadas em grupos produtivos.	25,5
2018	Nº 001 – SDR/BAHITER	Seleção de entidades e instituições para prestação de serviços de ATER destinados à estruturação produtiva e articulação de políticas públicas para promoção da agroecologia.	32,5

FONTE: Elaboração de Farran (2019) com base em SDR (2015; 2016; 2017;2018)

Mesmo a agroecologia não sendo objetivo central dos textos dos editais acima citados, entre o período de 2015, 2016 e 2017, a transição agroecológica é mencionada em algumas passagens, seja pela exigência da BAHIATER na prestação de serviços das entidades concorrentes, como:

Esta Chamada Pública promove a oferta da assistência técnica tomando como foco o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza rural, sustentabilidade socioambiental e a transição para agroecologia, priorizando as questões de gênero e geração, fundamentada no princípio de que as pessoas são centrais na produção do desenvolvimento (BAHIA/SDR, 2015a).

Ou então, através de algumas exigências do edital na execução das atividades, a exemplo do trecho: “As atividades selecionáveis do tipo “coletivas” [...] deverão tratar dos seguintes temas: 1. Produção agrícola, pecuária e florestal de base agroecológica e orgânica” (BAHIA/SDR, 2016a). É importante identificar este período como um momento importante para a institucionalização da agroecologia pelo Governo do Estado da Bahia, já que mesmo não tendo aprovado a PEAPO, é possível perceber nos editais a sua presença. Inclusive, foi justamente entre 2015 e 2016, que esteve na agenda da SDR as discussões sobre a elaboração da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica da Bahia, como foi apresentada anteriormente através das notícias desta instituição.

O ano de 2018, de eleição para o governo do Estado da Bahia, contou com seis chamadas públicas, que dizem muito sobre o direcionamento político- econômico do Governo do Estado para o pequeno produtor. Organizados a partir de uma ordem para a análise e discussão, foram estes:

O Edital N° 13/2018 – “seleção de subprojetos de qualificação de agroindústria da agricultura familiar”, no valor de R\$ 20 milhões. A partir de um diagnóstico coordenado pela CAR e SDR, indica que foram implantadas na Bahia cerca de 1.500 agroindústrias de pequeno e médio porte, com recursos de diversos órgãos governamentais federais e estaduais, assim como por instituições internacionais, entre outras. A questão é que, por diversos motivos, muitas destas agroindústrias não estão cumprindo a sua função, e por isso, esta chamada propõe o estímulo financeiro para que estas agroindústrias voltem a funcionar. O edital possui quatro finalidades principais:

Apoiar a estruturação, funcionamento e gestão de Organizações Produtivas da Agricultura Familiar e Economia Solidária; Contribuir para a ampliação e qualificação das estratégias de comercialização de Organizações Produtivas da Agricultura Familiar [...]; Fortalecer a capacidade das Organizações Produtivas da Agricultura Familiar e Economia Solidária de participarem de mercados[...]; Contribuir para a ampliação dos resultados econômicos das Organizações Produtivas da Agricultura Familiar e Economia Solidária [...](BAHIA/SDR/CAR, 2018b).

Edital de N° 10/2018 – “Seleção de projetos para alianças produtivas territoriais”, com investimento no valor de R\$ 60 milhões. Esta seleção merece uma análise especial por se tratar especificamente de uma das contradições que justificam esta pesquisa, e que contribui de forma sobressaliente para a autonomia camponesa. Trata-se de uma característica fundamental na apropriação da renda camponesa pelo capital privado através do apoio do Estado, neste caso, com o fomento do Governo do Estado da Bahia. Escolhemos estas finalidades do Edital para discussão:

Contribuir para incorporação da cultura empreendedora, característica marcante nas organizações do Setor Privado, nas relações comerciais das Organizações Produtivas da Agricultura Familiar, de modo a favorecer o surgimento e/ou incremento de canais de comercialização que gerem ambiente adequado de rentabilidade e viabilidade econômica dessas organizações; Contribuir para o estabelecimento de parcerias “ganha-ganha”, onde os integrantes de uma Aliança Produtiva Territorial (APT) se beneficiam mutuamente, a partir de relações comerciais transparentes e vantajosas para os participantes, estabelecendo laços de cooperação e corresponsabilidade entre os integrantes; Estimular a dinamização de Redes Territoriais de Empreendimentos da Agricultura Familiar e Economia Solidária, criando as condições necessárias para a venda de produtos em maior escala e com maior valor agregado (BAHIA/SDR/CAR, 2018c).

Afirmamos anteriormente que a reprodução ampliada do capital acontece principalmente através de relações não capitalistas de produção (LUXEMBURG, 1985). Este é um elemento central da formação social brasileira (MARTINS, 2015), que continua a ser reproduzido como podemos ver nestes Editais. Estes quatro editais foram lançados em 2018 juntos e deixamos para analisar o “Alianças Produtivas” por

último propositalmente, porque este sintetiza o que os outros trazem nas entrelinhas, a inserção do “agricultor familiar no mercado”, de acordo com os respectivos textos. Um indicativo importante que evidencia a importância que esta ação possui para o Governo do Estado da Bahia está relacionada com a quantia destinada para as seleções públicas, tendo a de Alianças Produtivas abarcado R\$ 60 milhões, enquanto que a soma dos outros três foi de R\$ 38 milhões.

Vale destacar que consideramos a inserção do camponês no mercado como um fator determinante para a sua resistência e reprodução. O que estamos pontuando, contudo, é que os precedentes desta relação não indica a possibilidade de uma aliança justa com o setor privado, como proposto pela Finalidade 2 deste Edital, chamado de “Ganha-Ganha”.⁴² Inclusive, eis um dos principais motivos para a criação da Rede de Agroecologia Povos da Mata, surge da necessidade de não ficar “refém do atravessador” e de criar autonomia frente às redes indicadas na Finalidade 3 desta seleção. Em um dos planejamentos do Núcleo Pratiği, um dos temas mais debatidos foi a dificuldade que o/a camponês/a possui para negociar seus produtos, considerando que não é uma expertise de todas as pessoas o poder da negociação e isso não seria diferente para um/a morador/a do campo. Esta é uma demanda da Rede que precisa ser resolvida pelos participantes e uma das tarefas atribuídas à criação destas articulações conjuntas, a fim de resolver a questão exposta na Finalidade 1 do Edital⁴³.

Mais dois editais foram lançados no final do mês de junho de 2018, um de Assistência Técnica e Extensão Rural para mulheres rurais do Estado da Bahia e outro para a promoção da Agroecologia nas Unidades Produtivas Familiares, assim descritos:

Edital de ATER para mulheres rurais SDR/BAHIATER N°002/2018, no valor aproximado de R\$ 25,5 milhões e com objetivo de:

Seleção de entidades e instituições para prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais preferencialmente organizadas em grupos produtivos, com vistas ao fortalecimento da produção e a consolidação de processos de promoção da agroecologia e de seus processos organizativos, considerando as diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) (BAHIA/SDR, 2018d).

⁴² Ver mais sobre o assunto em Pertile (2001), a autora discute neste trabalho as “Marcas da “integração” a agricultura familiar de Quilombo, SC”..

⁴³ Trabalho de campo realizado em 23/02/2018, na Reunião do Núcleo Pratiği, no Projeto de Assentamento Dois Riachões do Movimento CETA, município de Ibirapitanga.

Edital de ATER AGROECOLOGIA SDR/BAHIATER N°001/201832. Com o valor aproximado de R\$ 32,5 milhões, objetiva a “seleção de entidades e instituições para prestação de serviços de ATER destinados à estruturação produtiva e articulação de políticas públicas para promoção da agroecologia das unidades produtivas familiares (UPF) (BAHIA/SDR, 2018e)”.

É importante destacar que, mesmo o Governo do Estado da Bahia não tendo aprovado a sua lei de agroecologia, os textos destas duas últimas chamadas públicas afirmam que estão contribuindo com o fortalecimento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Como exemplo, a seguinte citação está presente nos dois editais:

Assim, essa chamada pública lançada pela BAHIATER fortalece a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), no cumprimento de sua missão institucional de garantir o serviço público e gratuito de ATER, abrindo os caminhos para a promoção do desenvolvimento rural e da agricultura familiar baiana, em consonância com as expectativas das famílias envolvidas que tem a agricultura como modo de vida e trabalho (BAHIA/SDR, 2018d,e).

A lei estadual de agroecologia possui os trâmites burocráticos muito avançados, o que foi noticiado no site da SDR durante os últimos quatro anos do mandato anterior, como verifica-se nos títulos “Câmara técnica de agroecologia é criada para discutir proposta de lei estadual”, publicado em 21 de janeiro de 2016, e “Minuta da política de agroecologia é aprovada pelo CEDRS” (Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável), em 07 de novembro de 2016 (SDR, 2016).

A discussão anterior foi realizada sobre as chamadas públicas direcionadas pelo Governo do Estado da Bahia que foram financiadas pelo Banco Mundial. Como havíamos alertado anteriormente, outro financiador de políticas públicas para o campo baiano é o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário (FIDA). O Fida “investe em população rural, empoderando-a para reduzir a pobreza, aumentar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e fortalecer a resiliência” (FIDA, 2018).

No Brasil desde 1978, fornecendo mais de US\$ 18 bilhões através de doações e empréstimos a juros baixos para projetos que beneficiaram cerca de 462 milhões de pessoas, atua como uma instituição financeira internacional e é um agência especializada da ONU com sede em Roma (FIDA, 2018).

Especificamente no Estado da Bahia, contribui no financiamento do Projeto de Desenvolvimento Rural na Região Semiárida da Bahia(Pró-Semiárido). Este projeto é

no valor de US\$ 105,8 milhões e o FIDA contribui diretamente com US\$ 45 milhões (FIDA, 2018). Implementado pelo Governo da Bahia, por meio da CAR e SDR, promove:

O aumento da produção agropecuária, oportunidades de trabalho dentro e fora do setor agrícola e, conseqüentemente, a geração de renda para famílias agricultoras, quilombolas, indígenas e de assentados de reforma agrária. Para isso, fortalece as capacidades de indivíduos e organizações, como cooperativas e associações, para o desenvolvimento de atividades produtivas e negócios rurais e a melhoria do acesso a mercados, programas públicos e financeiros voltados para o meio rural e a agricultura familiar (FIDA, 2017).

Desde 2016, o Pró-Semiárido está implementando o subprojeto “Ponto Novo” para construção de uma barragem, com investimentos na ordem de R\$ 14,2 milhões. A barragem atende 215 mil habitantes, com o abastecimento de água para o consumo humano de sete municípios: Ponto Novo, Filadélfia, Caldeirão Grande, Itiúba, Senhor do Bonfim, Andorinhas e Jaguarari. Este mesmo projeto fornecerá o investimento de R\$ 3,8 milhões para a fruticultura irrigada, atendendo sessenta famílias de movimentos sociais: trinta do Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra (MST) e trinta para o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA). A piscicultura receberá R\$ 1,6 milhões em recursos, com implementação de sessenta tanques rede e uma unidade de beneficiamento de pescado para quarenta jovens (SDR, 2016).

Esta parceria rendeu também, em 2016, a inauguração da primeira agroindústria do Pró-Semiárido para o processamento de frutas em cooperativas no município de Canudos, Uauá e Curaçá. O investimento foi de R\$ 4 milhões em obras (SDR, 2016).

É importante ressaltar que, enquanto os recursos do Banco Mundial são aplicados através da seleção por chamada pública, o FIDA possui uma metodologia de participação conjunta de toda construção do projeto com as entidades executoras e o público que será beneficiado.⁴⁴

Não encontramos de forma específica o termo agroecologia nestes projetos realizados através da parceria entre o FIDA e o Governo do Estado. Entretanto, não é novidade que os movimentos sociais que foram contemplados apresentem em seus princípios a agroecologia e, inclusive, estão inseridos na Via Campesina, referência neste trabalho sobre o conceito de agroecologia.

44 Entrevista realizada com um Oficial de Programas do FIDA, na própria sede de Salvador/BA, em 30/10/2018.

A ressalva aqui levantada retoma a discussão anterior sobre a disputa da agroecologia. Em entrevista realizada com um Oficial de Programas para o Brasil do FIDA, na tentativa de conhecer a existência de ações diretas de agroecologia financiadas pela organização, e também de saber qual é a ideia de agroecologia que uma financiadora de políticas públicas para o Estado da Bahia possui. Descobrimos que a instituição não apresenta concepção diferente da FAO para a agroecologia, obviamente, por serem pastas vizinhas da ONU. O Oficial entrevistado do FIDA, mesmo afirmando que precisa estudar melhor o tema da agroecologia, declara que o

Projeto especificamente de agroecologia, na verdade eu até preciso entender um pouco mais [...]. Sistemas agroflorestais, que inclusive é um dos nossos temas dos novos projetos para o Brasil, são também agroecológicos, porque toda a retroalimentação do sistema vem de dentro. Você tem uma planta frutífera ao lado de uma hortaliça, ao lado de uma árvore, que você vai podar e servir de adubo ali mesmo para as plantas e os extratos vão se desenvolvendo, a quantidade de água vai aumentar, porque a fotossíntese faz com que a água circule e contribui para o combate à desertificação do solo. Inclusive, o controle de pragas é mais avançado se você tem um sistema agroflorestal porque tem uma diversidade de plantas nesse espaço que impede que certa praga tome conta de tudo. Tudo isso faz com que você não precise usar pesticidas, porque o sistema agroflorestal faz o controle de praga e isso é uma prática agroecológica. (FIDA, 2018)

Fica evidente na fala do Oficial que a compreensão da agroecologia como o desenvolvimento de técnicas para a produção de alimentos de forma equilibrada. A questão principal na disputa da agroecologia está na tentativa de reduzi-la a uma mera proposta de tecnologia ou prática de produção, como já discutimos anteriormente. A agroecologia é um modo de vida em que não é possível outra via que não a da classe camponesa, das populações tradicionais e dos grupos sociais que lutam pela defesa de suas frações de territórios agroecológicos.

Ainda sobre a entrevista, o representante do Fida, de forma muito particular, afirma qual é o seu entendimento sobre agroecologia:

Minha resposta curta seria que todos os projetos do FIDA são agroecológicos. O que talvez tenha aumentado nos últimos anos é o foco, a atenção para o nome da agroecologia. Você tem a contraposição do que é agroecologia e do que é agronegócio não agroecológico. Para mim, são as duas alternativas. E eventualmente você pode até ter um agronegócio agroecológico também. (FIDA, 2018).

Pela concepção de agroecologia deste trabalho, até permitiria dizer que todos os projetos do FIDA financiam grupos sociais agroecológicos. Mas, agronegócio que seja agroecológico, já não é possível, porque a agroecologia consiste em ensinamentos transmitidos através de gerações em lugares diferentes, não cabem dentro de um pacote como foi feito com a revolução verde. O que afirmamos, portanto,

é que a agroecologia não pode ser pautada pelas instituições, ao mesmo tempo que entendemos que seus financiamentos são importantíssimos para a resistência e recriação destes modos de vida, no caso deste estudo, para a resistência e recriação do território agroecológico camponês.

É necessário reiterar que o que está sendo analisado é o direcionamento político econômico dos recursos do Governo do Estado da Bahia para o campesinato baiano e, também, para outros grupos sociais que podem ser beneficiados pelas chamadas públicas mencionadas anteriormente. Não temos dúvidas que parte considerável destes recursos são destinados, através de instituições sérias de ATER, para o fortalecimento do campesinato sertanejo, por exemplo, ou os fundo e fecho de pasto, quilombolas, indígenas, marisqueiras, etc. Este modo de vida está sendo defendido neste trabalho como agroecológico. Ou seja, a hipótese principal levantada neste tópico é a afirmação de que a agroecologia é resultado da territorialização destes modos de vida e, atualmente, para defender estes territórios, consideramos a agroecologia como um processo de construção classista, que tem na luta pela terra, no caso brasileiro e baiano, uma das suas máximas expressões, como será discutido no próximo capítulo.

4 A FRAÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS AGROECOLÓGICO: UM ANÁLISE A PARTIR DO ASSENTAMENTO DOIS RIACHÕES E DA REDE DE AGROECOLOGIA POVOS DA MATA.

4.1 A IMPORTÂNCIA DA TERRA PARA O CAMPESINATO

Um pressuposto teórico importante que precisa ser ressaltado inicialmente refere-se à concepção de que estamos diante de um modo de produção que se desenvolve de forma desigual, contraditória e combinada. Portanto, considera-se que o desenvolvimento do capitalismo e a sua conseqüente territorialização no campo, acontece de forma heterogênea, complexa e plural.

Nesse sentido, é necessário compreender o processo de territorialização a partir de vastas e complexas condições existentes, desde a análise e o sentido da propriedade privada no capitalismo e sua interferência na agricultura. Assim, partimos da premissa de que as relações econômicas e institucionais no Brasil estão ancoradas em formas rentistas, evidenciando a natureza contraditória do sistema capitalista (PAULINO, 2012; PRIETO, 2016).

Paulino e Almeida (2010), utilizando-se da analogia a uma peça de teatro, apresentam a concentração fundiária do Brasil em três principais atos, inclusive a formação da propriedade privada da terra. De acordo com as autoras:

[...] o primeiro deles remete ao período escravagista, no qual o critério de concessão de uso da terra supunha a completa exclusão dos pobres, sendo acessível apenas aos fidalgos e diletos da coroa. Seus detentores souberam se valer dessa posição para impedir a consolidação de uma economia livre de base camponesa, paralela à escravidão. [...] Segundo ato: a Lei de Terras, de 1850. Com ela, foi possível garantir força de trabalho abundante e barata para as lavouras, a despeito da abolição iminente, pois tanto os imigrantes quanto os escravos libertos não teriam como acessá-la, senão por meio da compra. É aí que se instaura a propriedade privada da terra no país[...]. O terceiro ato manifesta-se já na República, com a passagem da economia agroexportadora para a economia urbano-industrial, e que adquire densidade na década de 1930 (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 14-15).

Dito isso, para Paulino (2012) a extração do excedente social está alicerçada em meios de apropriação do território pelo favorecimento à concentração da propriedade privada da terra, tornando-se instrumento primordial de acumulação por intermédio de duas frentes:

O cerceamento ao seu acesso atua no sentido de desequilibrar a relação oferta-procura, ocasionando uma valorização que a torna inacessível à maior

parte dos trabalhadores, inclusive aqueles envolvidos em atividades agrícolas; Sua divisão de forma desigual confere aos proprietários um poder desmensurado, desobrigando-os de observar o cumprimento da função social desse meio de produção essencial; com isso, é reduzida de forma drástica a oferta de trabalho onde predomina a malha fundiária concentrada, gerando um excedente de mão-de-obra incompatível com a capacidade de absorção dos demais setores da economia (PAULINO, 2012, p. 38).

Esta contradição, ou essa “irracionalidade aparente” segundo Paulino (2012), são condições fundantes do modo de produção capitalista, pois impossibilita garantir as necessidades para a reprodução efetiva dos trabalhadores. Essa “inversão” proporciona ao Brasil uma característica própria dentro do capitalismo contemporâneo, cuja especificidade, nas palavras da autora,

Se sustenta na manutenção de uma estrutura fundiária altamente concentrada, sendo esse monopólio a característica essencial que marca a expansão ocidental do território brasileiro e perpassa a história de índios, negros, caboclos, enfim, de povos cuja a unidade se encontra basicamente na luta contra a exclusão que essa via de apropriação da terra tem promovida há cinco séculos (PAULINO, 2012, p. 38).

Nesse sentido, não é demais lembrar que estamos diante de um desenvolvimento desigual e contraditório que se realiza por relações tipicamente capitalistas, nas quais as trabalhadoras e trabalhadores estão destituídos dos meios de produção e inseridos no mercado apenas com a força de trabalho como mercadoria. Com especificidades, esta lógica se aplica também na agricultura, atravessada por relações não capitalistas de produção, das quais Paulino (2012) destaca:

As formas de sujeição violenta empregadas sobre trabalhadores destituídos dos meios de produção. Com isso, os proprietários de tais meios que, por razões diversas, não desejam se enquadrar nos princípios básicos da ordem capitalista, a obtêm contrariando o mecanismo de compra e venda da mercadoria força de trabalho. Como exemplo destacamos a peonagem, prática que persiste no Brasil, inclusive no seio do agronegócio, conforme recentes denúncias baseadas no mapeamento das atuações promovidas pelo Ministério do Trabalho; [...] As formas autônomas de trabalho, derivadas do controle dos meios de produção pelos proprietários da força de trabalho que, ao mobilizar a família e, esporadicamente, contratar força de trabalho complementar, asseguram a produção/reprodução camponesa (PAULINO, 2012, p. 39).

Portanto, na agricultura capitalista, a força de trabalho é a mercadoria primordial das trabalhadoras e trabalhadores. Já a inclusão das unidades camponesas no capitalismo não acontece da mesma forma, porque o que eles têm a oferecer não é a mercadoria força de trabalho, e sim a renda camponesa da terra. É pela monopolização do território que é realizada a transferência de renda camponesa para

os setores capitalistas, e é neste momento que ela é transformada em capital, explicando a lógica contraditória do modo capitalista de produção (PAULINO e ALMEIDA, 2010).

Retomamos o entendimento de que a heterogeneidade é a principal característica no campo, visto que comporta a propriedade da terra capitalista e camponesa. Esta distinção é fundamental para compreender o território camponês, ou, frações de territórios camponeses.

A propriedade capitalista da terra tem por finalidade o negócio, seja através da exploração do trabalho alheio, sendo assim, da extração de mais-valia, ou utilizada como instrumento de especulação, logo, reserva de valor. Quanto à propriedade camponesa, é fundamentalmente terra de trabalho, objetiva-se na exploração restrita ao regime de trabalho familiar, configura-se, portanto, como instrumento de sobrevivência da família. Paulino (2012) argumenta que:

Entretanto, são regidas por princípios opostos, já que no primeiro caso (na propriedade capitalista) prevalece o seguinte critério: $D - M - D'$, indicando que o investimento na agricultura é realizado com o objetivo de se produzirem mercadorias que, ao serem comercializadas, devem assegurar um retorno monetário superior ao que foi investido e assim sucessivamente. [...] Na propriedade camponesa, o princípio é outro: $M - D - M$, em que a produção de mercadoria objetiva a obtenção de dinheiro para a aquisição de mercadoria que não são produzidas, mas que são indispensáveis à produção da família (PAULINO, 2012, p. 40).

Assim, a lógica intrínseca à propriedade capitalista da terra é a possibilidade de obtenção do lucro pela exploração do trabalho. Enquanto que na lógica da propriedade camponesa da terra a sua relação é de trabalho, dito de outra forma, a terra é condição existencial na manutenção do seu modo de vida.

Uma constatação importante sobre o lucro precisa ser feita quando se trata da propriedade capitalista da terra. Quer dizer, o lucro é uma parte do valor produzido pelo trabalho, ou, o trabalho excedente subtraído dos trabalhadores. Tratando-se da agricultura, a ele soma-se a renda capitalista da terra. Oliveira (2007) argumenta que:

A renda da terra é também denominada renda territorial ou renda fundiária. Como ela é um lucro extraordinário permanente, ela é, portanto, produto do trabalho excedente. Esclarecendo melhor, o trabalho excedente é a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

Todavia para fortalecer o argumento sobre a renda da terra no capitalismo, vejamos a seguinte consideração de Oliveira (2007):

Assim, a renda da terra é uma fração da mais-valia, ou seja, é, mais precisamente, **componente particular e específico da mais-valia**. Para Karl Marx, mais-valia é, no modo capitalista de produção, a forma geral da soma de valor (trabalho excedente e realizado além do trabalho necessário que por sua vez é pago sob a forma de salário) de que se apropriam os proprietários dos meios de produção (capitalistas ou proprietários de terras) sem pagar o equivalente aos trabalhadores (trabalho não pago) sob as formas metamorfoseadas, transfiguradas de lucro e de renda fundiária (OLIVEIRA, 2007, p. 43, grifos do autor).

A renda da terra aparece como um componente distinto no modo capitalista de produção, porque, excepcionalmente dos outros meios de produção, que são criados a partir do trabalho, ela deriva da terra, que é um bem natural e não presume trabalho acumulado. Assim, o fato de estar apropriada particularmente significa pagamento da renda para quem a possui. Contudo, a renda da terra é um tributo social, pelo qual a sociedade inteira paga, e o seu custo já está desigualmente distribuído nos preços de todos os produtos primários. Percebe-se que é a possibilidade de extração da renda que incentiva a atividade capitalista na agricultura (PAULINO, 2012).

Além da renda capitalista da terra, existe a renda pré-capitalista da terra, também denominada de não-capitalista e, ou, renda camponesa da terra. Esta é produto excedente, nasce diretamente da produção, diferente da renda da terra capitalista, que nasce da circulação, ou seja, fração da mais-valia. De acordo com Oliveira (2007), a renda da terra pré-capitalista acontece a partir de três formas distintas: renda da terra em trabalho, renda da terra em produto e renda da terra em dinheiro:

A **renda da terra em trabalho** é a forma mais simples de renda da terra, pois o camponês, produtor direto com a família e com os instrumentos de trabalho que lhes pertence de fato ou de direito, durante parte da semana, mês ou ano, trabalha as terras de outrem, muitas vezes coercitivamente, recebendo em troca apenas o direito de lavrar parte dessas terras para si próprio. [...] A **renda da terra em produto**, outra forma da **renda da terra pré-(não)-capitalista, camponesa**, origina-se do fato de que o camponês cede parte de sua produção ao proprietário da terra, pelo fato deste (o proprietário) ter cedido o direito para que ele cultivasse a terra.[...] A **renda da terra em dinheiro** origina-se da conversão, da simples metamorfose da renda da terra em produto (que por sua vez é oriunda da transformação da renda da terra em trabalho, em produto) em renda da terra em dinheiro (OLIVEIRA, 2007, p. 59-60-61. Grifo do autor).

Cabe revelar que na renda capitalista da terra o trabalhador não estabelece relação social de produção com o proprietário da terra, e sim com o capitalista que explora a terra através do trabalho assalariado. Enquanto que a renda da terra em dinheiro é resultado da transformação por parte do camponês de uma parcela da sua produção familiar em dinheiro (OLIVEIRA, 2007).

Tais pressupostos teóricos são fundamentais para compreender como a reprodução ampliada do capital continua acontecendo a partir de relações não capitalistas de produção. As rendas pré-capitalistas não são apenas relações provenientes de outros modos de produção da história, elas são criadas e recriadas pelo capitalismo em todo o país para a sua reprodução.

Um exemplo da renda da terra em trabalho ocorreu na formação dos cacauais, na região do cacau, onde está inserido o território que estamos estudando. Os produtores de cacau entregavam as terras aos camponeses para desbravá-las e plantar as mudas até que as plantas adquirissem cinco anos. Durante este período, o camponês poderia plantar, entre as mudas de cacau, alimentos de sua necessidade como mandioca, feijão, milho, etc. E, também, lhes pertenciam as duas primeiras colheitas da produção de cacau, que geralmente são as menores safras. Depois entregavam o cacau formado para os proprietários. Ou seja, entregavam cinco anos de trabalho excedente que, para o proprietário da terra, é renda da terra em trabalho, e posteriormente se transforma em capital.

Nessa senda, a distinção fundamental entre camponeses e capitalistas é o fato de que a família camponesa trabalha sem utilizar mão de obra paga. Assim, o grau de autoexploração é determinado pelo equilíbrio entre a satisfação da necessidade da família e a capacidade do trabalho familiar. Partindo dessa lógica, obviamente que as relações sociais produzidas pela propriedade camponesa adquire um caráter diferente da propriedade capitalista da terra, e precisa opor-se para garantir sua existência. Acrescentamos ainda outro elemento para argumentar sobre esta distinção: enquanto a propriedade capitalista da terra significa meio para negócios, a terra na propriedade camponesa é, além de terra para trabalho, o local onde acontece a vida camponesa, onde a interação deste grupo social com a natureza produz o território camponês. Paulino e Almeida (2010) argumentam que:

Defendemos a compreensão de que o campesinato tem com a terra e, portanto, com a propriedade dela, uma relação não capitalista; e isso nos coloca a necessidade de pensar a base e os contornos dessa relação não capitalista. Acreditamos que a base, por sua vez, fundamenta-se numa economia moral amalgamada a uma ordem moral anticapitalista que se encontra nos interstícios da economia e da ordem capitalista, ou seja, como contradição (PAULINO E ALMEIDA, 2012, p. 49).

A terra é para o campesinato uma condição de existência de seu modo de vida; a sua subsistência depende do acesso à terra, sendo a propriedade desta fundamental, na qual realiza os seus costumes relativos ao uso da terra e a produção

de alimentos. A partir do momento que o campesinato se apropria de parcelas do território, imprime nele um uso ímpar construído no processo de territorialização, e este desenvolvimento cria formas de subsistência para garantir a proteção da comunidade contra a possibilidade constante de perder a terra e, conseqüentemente, passar fome. Nas palavras de Paulino e Almeida (2010):

Portanto, a propriedade familiar camponesa não é instrumento de exploração do trabalho alheio e, por isso, o objetivo não é obter o lucro médio, mas a reprodução da família camponesa, e, mesmo nos casos em que há apropriação da renda da terra, excedente econômico, a renda é usada para propiciar, na perspectiva chayanoviana, melhorias na qualidade de vida como, por exemplo, diminuição do sobretrabalho. Então faz sentido ela ser considerada renda camponesa (PAULINO E ALMEIDA, 2010, p. 51).

É de fundamental importância compreender que não é a propriedade da terra e, muito menos, a existência de renda que são condicionantes da mudança da classe camponesa. Esta transformação acontece na medida que identificamos a presença de trabalho assalariado permanente nas unidades de produção, e assim constata-se que estamos diante da mudança de camponês para capitalista.

Dessa forma, não podemos confundir a propriedade capitalista com a propriedade camponesa, mesmo que sejam propriedades privadas. No Brasil, verificamos que elas coexistem, em conflito, uma capitalista e a outra familiar. É o trabalho que legitima o direito à propriedade familiar; no regime da propriedade capitalista é a exploração do trabalho alheio a sua condição de existência (MARTINS, 1995).

Consideramos que a questão camponesa atual está atrelada à problemática da terra e do território no modo capitalista de produção. Por mais que estejamos vivendo sob o ápice do mundo urbano-industrial e da modernização da agricultura, a terra continua sendo motivo de disputas e muitas mortes. Por um lado, a classe que se utiliza da terra para extrair renda e lucro; por outro, a classe camponesa que da terra precisam para desenvolver seu modo de vida. Assim, território em disputa é a consequência deste movimento (PAULINO e ALMEIDA, 2010).

Na história do Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção acontece principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. Este processo transformou, na chamada modernização da agricultura, capitalistas industriais e urbanos em proprietários de terra, em latifundiários. Deste modo, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores

proprietários de terra do país. Tal aliança atuou no sentido de solidificar, intensamente, a propriedade privada da terra. Nas palavras de Oliveira (2001),

Dessa forma, a concentração da propriedade privada da terra no Brasil não pode ser compreendida como uma excrecência à lógica do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, ela é parte constitutiva do capitalismo que aqui se desenvolve. Um capitalismo que revela contraditoriamente sua face dupla: uma moderna no verso e outra atrasada no reverso. É por isso minha insistência na tese de que a concentração fundiária no Brasil tem características *sui generis* na história mundial (OLIVEIRA, 2001, p. 187).

Segundo Oliveira (2001), em nenhum momento da história da humanidade existiu propriedades privadas com a extensão das encontradas no Brasil. Por exemplo, a soma da área ocupada pelas 27 maiores propriedades privadas no país é igual a da superfície ocupada pelo Estado de São Paulo. Estas terras são concentradas por inúmeros grupos econômicos porque funcionam como reserva de valor, ou, como reserva patrimonial no país. Dessa forma, são utilizadas como instrumentos de garantia para acessar o sistema de financiamentos de bancos e, também, ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Enfim, estamos diante de uma estrutura fundiária brutalmente concentrada (OLIVEIRA, 2001).

Dito isso, não é difícil entender quão difícil é a diversa e “longa marcha” do campesinato brasileiro. A migração tem sido, portanto, uma das principais características do campesinato brasileiro. Por exemplo, a maioria das famílias camponesas cuja propriedade seja menor que 10 hectares, raramente se tornarão camponeses nas terras das mães e pais. A estrada se tornará a alternativa possível, seja ela para a cidade, ou a estrada que os levará à luta pela terra. Segundo Oliveira (2001):

Os camponeses brasileiros, a seu modo, foram se inserindo no campo. Os dados disponíveis do censo agropecuário do IBGE revelam sua situação geral e importância na atualidade. Os estabelecimentos agropecuários com área de até 100 hectares cresceram de 1940 (1.629.995) até 1985 (5.252.265), porém conheceram uma redução no censo de 1995-96 (4.318.861). [...] Nos 4,3 milhões de estabelecimentos com área de até 100 hectares, havia em 1995-96, cerca de 88% do pessoal ocupado de origem familiar, ou seja, o trabalho assalariado representava apenas os 12% restantes. Uma realidade oposta e contrastante com a dos estabelecimentos de mais de mil hectares, onde o trabalho assalariado representava 81% (OLIVEIRA, 2001, p. 188).

Esses números nos ajudam a fazer a devida leitura de que o campesinato insiste em permanecer na terra ou em retornar à ela. Quando aconteceu a ocupação

da fazenda que hoje é o Assentamento Dois Riachões, pelo menos 30%⁴⁵ das pessoas eram filhas/os de assentadas/os, comprovando a dificuldade objetiva de se tornar camponês/a nas terras dos pais e das mães, mas, também, afirmando o desejo de continuar na terra, pela luta, para desenvolver seu modo de vida. É possível que as relações camponesas se transformem em relações capitalistas? Considero que sim, porém, em 2019, tenho acompanhado a resistência camponesa através da luta, com muitas mortes e violência no campo, se recriando e construindo alternativas saudáveis através do seu modo de vida, e, inclusive, apontando para um projeto de sociedade solidário que tem como horizonte a justiça socioambiental.

Shanin (2008), ao ser questionado se podem ser considerados camponeses aqueles que não conseguem se reproduzir economicamente como seus antepassados e estão em uma condição “entre o campo e a cidade” - ou seja, não estão se reproduzindo como agricultores porque são ex-funcionários de fazendas e também não podem produzir para a subsistência porque estão espremidos nos pequenos lotes, porém, continuam plantando nos pequenos quintais - respondeu:

Gostaria de acrescentar o seguinte: quando nós comparamos os modelos com a realidade, esta última é sempre mais complexa do que os modelos, e mais difícil de apreender devidamente. Isso não significa que modelos são inúteis. Mas, tratar modelos como se fossem realidade é inútil e perigoso. Modelos são modelos e é importante que isso seja destacado para que possamos notar a diferença existente entre o conceito e a realidade, caso contrário, perderemos a capacidade de entender a realidade. [...] Houve momentos de argumentos fortes [...] dizendo que, sim, os camponeses são diversificados enquanto o proletariado é único e, portanto, revolucionário. Aos quais eu respondi dizendo: “me mostra um grupo de proletários reais que seja singular e consolidado.” Às vezes, podemos até encontrar um grupo assim, mas isso é uma exceção, não a regra (SHANIN, 2008, p. 34).

A resposta de Shanin (2008) diz muito sobre a realidade e o movimento realizado pelo campesinato brasileiro, possuidor de uma característica muito específica, que é o fato de ser sem-terra. Ora luta para permanecer na terra, ora luta para adentrar a terra, e nos momentos que entremeiam estes processos, tentam sobreviver, seja migrando para trabalhar nas fazendas de gado bovino para estados como o Pará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, ou, também, através da possibilidade de migrar para grandes centros urbanos. São inúmeras e árduas tentativas por vida digna, contudo o campesinato brasileiro insiste em retornar a terra,

⁴⁵ Entrevista realizada com Luciano Ferreira, através de mensagem por celular, no dia 21 de março de 2019.

e desenvolver seu modo de vida baseado na economia familiar e na solidariedade de classe, tão peculiar.

4.2 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E RECRIAÇÃO CAMPONESA

4.2.1 O caso do assentamento Dois Riachões

A terra é elemento indispensável para a resistência e recriação camponesa. O poder exercido através da força política, econômica e ideológica do processo de territorialização do capitalismo tende a ser influente obviamente e, em grande medida, determinante na natureza das relações sociais. Destarte, este processo não fez com que no século XXI, no Brasil, o campesinato tenha sido totalmente transformado pela agricultura industrializada, por dois motivos que considero centrais: um é pela própria natureza contraditória deste modo de produção, que possui na reprodução ampliada do capital a exploração de relações não capitalistas de produção, a exemplo da camponesa; o outro está relacionado à própria natureza do campesinato, resiste em existir e luta para permanecer ou adentrar a terra para recriar seu modo de vida, tornando-se uma classe social.

Apontamos dois movimentos estratégicos, da Economia Política, como determinantes para a recriação e resistência do campesinato na dialética entre seu modo de vida e classe social: o primeiro está relacionado à estratégia criada no enfrentamento direto aos agentes do capital no campo, movimento que neste estudo se exemplifica pela ocupação da terra e a produção do território no que é, atualmente, o Assentamento Dois Riachões, em contraposição ao latifúndio do agronegócio dos produtores de cacau; o segundo movimento estratégico que daremos destaque, se refere aos mecanismos criados pelo campesinato para sua sobrevivência. A criatividade desta classe para conseguir enfrentar situações de crise causadas pelas contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Poderíamos citar diversos mecanismo criativos, mas vamos destacar a Rede de Agroecologia Povos da Mata.

Assim, é oportuno lembrar que entendemos o campesinato como modo de vida e classe social. Quando a camponesa e o camponês desenvolvem seu modo de vida e não o reivindicam de forma consciente, de forma organizada e na luta, o identificamos como uma classe em si. Por outro lado, quando estes desenvolvem o seu modo de

vida e lutam para defendê-lo de forma consciente, esta ação faz parte de um movimento único em que a sua consciência de classe os conduz à luta e defende seu modo de vida como partes elementares de um mesmo processo.

Dito isso, argumentaremos para esta primeira discussão sobre o quanto a terra é importante e estratégica para o campesinato, e por isso, neste caso de camponesas e camponeses sem terra, a indispensabilidade tática de ocupá-la. Em uma das conversas que tive com uma liderança do assentamento, o questioneei sobre a importância da terra, pedi uma resposta que expressasse o sentimento, que falasse aquilo que surgisse primeiro, e então, a resposta dele foi assim:

A terra é a base para conquistar todas as outras coisas. É como a relação que temos com a nossa mãe. Sem a terra não há alimento, sem alimento não há soberania. Por isso, a **primeira ação** é a conquista da terra! (RUBENS, 2019).

Em setembro de 2001, às margens da Rodovia Estadual - BA 652, cinquenta e seis famílias se territorializam defronte à Fazenda Dois Riachões, de 406 hectares, realizando o primeiro acampamento que se transformaria dezessete anos depois no Assentamento Dois Riachões.

O acampamento é um primeiro sinal, ainda não é a ocupação da terra que está sem cumprir sua função social, mas já é uma evidente manifestação de interesse e força. Ou seja, é o primeiro passo para o conflito propriamente dito, que é inerente à estratégia de ocupação da terra. O nível de tensão e violência está relacionado ao valor que aquela propriedade possui. Sendo assim, a polícia foi acionada no dia seguinte com a tentativa de coagir as famílias acampadas, sem nenhuma base legal, devido à influência que a família Pinto, que chegara a ser proprietária de 96 fazendas de cacau, possuía na região.

Instaurado o cenário do conflito, as famílias cientes da situação resistiram e começaram a dar os primeiros passos táticos para a conquista da terra, a partir da expertise adquirida no processo pedagógico dos movimentos sociais que lutam pela terra, neste caso do Movimento dos Trabalhadores(as) Assentados(as), Acampados(as) e Quilombolas - CETA. É através da conquista de outras terras que se aprende a lutar por ela, esta é a formação do sujeito camponês sem terra: ao se organizar e compreender que seu papel não termina com a conquista da sua terra, e sim tem continuidade na retribuição ao que lhe foi dado com solidariedade de classe, conquistando mais terras para quem dela precisa. Esta é a principal formação na

pedagogia do camponês sem terra. Das pessoas que ocuparam a fazenda, aproximadamente 30% eram filhos de assentados do movimento CETA.

Em 2001, foi solicitada a vistoria da propriedade junto ao INCRA, para saber se tem os requisitos necessários que a enquadra para reforma agrária, e foi vistoriada em 2002, com o acompanhamento da Polícia Federal. Em 2003, foi decretada a ordem de manutenção de posse da fazenda. Quando isso aconteceu, sabendo que essa medida judicial legaria poder aos proprietários, prontamente encaminharam para um ginásio da cidade as crianças e pessoas responsáveis por elas. Durante a manhã do dia seguinte, como já previsto, os proprietários “vieram tocar fogo nos barracos, e foram surpresos com a resistência organizada em tocaia dos camponeses (SILVA, 2019).” Logo em seguida, depois desta conquista, retornaram as crianças e se restabeleceram as famílias acampadas. Posterior a estas ações, a coordenação do movimento CETA conseguiu um documento, através do Departamento de Infraestrutura e Transporte da Bahia (DERBA), alegando que a área às margens da pista é de domínio deste órgão, feito que garantiu a permanência do acampamento.

Este primeiro processo - o acampamento - merece algumas considerações que são importantes mediante o próximo movimento, a ocupação. A primeira consideração a ser feita é que o movimento sempre garantiu estar encoberto pela lei, para que com o trâmite burocrático fosse possível ganhar tempo para os próximos passos. Estar dentro da lei não significa garantia de segurança, como discutiremos adiante, mas diminuem as adversidades.

A resistência é outro elemento que precisa ser considerado e que é imprescindível para a conquista da terra. Quando as famílias acampam em um espaço para solicitar a avaliação de uma propriedade, elas estão se territorializando. Para tal, precisam produzir formas neste espaço que são carregadas de simbologia das suas intenções. A primeira forma produzida no espaço é um barraco de lona preta, que será a casa da família enquanto estiverem acampados, ou então, se esta luta for vencedora, até conseguirem suas casas no assentamento. Não por acaso, após a propriedade ter tido um parecer negativo em relação a ser uma área destinada para a reforma agrária, o primeiro ato dos donos da fazenda foi à tentativa de queimar os barracos. A resistência destas famílias camponesas acampadas para garantir este território, não permitindo que queimassem os barracos, foi decisória para a continuidade do processo.

É preciso destacar que tal resistência causou durante os cinco anos de acampamento a coerção das famílias por meio de violências inimagináveis. Sofreram ameaças constantes através de tiros disparados por pistoleiros contratados, lhes era negado o acesso à água do rio, causavam curto circuito na rede elétrica com arame e tantas outras ações para minar a energia das famílias, na tentativa de sua desistência.

Diante à situação de carência extrema, o número de famílias no acampamento começou a oscilar. Para uma melhor compreensão deste processo mencionado, é preciso saber que o movimento de luta pela terra possui lideranças que são responsáveis por conseguir atrair pessoas que estão necessitadas e buscam meios de sobrevivência; e apontar, portanto, uma possibilidade através da luta pela terra. Tal processo é conhecido como trabalho de base. Para muitos que estão se inserindo na organização, passar cinco anos na “lona preta”, sofrer ameaças constantes, não ver os órgãos públicos responsáveis cumprindo com seu dever e sem garantir nenhuma mínima conquista, é um cenário difícil de suportar. A depender da quantidade de anos da espera para conseguir a terra, a quantidade de famílias oscila muito e a migração está na natureza do camponês sem terra.

Desse modo, fazia-se necessário uma iniciativa, uma ação que desse a sensação de estar um passo à frente, era preciso uma mínima conquista. Não por acaso, no dia 1º de maio de 2007, dia das trabalhadoras e dos trabalhadores, decidiram ocupar a Fazenda Dois Riachões após sete anos de acampados à margem da estrada. Com a ocupação, houve a incorporação de novas famílias e aumentou o “fôlego” para a nova etapa que começa com a batalha judicial relacionada ao processo da propriedade, segundo Silva (2019).

No primeiro ano da ocupação, iniciou-se o processo de transição agroecológica. Inicialmente com a introdução de culturas que dariam um retorno produtivo relativamente rápido para o sustento alimentar das famílias. Plantaram feijão, milho e mandioca principalmente, e também começaram a recuperação das plantações de cacau. Fizeram ainda a divisão das áreas para a criação dos animais - galinhas, gado suíno e bovino.

O primeiro laudo do INCRA constou como sendo área improdutivo, quer dizer, disponível para fins de reforma agrária. Porém, a CEPLAC (Comissão Executiva Plano da Lavoura Cacaueira) elaborou um contra laudo, sem sair do escritório, sem sequer visitar a área, afirmando e assinando o contrário. Diante este impasse, em 2008, um

perito federal fez o laudo de vistoria, comprovando que a propriedade caracterizava ser de médio porte e improdutiva. No mesmo ano, o movimento contratou uma empresa particular para a divisão dos lotes, realizado com recurso próprio.

Os ataques e as ameaças continuaram mesmo com todos esses trâmites adiantados de modo que as lideranças do movimento e da ocupação não podiam se deslocar até as sedes das cidades (Ibirapitanga, onde está inserida a área e Ubatã, que atendiam suas necessidades) porque sofriam seríssimas ameaças, inclusive de morte. E a ocupação possuía vigílias constante, alternando as pessoas responsáveis por esse serviço vinte e quatro horas por dia.

Nos anos seguintes, houve ainda tentativas de reintegração de posse construída muito mais pela influência da família Pinto, antiga proprietária da fazenda ocupada, do que por questões judiciais de fato, evento muito comum. A primeira dessas, em 2011, pelo responsável da Ouvidoria Agrária Nacional, que reuniu-se com as lideranças da ocupação e do movimento. Em seguida, em 2012, uma nova investida de reintegração de posse através da Companhia Independente de Polícia Militar, específica para lidar com conflitos agrários. E, por fim, pelo Capitão da Polícia Militar da Bahia, que tentou coagir verbal e psicologicamente as famílias e cumprir a reintegração de posse. Nenhuma das tentativas obteve êxito.

Em 2017, após 17 anos de luta intensiva, acontece o julgamento final do processo administrativo da Dois Riachões pelo TRF/1 (Tribunal Regional Federal de Primeira Região), decretando o julgamento improcedente à reintegração de posse e desapropriação. Em 25 de maio de 2018, uma sexta-feira, o até então considerado Pré-Assentamento Dois Riachões, recebeu a visita do INCRA/BA para obter a imissão de posse da área. Em *e-mail* enviado para parceiros do Movimento CETA, e também do Assentamento Dois Riachões, o militante Clodoaldo Neto expressa sua conquista, e a conquista de todas as famílias camponesas que lutaram pelo direito à reprodução de seu modo de vida:

Camaradas, o processo é árduo e lento, mas a persistência é a arma que nos fomenta a trilhar no caminho da esperança. A resistência é a estratégia da conquista. A produção alinhada com a organização social é o alimento que arquiteta o sonho, é a justificativa de permanência. O CETA é o escudo e lança que se arraiga na frente da batalha. Assim, os 17 anos de história da comunidade Dois Riachões escreve mais algumas linhas no seu livro, cujo capítulo de hoje, é a imissão de posse, de fato, da área. Comemoramos hoje a visita do INCRA, juntamente com os oficiais de justiça, realizando o ato formal da assinatura da imissão de posse, cujo capítulo deste livro entoa novas palavras que consagra no palco da luta por direitos, o assentamento

de 39 famílias que persistiram, resistiram e conquistaram, mesmo em tempos que são sombrios (OLIVEIRA, 2018).

Debruçamo-nos sobre a importância da resistência para o processo de conquista da terra neste subitem. Outro tema que consideramos central para este capítulo e que está relacionado com o objetivo deste estudo, e que gostaríamos de destacar na afirmação de Oliveira (2018), “o alimento que arquiteta o sonho”, dando qualidade de forma poética à centralidade que a “produção alinhada com a organização social” merecem na produção do território. Retomaremos esta discussão mais adiante quando somarmos o debate agroecológico como sendo uma das diretrizes deste processo.

Ao tratar da resistência, há que se ponderar acerca do caráter migratório do campesinato brasileiro. Das primeiras famílias que estavam às margens da fazenda, no momento da ocupação, apenas três estão no assentamento atualmente. E o movimento social, então, exerce um papel fundamental na substituição das famílias para garantir a continuidade do processo. O conflito agrário tende a ser bastante intenso, o que resulta no deslocamento de famílias para outras áreas, na desistência de outras famílias que passam a trilhar outros caminhos e, ainda, tem aquelas em que os filhos assumem o lugar da mãe e/ou do pai. Enfim, os rumos do camponês sem-terra são dinâmicos.

A crise causada pela praga chamada de vassoura de bruxa⁴⁶ nas lavouras de cacau, na década de 1970, cumpriu um papel determinante na reconfiguração territorial da região. Por exemplo, a maior parte das famílias que iniciaram o acampamento eram trabalhadoras das fazendas de cacau, que trabalhavam na condição de meeiras, ou seja, faziam todo o trabalho da fazenda, principalmente referente ao trato da lavoura e, em alguns casos, ficavam com 50% da produção, relação de trabalho que livra o proprietário da fazenda de encargos trabalhistas. Ainda hoje, a fazenda vizinha ao Assentamento, que pertence aos antigos proprietários da então fazenda Dois Riachões, possui três meeiros. A crise possibilitou a ocupação de muitas propriedades improdutivas justamente por antigos meeiros da região, assim como aconteceu com o primeiro acampamento da Fazenda Dois Riachões.

⁴⁶ *Crinipellis perniciosa*, *Marasmius perniciosus*, vassoura de bruxa – É uma praga natural da Região Amazônica, considerada uma das mais ameaçadoras do cacauzeiro. Quando não se adotam medidas de controle no aparecimento, a praga progride rapidamente através do vento e da água, comprometendo completamente a produção. Ver mais sobre o assunto em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/vassoura-de-bruxa.htm>>.

Atualmente, o Assentamento é composto por 39 famílias, com aproximadamente 200 pessoas e está inserido no município de Ibirapitanga-BA, no Território de Identidade Baixo Sul, a 380 km de Salvador.

Quadro 4 - Marcos históricos na criação do Assentamento Dois Riachões, Ibirapitanga - BA.

2001	Acampamento às margens da BA-652
2002	Primeira vistoria do INCRA na área
2003	Ordem de manutenção da posse da propriedade
	Retorno para o acampamento
2004	Decreto presidencial declara a fazenda para fins de reforma agrária
2007	Ocupação da propriedade após sete anos de acampamento
	Início da Batalha Judicial
2008	Divisão dos Lotes
2017	As famílias saem vitoriosas do julgamento final do processo administrativo da Fazenda Dois Riachões.
2018	Imissão de Posse do Assentamento Dois Riachões

Fonte: Elaborado por Farran (2019), com base no documento sistematizado pelo *Movimiento Regional Por La Tierra y el Territorio* (2018).

Lideranças do Movimento CETA de outras regiões foram integrando o grupo de acampados durante os 17 anos. Esta iniciativa foi determinante no sentido de fortalecer e garantir o direcionamento político e econômico na produção desta fração do território camponês agroecológico.

De acordo com Ferreira (2009), liderança importante no processo de produção deste assentamento agroecológico, a ideia da agroecologia sempre esteve presente para o movimento durante toda a trajetória de conquista da terra, porque a intenção desde o acampamento foi construir um assentamento modelo, a fim de ser uma referência de transição agroecológica para os demais assentamentos do movimento na região e em ocupações futuras.

De 2002 até 2005, o Movimento CETA junto às assessorias da Pastoral da Juventude Rural (PJR), Centro de Estudos e Ações Sociais (CEAS) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) realizaram formações para a capacitação de jovens em agroecologia, incluindo jovens do acampamento Dois Riachões. Nesta capacitação, aprenderam técnicas da produção agroecológica e de beneficiamento da produção, como: noções de sistemas agroflorestais, biocalda, produção de chocolate caseiro e etc. A partir de 2005, quatro jovens fizeram o curso de agropecuária na Universidade Estadual da Bahia (UNEB) do município de Barreiras, através do Programa Nacional

de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); destes jovens, duas mulheres e dois homens, formaram-se em técnicos agrícolas, com foco em agroecologia.

Com a ocupação da área em 2007, inicia-se o processo de transição agroecológica com os camponeses e camponesas, sendo mediado principalmente por estes jovens que participaram das formações. As assessorias mencionadas tiveram um papel decisivo, não apenas com as articulações nos momentos difíceis para garantir a ocupação da Fazenda Dois Riachões, mas também, na própria formação do Movimento CETA⁴⁷.

Cumprе salientar que estamos mencionando camponeses com aprendizados e técnicas diferentes ao trabalhar com a terra. Muitas/os são trabalhadoras/es oriundas/os das fazendas de cacau e estavam acostumados a produzir utilizando agroquímicos, e percebiam resultados positivos na forma de produzir com base na agroecologia. Reaprender a plantar com outras técnicas e a se relacionar com a natureza não são tarefas fáceis para quem não possui a garantia de ter alimento na mesa ao retornar do trabalho.

Os camponeses encontraram uma área totalmente abandonada, apenas existia a produção de cacau através do sistema Cabruca convencional e pastagem para o gado bovino. O cacau plantado era predominantemente o *Theobroma Cacao L.*, utilizado desde o pacote da Revolução Verde, sob a orientação da CEPLAC (Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira)⁴⁸. Eram aproximadamente 245 hectares (ha) de cacau e uma produtividade de 2,44 arrobas/ha, o que significa uma produção baixíssima se considerarmos a atual que gira em torno de 20 arrobas/ha. E havia, aproximadamente, 8,5 ha de pastagem destinada para a criação de bovinos.

Ressalta-se a imprescindibilidade da organização social para a transformação social quando o movimento define como prioridade política a educação, e mais especificamente a educação com foco na agroecologia, possibilitando que seus jovens militantes realizem cursos técnicos. Tudo isso antes de possuir a imissão de posse, sem a presença direta do Estado no exercício de seu dever com estas famílias. Os cursos foram realizados pelas assessorias e com grande esforço para deslocarem-

⁴⁷ Sobre a formação do Movimento e sua organicidade ver Santos (2010).

⁴⁸ É importante constatar que a CEPLAC é considerada inimiga pelo campesinato da região. Esta constatação foi possível através a percepção do autor no trabalho de campo.

se cerca de 800 quilômetros do município de Ibirapitanga até Barreiras -BA, para fazer o curso técnico. Isso é prioridade política e os resultados podemos verificar na produção do cacau atualmente, cuja produção é oito vezes maior do que quando foi ocupada. Novamente, ressaltamos que entendemos ser fundamental o papel do Estado nesta sociedade no cumprimento do seu dever, assim como é também um dever apontar quando este não exerce sua função de forma plena.

A importância da produção de alimentos e da organização social está relacionada com o que Antonio Candido (2017) versa sobre os “meios de vida”. Para o autor, a princípio, a existência de todo grupo social pressupõe um equilíbrio entre as suas necessidades e os recursos do meio físico, requerendo da parte deste grupo as soluções mais adequadas possíveis. As necessidades possuem um duplo caráter, natural e social, já que sua manifestação primária são os impulsos orgânicos e a satisfação acontece através de iniciativas humanas, que se complicam cada vez mais e dependem do grupo para se conformar. Com o aumento das necessidades, ao se complicarem, elas perdem parte do caráter natural e se tornam produto da sociedade (CANDIDO, 2017). De acordo com o autor,

Aí pôde determinar uma posição fecunda para compreender a vida social a partir da satisfação das necessidades, mostrando, de um lado, que a obtenção dos meios de subsistência é cumulativa e relativa ao equipamento técnico; de outro, que ela não pode ser considerada apenas do ângulo natural, como operação para satisfazer o organismo, mas deve ser também encarada do ângulo social, como forma organizada de atividade (CANDIDO, 2017, p. 29).

Nesse sentido, destacamos o alto nível de organização social destas famílias, através de um movimento social, em condições extremas para conseguir seus meios de vida, de lograr sobreviver. Candido (2017), considera que:

Dir-se-á, então, que um grupo ou camada vive segundo mínimos vitais e sociais quando se pode, verossimilmente, supor que com menos recursos de subsistência a vida orgânica não seria possível, e com menor organização das relações não seria viável a vida social: teríamos fome no primeiro caso, anomia no segundo (CANDIDO, 2017, p. 33).

É importante lembrar que a imissão de posse do Assentamento Dois Riachões aconteceu em 2018, cerca de 17 anos após o início da luta pela conquista da terra, como já apontado. Por este motivo, tiveram muita dificuldade em conseguir políticas públicas para área de reforma agrária como as de habitação, por exemplo. O maior número das famílias vive nas estruturas da antiga fazenda, outros fizeram suas casas de madeira ou taipa e poucos fizeram as casas construídas com alvenarias por conta própria. Também não tiveram acesso à créditos para produção, ou seja,

construíram o que considero⁴⁹ ser um assentamento modelo em transição agroecológica como resultado da organização social e da solidariedade de classe.

A educação é uma prioridade e é, também, um princípio para esta organização social. Nos dias de hoje, o assentamento possui uma equipe de profissionais assentados formada por quatro técnicos agrícolas, um pedagogo, um advogado, e uma formada em Agroecologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), sendo todas estas formações realizadas pelo PRONERA. Em 2016, cinco jovens foram matriculados no curso tecnólogo em Agroecologia de Monte Santo-BA, uma parceria realizada entre o PRONERA/UFRB e a Escola de Família Agrícola do Sertão baiano (EFASE). Em 2018, passou a contar com um novo assentado que é professor de Geografia, formado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), e ligado ao Grupo de Pesquisa Geografia dos Assentamentos Rurais (GeografAR)⁵⁰, referência em estudos sobre a questão agrária baiana.

A comunidade tem depositado muita energia na elaboração de um projeto para a construção de uma escola, pensando nos aspectos físicos e a formação pedagógica do camponês. Os aspectos físicos estão sendo pensados no sentido de dar função às formas da estrutura da escola. Por exemplo: fazer com que o viveiro de mudas, as casas de sementes, os minhocários, etc. estejam próximos ou inseridos na arquitetura da área da escola. Relativo à formação, perpetuar a pedagogia do Movimento CETA, aliada às experiências e estudos desenvolvidos sobre Educação do Campo numa perspectiva agroecológica, a exemplo da EFASE, UFRB, UNEB, UFBA e movimentos sociais do campo como a Via Campesina.

Atualmente, a escola funciona em uma estrutura antiga utilizada pelos antigos trabalhadores da fazenda, adaptada às necessidades atuais. Durante o turno matutino e vespertino, as aulas são da pré-escola ao 5º ano e no período noturno, para a Educação de Jovens e Adultos. Ao todo, a escola atende alunos. A escola está sob a administração da Secretaria Municipal de Educação de Ibirapitanga-BA.

A organização social é, portanto, determinante nos direcionamentos políticos e econômicos do assentamento. A educação enquanto prioridade política está alinhada à produção econômica de forma agroecológica. A princípio pode parecer resolvida a

⁴⁹ Durante os últimos dez anos tenho trabalhado com movimento sociais do campo, o que me oportunizaram conhecer muitos assentamentos da reforma agrária.

⁵⁰ Mais informações sobre o GeografAR disponíveis no site: <<https://geografar.ufba.br/>>.

questão da transição agroecológica realizada pelas famílias camponesas do assentamento, mas não é. São aproximadamente 200 pessoas que compartilham experiências e escolhas de vida distintas, mesmo perante o estatuto e as decisões definidas pelas assembleias do assentamento.

Como discutido no segundo capítulo deste trabalho, a força e violência exercida pelos poderosos grupos econômicos do setor agrícola são determinantemente influentes nos espaços de tomada de decisão da nossa sociedade. Este é o caso das políticas públicas para o campo que, em grande medida, estão apoiadas no pacote tecnológico da revolução verde. Soma-se a isso, o processo educativo realizado por empresas deste setor. Para citar um exemplo deste processo, as escolas técnicas de educação rural custeadas pelo Governo do Estado da Bahia e o direcionamento do Projeto Político Pedagógico da Escola é elaborado pela Empresa Odebrecht, formando crianças e jovens a partir das suas intencionalidades econômicas, no território de Identidade Baixo Sul da Bahia⁵¹. Ou então, a partir das propagandas difundidas pelos grandes meios de comunicação, como a recente campanha criada pelo Grupo Rede Globo de Comunicação, cujo *slogan* é “Agro é tech, agro é pop⁵²”, fazendo referência positiva ao agronegócio brasileiro.

É importante considerar que as pessoas que estão inseridas em movimentos sociais e vivem em assentamentos são sujeitos desta sociedade, que vivem e sofrem das mesmas influências da ideologia capitalista, como qualquer outra. Dessa forma, não é possível estudar um assentamento, como se ele estivesse livre da influência da sociedade capitalista, ou então, livre das suas contradições. É próprio do processo de transição agroecológica o desafio de transformar a racionalidade construída pelo processo educativo da revolução verde para uma perspectiva ecológica, e no Dois Riachões, esse processo não foi diferente. Trata-se de uma transformação que está em curso e há mais elementos adversos do que favoráveis. E, nesse contexto, o Assentamento aplica leis relacionadas aos princípios da agroecologia, tornando inadmissíveis, por exemplo, o uso de agrotóxicos, de sementes transgênicas, fertilizantes químicos, queimadas, entre outras práticas.

⁵¹ Ver mais sobre o assunto em Rios (2016).

⁵² A campanha “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil” foi criada pela Rede Globo como marketing em rede nacional. O objetivo da campanha é propagar o histórico discurso de que a Revolução Verde é positiva para a sociedade brasileira. Ver sobre em: <<http://www.abmra.org.br/2016/index.php/o-agro-nao-e-pop/>>.

É neste sentido que tem caminhado a produção desta fração de território agroecológico camponês, apoiado em uma Economia Política baseada na agricultura ecológica e na educação como pilar para sustentar o que há por vir, sendo este processo resultado da organização social deste grupo.

A produção de alimentos tem como alicerce as técnicas para o desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais (SAF). Podemos considerar que existem três frentes de cultivo, sendo a primeira referente as plantas de ciclo mais longos) como o cacau, cupuaçu, banana, entre outras, que estão associadas ao desenvolvimento do SAF; a segunda, intimamente relacionada à primeira, é a perpetuação do desenvolvimento do SAF através do reflorestamento para recuperação das áreas degradadas pela pastagem introduzida para a criação de gado bovino na antiga fazenda, estando incluso nesse processo a recuperação da mata ciliar de nascentes; e, por fim, a produção de plantas de ciclos curtos como hortaliças, da qual grande parte é vendida nas feiras da Rede de Agroecologia Povos da Mata.

O processo de desterritorialização de relações que visam o lucro a partir da natureza para a territorialização de um modo de vida camponês agroecológico exige, além de tudo, muito trabalho. Sob a orientação técnica da CEPLAC, a plantação de cacau da fazenda foi planejada para o monocultivo de Cacau Cabruca convencional, consorciado com *Gliricidia Sepium*⁵³, árvore de belas flores que se destacam nas estradas que cortam a Mata Atlântica da Bahia. Porém, elas são consideradas frágeis pelos assentados, visto que, no período de fortes chuvas, seus galhos se partem causando sério dano às plantas de cacau que ficam encoberta pela sua sombra. É importante acrescentar a esta orientação técnica da CEPLAC a utilização de fertilizantes químicos, condicionando os solos e as plantas à dependência destes insumos na produção de cacau. Para completar o pacote, soma-se a utilização de agrotóxicos e todos os problemas que acarretam o seu uso.

Este território, assim, carecia de novas práticas, além da necessidade de compensar o estrago causado pela assistência técnica da CEPLAC adotada sem restrições pelos antigos proprietários. No assentamento, a lavoura de cacau foi

⁵³ Planta nativa do México e América Central, foi muito difundida no Brasil para reflorestamento e, atualmente, está sendo plantada no Sertão Nordestino pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em sistema de produção animal. Ver mais sobre o assunto: <<https://www.embrapa.br/busca-de-projetos/-/projeto/12392/estrategias-de-uso-da-gliricidia-sepium-em-sistemas-de-producao-animal-nas-zonas-do-agreste-e-sertao-nordestinos> >.

distribuída em 40 lotes, com pouco mais de quatro hectares por família. Iniciaram a recuperação do solo com a aplicação de calcário, esterco, cinzas e a realização de compostos orgânicos da própria lavoura. Primeiramente, sem o uso de agrotóxicos, era necessário controlar as formigas no período da floração, já que elas acabam sendo um “problema” para os novos frutos de cacau. Possivelmente, existem diversas formas de controlar as formigas em 40 lotes cuidados por diferentes famílias. Mas, uma forma em especial me chamou a atenção: como estas formigas fazem suas casas em cima de árvores, semelhante aos cupins, os camponeses esperam chegar o período das chuvas fortes e derrubam as casas das formigas para que o escoamento superficial finalizasse o trabalho, carregando os insetos para longe do cultivo. Sobre esse tema, Rubens e Tereza⁵⁴, responsáveis pela discussão da produção e educação, respectivamente, do assentamento e do Movimento CETA, explicam que:

Ao desenvolver um sistema agroecológico, aprendemos a conviver e entender que as plantas e os insetos são indicadores de desequilíbrio, mas também de fertilidade de um sistema. Assim, criamos um sistema autossustentável com a preservação do Bioma Mata Atlântica (JESUS e SANTIAGO, 2019).

Como mencionado, o solo ainda precisa de correção e é necessário realizar este processo com a aplicação de calcário, esterco, entre outros materiais, que são adquiridos de outros lugares, muitas vezes por compra. Mas é importante salientar que algumas famílias já estão praticamente autossuficientes de adubos produzidos no assentamento através de composteiras e biocalda com material da própria área, como: as cabaças do cacau (depois de colhidas), esterco animal (galinha e gado), podas e colheita de plantas (bananeira) e etc (Figura 1).

⁵⁴ Tereza e Rubens fizeram parte dos quatro jovens que realizaram o primeiro curso de técnico agrícola, citado anteriormente. Tereza é recém-formada em Agroecologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Figura 1 - Cascas de cacau para compostagem.



Fonte: Farran, Khalil. Trabalho de campo no Assentamento Dois Riachões, em Ibirapitanga-BA, 2019.

Falar em Sistema de Cacau Cabruca não significa dizer que este agroecológico. A transição agroecológica do assentamento foi iniciada em uma área de Sistema de Cacau Cabruca convencional, ou seja, de monocultivo de cacau com utilização de agroquímicos e áreas de plantio de pastagem. Portanto, a transição para o Sistema Agroflorestal Agroecológico do assentamento também é a transformação em um Sistema Cabruca Agroflorestal Agroecológico. Para uma melhor compreensão sobre estes processos, vejamos: o sistema Cabruca se caracteriza principalmente pela produção de culturas na sombra de árvores com extratos superiores (árvores mais altas). Quando esta cultura sofre a introdução de fertilizantes químicos e agrotóxicos, a lavoura é considerada de Cacau Cabruca⁵⁵ convencional. A transição, portanto, exigiu novas práticas para o desenvolvimento de um SAF agroecológico, segundo Tereza Santiago e Rubens Jesus (2019):

No início, quando chegamos nesse território, só tinha cacau e pasto. O cacau já era no Sistema Cabruca com o manejo convencional, mas abandonado,

⁵⁵ É importante destacar que mesmo sendo convencional este sistema contribui de maneira significativa para a manutenção de árvores da Mata Atlântica local.

com muito Gravata, Chupão, etc. E era um sistema de monocultivo. Ao entrarmos na propriedade em 1º de maio de 2007, deu-se início ao processo de transição do convencional para o agroecológico, realizamos o manejo de roçagem, poda, desbrota (implementando enxertia), replantio de cacau, inserimos outras culturas como: bananeiras, cupuaçu, limão, laranja, seringa, goiaba, abacate. Assim, diversificamos o Cacau Cabruca, tivemos aumento na produtividade e diversidade. Junto a esse processo produtivo foi sendo implementada a recuperação de áreas degradadas com o desenvolvimento de SAF's, porque enquanto está recuperando é uma fonte de renda para as famílias (SANTIAGO e JESUS, 2019).

A variedade dos cultivos é essencial para o campesinato, visto que sua dieta é baseada no que produz, ao mesmo tempo que é uma vantagem na criação e manutenção das feiras, afinal o consumidor procura a maior variedade de alimentos possível em um mesmo lugar.

Os profissionais dos órgãos de assistência técnica para o campo, em grande medida, tiveram uma formação oriunda do agronegócio mediante o processo educativo da Revolução Verde. Essa lógica tem a obtenção do lucro como princípio, e assim sendo, os instrumentos utilizados na assistência técnica, quando não partem diretamente deste princípio, tendem a ser influenciados por este. Por exemplo, existe uma preocupação muito grande na “dificuldade” que o camponês tem sobre controle dos custos da produção – o que é, de fato, um ponto que merece atenção – mas, quando buscam alternativas, inclinam-se às possibilidades construídas pelo agronegócio e não às do campesinato. Nas reuniões sobre este tema, tanto da rede quanto nos assentamentos, sempre aparece o termo “Zoneamento da Produção”, que designa a produção de uma determinada cultura em uma área para assim conseguir, mais facilmente, medir a quantidade e os custos desta. Dessa forma, o camponês conseguiria planejar a sua produção para saber se terá condições de abastecer um Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ou outra política pública, de modo a suprir a incapacidade do Estado de oferecer uma assistência técnica que contribua a partir da realidade do campesinato, principalmente que produza em sistema agroflorestais. Em suma, com esta prática, o camponês que parou de produzir nos moldes da revolução verde, voltaria a produzir monoculturas devido à uma assistência técnica engessada ao modelo incentivado pelo Estado. Sobre este processo, Luciano Silva (2019) explica:

Aquela terminologia que a EMBRAPA usa para mapear a produção, eles chamam de “Zoneamento da Produção”. A gente não concorda com zoneamento, porque trabalhamos com a diversidade de culturas e com sistemas agroalimentares, a gente não produz só uma cultura, porque assim nós estaríamos fazendo monocultura. Então, a partir da variedade de culturas que possui um lote, se faz o levantamento do potencial de produção que ele

tem ali. Veja só, dos 40 lotes, se cada um possui 5 culturas, o cálculo é feito através da quantidade de plantas e o espaçamento que cada planta necessita. Por exemplo, a banana é plantada de 3 em 3 metros, se o camponês tiver 1000 mudas em seu lote ele tem uma hectare plantado com banana. Se somar a quantidade de bananeiras de todos os lotes, se tem o cálculo da área do assentamento plantada com banana. O mesmo serve para as outras culturas. Essa variedade de plantas está distribuída por todo o assentamento, com cacau, cupuaçu, cajá, acerola, enfim. Então, este levantamento pode ser feito a partir do Sistema Agroalimentar e não pelo Zoneamento (SILVA, 2019).

Esta é uma pauta presente em quase todas as reuniões que participei da Rede de Agroecologia Povos da Mata e a concepção de Silva (2019) nos brinda com argumentos para afirmar que esta incompreensão por parte do campesinato está ligada a dois fatores principais: o primeiro, por se tratar de uma transição do processo educativo convencional, adquirido da Revolução Verde para o Agroecológico; e o segundo, intimamente ligado ao primeiro, faz alusão à incapacidade e à intencionalidade da assistência técnica desenvolvida pela Revolução Verde no país. A incapacidade é usada no sentido literal da palavra, são técnicos formados para o desenvolvimento deste modelo agrícola, muitos já não querem apreender coisas novas. Em relação à intencionalidade, faz parte da concepção de agricultura familiar do Estado, voltada para o mercado e, conseqüentemente, para uma condição de exploração através da apropriação da renda por empresas do setor, e estes padrões, como Zoneamento, facilitam o controle pelas empresas capitalistas e pelo Estado.

Fica evidente nesta discussão que o camponês pode ter todo o controle da produção, mas trata-se de racionalidades diferentes que entram em choque graças à péssima intervenção do Estado que sempre tende a não priorizar ou não reconhecer a sabedoria camponesa, e sempre volta-se ao serviço do capital. Nesse sentido Paulino (2012) argumenta:

A questão parece ser outra que a de criar mecanismos contábeis para mensurar a eficiência produtiva, mesmo porque os parâmetros não coincidem. Viu-se que a lógica camponesa não pressupõe o encerramento de atividades que, do ponto de vista capitalista, dão prejuízo. Aliás, isso se explica pelo simples fato de que essa variável também é fluida, de acordo com a combinação estabelecida no interior de cada sítio (PAULINO, 2012, p.294).

Assim, a variedade de culturas é um princípio do Assentamento, da Agroecologia e dos SAF's. As famílias ocuparam a área em que havia duas culturas predominantes: o cacau e o pasto. Atualmente, existe em torno de 33 tipos de plantas cultivadas, entre frutas, verduras e hortaliças. Ao observar com atenção o lado

esquerdo da Figura 2, é possível visualizar três culturas no mesmo lote: o cacau, cupuaçu e a banana.

Figura 2 - Diversidade de culturas nos lotes.



Fonte: Farran, Khalil. Trabalho de campo no Assentamento Dois Riachões, em Ibirapitanga-BA, 2019.

Enquanto se trabalhava na recuperação da lavoura de cacau e das áreas degradadas a partir do desenvolvimento de SAF's, foi necessário cultivar as plantas de ciclos curtos já que estas trazem retorno econômico imediato para as famílias, a exemplo das hortaliças como coentro, cebolinha, alface, couve, etc. Algumas destas plantas após brotarem podem ser consumidas e comercializadas entre 30 e 40 dias. Em 2009, apenas dois anos após a ocupação, as famílias já estavam produzindo uma quantidade de hortaliças e verduras que atendeu a demanda do PAA⁵⁶, durante cinco anos.

Uma das técnicas utilizadas para este tipo de plantio é mediante a Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), a qual caracteriza-se pelo formato de mandala, possui no centro alguma criação animal - neste caso, é um galinheiro - e é

⁵⁶ O estudo sobre o Programa de Aquisição de Alimentos foi feito por Jesus (2015), intitulado "Análise do programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento de desenvolvimento do Pré-assentamento Dois Riachões-BA".

contornada pela produção de hortaliças e verduras (Figura 3). É importante compreendê-la como parte integrada do SAF, mesmo que a lida com estas culturas seja específica, visto que elas exigem maior constância no cuidado devido à sensibilidade. Porém, o princípio é o mesmo, que é a variedade de culturas, conforme pode ser observado nas Figuras 4 e 5.

Figura 3 - Produção agroecológica e sustentável (PAIS).



Fonte: Farran, Khalil. Trabalho de campo no Assentamento Dois Riachões, em Ibirapitanga-BA, 2019.

Nesta pequena área observa-se uma variedade de culturas, na qual identificamos: acará, inhame, cenoura, berinjela, cacau, banana, mamão, pinha, abacate, gengibre, açafrão, coentro, salsa, rúcula, couve, manjeriço, pimenta, quiabo.

Figura 4 – Variedades de cultivo no PAIS.**Figura 5** – Variedades de cultivo no PAIS.

Fonte: Farran, Khalil. Trabalho de campo no Assentamento Dois Riachões, em Ibirapitanga-BA, 2019.

Na Figura 4 é possível observar a predominância de plantas de ciclo curto junto à criação de galinhas. O esterco das galinhas é utilizado na complementação do adubo para as hortaliças, e o que é retirado na limpeza da horta serve para complementar a alimentação das galinhas. Essa organização atende a um princípio da agroecologia de reduzir ao máximo o gasto de energia na busca da autonomia local. Já na Figura 5, pode-se observar plantas que possuem ciclos de vida mais longos, como a banana e o mamão, que estão preparando o espaço para o próximo passo, que será a inserção das mudas de café e cacau. Este é um processo de recuperação da área degradada através do desenvolvimento de um SAF, com o consórcio destas culturas. Outra técnica importante para o desenvolvimento deste processo é a cobertura vegetal, através da permanência de gramíneas que circundam as leiras e as plantas a fim de garantir a retenção no solo dos nutrientes quando acontece o escoamento superficial consequente à chuva. No formato da revolução verde, as gramíneas são consideradas ervas daninhas e são retiradas com a aplicação herbicida, porque consideram que se estabelece uma disputa de nutrientes entre elas e a cultura desejada.

Considerando a busca pela autonomia como sendo uma diretriz fundamental do campesinato e da agroecologia, a autossuficiência de insumos agrícolas é um passo determinante para produção de alimentos, assim, garantir semente e mudas é extremamente estratégico. Levando em consideração as circunstâncias difíceis do processo de transição agroecológica em um recém-assentamento, podemos dizer que existe um estágio avançado nesse sentido (Figuras 6 e 7).

Figura 6 - Mudas de hortaliças.**Figura 7** - Mudas de Cacau, Cupuaçu e Café.

Fonte: Farran, Khalil. Trabalho de campo no Assentamento Dois Riachões, em Ibirapitanga-BA, 2019.

O controle das sementes, de adubo e das mudas precede a autonomia desta fração de território agroecológico, porque é através destes que as empresas dos setores agroquímicos mantêm o campesinato dependente. E, também, porque é necessário serem produzidas de forma agroecológica para pertencerem a Rede de Agroecologia Povos da Mata.

Assim, tratamos da discussão em torno do processo de produção de alimentos a partir da formação desta fração do território camponês agroecológico. Destacamos a importância da organização social para dar as diretrizes deste território: autonomia na produção de alimentos, o desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais e a Educação para consolidar este processo. Soma-se a isso, a disciplina e a solidariedade como resultado dialético desta organização social.

A disciplina do movimento contribui muito para o funcionamento do trabalho de forma coletiva. A consciência para esta disciplina é criada, em grande medida, pela necessidade de sobrevivência destas famílias, que se organizam e lutam enquanto classe social camponesa, pelo entendimento de que a possibilidade de sobreviver com o seu igual tende a ser mais promissora. As relações advindas de períodos difíceis estreitam os laços de confiança e desenvolve a solidariedade.

Destacamos a solidariedade da classe camponesa como sendo um elemento fundamental para o desenvolvimento deste território agroecológico. Vamos citar dois exemplos que dizem muito sobre este tema e as relações de trabalho que deram base na formação deste território. O primeiro são os mutirões, que acontecem todas as

semanas, em duas ocasiões: nas segundas-feiras é o mutirão do assentamento e às terças-feiras, o mutirão da Rede de Agroecologia Povos da Mata. Já por volta das 7h, das segundas-feiras é possível escutar as piadas que darão início a uma manhã de risos e de muito trabalho, de antemão orientado pela assembleia do assentamento. Geralmente os trabalhos acontecem nas áreas coletivas para atender a necessidades e demandas do período, como o conserto de cercas, reflorestamento de nascentes, entre outras. O segundo exemplo se refere às ações nos lotes individuais, com a criação de grupos para as trocas de diárias de trabalho. O trabalho em um lote, com um grupo de 10 pessoas em um dia, significa 10 dias de trabalho de uma pessoa. Esta relação de trabalho é muito comum nos períodos de capina dos SAF's, colheita, plantio, adubação e etc. Os grupos são formados através da afinidade entre as camponesas e os camponeses, cada qual forma ou se insere no grupo por identificação.

Alimento, trabalho e terra são categorias centrais no discurso camponês e, talvez, a expressão máxima da solidariedade camponesa está na comida. Retomando o item 3.2 deste trabalho, que versa sobre o papel histórico do campesinato, gostaria de fazer um relato sobre uma experiência vivenciada em uma das minhas idas ao Assentamento Dois Riachões. Esse relato se baseia na identificação da expressão de uma racionalidade baseada na ordem moral que, segundo Bombardi (2003), aponta caminhos distintos para uma interpretação imposta pela sociedade de mercado, da ordem econômica, racionalidade que costuma operar o modo capitalista de pensar e agir. Enquanto almoçávamos no fundo da casa de Mara e Luciano (assentada/os do Dois Riachões e militantes do Movimento CETA) onde fica cozinha, chegou um senhor que acabava de vir da casa de farinha chamando na porta, dizendo assim: "Mara, me traz uma vasilha para colocar a farinha". Quando ele viu o tamanho da vasilha que Mara levava, retrucou em tom de zanga dizendo: "Pega uma vasilha grande, Mara. Não está vendo que essa é pequena?". É importante dizer que ele não me viu na casa, aquela não foi uma atitude de vaidade, como se ele estivesse me vendo pela primeira vez e quisesse demonstrar algo. Ele chegou gritando como deve fazer todas as vezes que vai oferecer algum tipo de alimento da roça. Esta é uma atitude muito comum, a todo tempo é possível ver pessoas compartilhando o alimento colhido e é um dos muitos exemplos que podemos citar quando se vivencia o cotidiano destas famílias.

Assim, é oportuno lembrar da distinção existente entre as funções que a terra desempenhava quando era a antiga fazenda e a nova função que passa a adquirir com a territorialização desta fração de território camponês agroecológico. Deixando de ser terra de negócios e lucros, para tornar-se território de trabalho e de vida.

Invalidamos, portanto, o pressuposto de que a experiência camponesa seria uma condição dada e determinada por agentes externos, concordando com Paulino (2012). E reafirmamos que, frente à força da Economia Política das grandes corporações dos agroquímicos e seus domínios, junto à grande concentração de terras no Brasil, experiências como a do Assentamento Dois Riachões precisam ser exaltadas. Porque trata-se de uma resistência e um enfrentamento produzido na escala local, diante uma lógica articulada que se desdobra a partir de uma escala mundial para assegurar os interesses do capital. A princípio pode parecer de pequena expressão a conquista de pouco mais de 400 hectares, ao considerarmos a estrutura fundiária brasileira, mas estes hectares apresentam uma força que significa muito na condição de boa referência.

4.2.2 A Rede de Agroecologia Povos da Mata

No sentido de aprofundar nossa demarcação teórica iniciamos pontuando o conceito de soberania alimentar, por que entendemos que a agroecologia⁵⁷ é um pilar desta abordagem. De acordo com Paulino (2015):

Soberania alimentar aqui evocado é produto da práxis, porque forjado nos enfrentamentos de classe em que a dimensão empírica expressa-se na luta por terra/território e a dimensão teórica revela-se no dissenso acerca da sua importância e pertinência, patenteados na conceituação-desconceituação do campesinato (PAULINO, 2015, p. 179).

Todavia para Paulino (2015), não por acaso, a Via Campesina⁵⁸ sustenta um conceito de soberania alimentar calcado em cinco dimensões: alimentar, energética, genética, hídrica e territorial; “as quais tanto são interdependentes quanto supõem

⁵⁷ Esta discussão estará sendo melhor desenvolvida e aprofundada durante a pesquisa.

⁵⁸ A Via campesina é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, pequenos agricultores e médios, sem-terra, jovens e mulheres rurais, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo. Construída sobre um forte sentido de unidade, a solidariedade entre esses grupos, que defendem a agricultura camponesa e a soberania alimentar como uma forma de promover a justiça social, dignidade e se opõe fortemente ao agronegócio, que destrói as relações sociais e a natureza. Atualmente a Via Campesina conta com 182 organizações em 81 países; estes números foram atualizados durante a sua VII Conferência, celebrada em Derio, País Basco, em Júlio de 2017. Na América Latina são quarenta organizações distribuídas em onze países. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/>, acessado: 16/05/2018.

uma materialidade objetiva para além do solo, considerando-se a terra como território.” Está na construção da agroecologia, ou dos territórios agroecológicos, um dos pilares para a soberania alimentar (PAULINO, 2015, p. 179).

Nesse sentido, a análise da Rede de Agroecologia Povos da Mata está sendo feita sob o entendimento de que a agroecologia é um processo de construção classista, classe em si e para si (THOMPSON, 1977) visto que camponesa, que produz diferentes frações do território. A agroecologia é oriunda da construção das resistências e recriação camponesas, indígenas, entre outras populações, articuladas em rede, cujo conteúdo está atrelado às estratégias de ampliação da autonomia em relação ao capitalismo.

A Rede de Agroecologia Povos da Mata surge em um momento no qual o Brasil apresentou forte tendência para articulações políticas unificadas de grupos e movimentos sociais na defesa de seus territórios, frente à ofensiva da acumulação de capital especializado no setor primário, promotor da super-exploração agropecuária, hidrelétrica, mineral e petroleira. O Estado brasileiro, nas suas esferas do Executivo, Judiciário e Legislativo, historicamente tem investido neste modelo do agro e hidronegócio e, conseqüentemente, servido aos interesses das transnacionais no campo. O desenvolvimento deste processo intensifica os impactos negativos sobre os territórios das populações indígenas, quilombolas e camponesas.

Como demonstração de capacidade organizativa e de unidade política, foi realizado o “Encontro Nacional Unitário dos(as) Trabalhadores(as), Povos do Campo, das Águas e das Florestas”, em agosto de 2012⁵⁹, em Brasília. O evento contou com

⁵⁹ O “Encontro Nacional Unitário dos(as) Trabalhadores(as), Povos do Campo, das Águas e das Florestas” foi realizado nos dias 20 a 22 de agosto de 2012. A declaração final do encontro foi assinada por trinta e oito organizações: Associação das Casas Familiares Rurais, Associação das Mulheres do Brasil, Associação Brasileira de Reforma Agrária, Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal, Articulação Nacional de Agroecologia, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Conselho Indigenista Missionário, CARITAS Brasileira, Coordenação Nacional dos Quilombolas, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Comissão Pastoral da Pesca, Comissão Pastoral da Terra, Central dos Trabalhadores do Brasil, Central Única dos Trabalhadores, Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, FASE, Greenpeace, INESC, Marcha Mundial das Mulheres, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento Camponês Popular, Movimento das Mulheres Camponesas, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, Oxfam Brasil, Pastoral da Juventude Rural, Plataforma Dhesca, Rede Cefas, Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário, SINPRO DF, Terra de Direitos, Unicafe, VIA CAMPESINA BRASIL. O encontro teve como centralidade a “luta de classes em torno da terra atualmente expressa na luta pela reforma agrária, terra, território e

a participação de aproximadamente cinco mil representantes de organizações. A centralidade do encontro estava na necessidade de unificar pautas e as forças dos atingidos pelos problemas oriundos do desenvolvimento capitalista no campo. Na Bahia, por sua vez, no final de novembro daquele mesmo ano, foram iniciadas as articulações entre grupos sociais que deram origem à Teia dos Povos, a partir da I Jornada de Agroecologia da Bahia⁶⁰, especificamente no Projeto de Assentamento (PA) Terra Vista do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado no município de Arataca-BA.

Este movimento de escala regional foi criado em torno da bandeira da agroecologia e surgiu com o desafio de organizar o enfrentamento à coerção exercida pelos latifundiários sobre os territórios indígenas, quilombolas e camponeses. Três fatos políticos foram determinantes para esta convergência: i) a retomada do território indígena de aproximadamente sessenta mil hectares de fazendeiros latifundiários pelos Pataxós Hã-Hã-Hãe junto a necessidade de manter; ii) os sistemáticos ataques à Aldeia dos Tupinambás da Serra do Padeiro, em Buerarema/BA, pela Força Nacional e a criminalização das suas lideranças, com a intenção de desterritorializar esta população; iii) e o processo de transição agroecológica que vem sendo construído no PA Terra Vista.

Todas estas questões, pautadas nos debates promovidos pela Teia dos Povos, culminam na Jornada de Agroecologia da Bahia, um importante encontro anual em que são feitos encaminhamentos e planejamentos das atividades a serem desenvolvidas no decorrer do ano seguinte. Por exemplo, a terra retomada pelos Pataxós Hã-Hã-Hãe foi completamente degradada pela pecuária bovina, assim, no

dignidade”, trecho retirado da declaração final do encontro, disponível em: <https://encontrounitario.wordpress.com/declaracao-do-encontro/>, (Encontro Unitário, 2012).

⁶⁰ A Jornada de Agroecologia da Bahia acontece anualmente desde 2012, geralmente no mês de novembro, e tem mobilizado movimentos camponeses, quilombolas, indígenas, ONG's, assessorias e intelectuais em torno do debate e na construção de práticas agroecológicas. Atualmente, é o momento de culminância das atividades realizadas pela Teia dos Povos durante todo ano. A Teia dos Povos surge com o nome “Teia de Agroecologia dos Povos da Cabruca e da Mata Atlântica e é composta por: Instituto Cabruca (Ilhéus/BA); Quilombo Doiti - Casa do Boneco (Itacaré/BA); Aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu (Pau-Brasil/BA); Instituto ECO Bahia; Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias – NEPPA (Salvador/BA); Grupo Ação Interdisciplinar em Agroecologia – GAIA (Cruz das Almas/BA); CIMI - Conselho Indigenista Missionário (Itabuna/BA); Assentamento Luanda do MST (Itajuípe/BA); Assentamento Rio Aliança do MST (Arataca/BA); Assentamento Sapucaia MST (Camacã/BA); Aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro (Buerarema/BA); Consorcio Municipal da Mata Atlântica (Camacã/BA); Pataxó Hã-Hã-hãe (Pau-Brasil/BA); Movimento CETA (BA); Movimento Cultura Mercado Sul Vive (DF); Comunidade de Serra Grande (Serra Grande/BA). Para saber mais sobre a Teia dos Povos acessar: <http://teiadospovos.redelivre.org.br/>. Acessado: 09/05/2018.

sentido de resolver estes problemas, a Teia realiza mutirões de reflorestamento para implantação de agroflorestas ou de outras técnicas agroecológicas neste território. Podemos citar ainda a realização por este movimento, no período em que os Tupinambás da Serra do Padeiro estavam sofrendo ataques da Guarda Nacional, da “Marcha dos Povos da Cabruca e da Mata Atlântica: em defesa das terras sagradas dos Tupinambás”, em março de 2014.

Atividades e mutirões foram realizados desde a criação da Teia dos Povos na defesa destes territórios, a partir do desenvolvimento de um projeto de vida e trabalho para a produção de alimentos saudáveis em escala suficiente para atender as necessidades da região, que respeite a natureza e gere dignidade no campo. Ao mesmo tempo, o resgate e fortalecimento das culturas e saberes camponeses, indígenas e quilombolas, tão necessários para projetos alternativos de desenvolvimento e de sociedade, através da bandeira da agroecologia.

Duas ressalvas precisam ser pontuadas: a primeira, a Teia dos Povos surge como resposta à conjuntura nacional em um contexto regional, concomitantemente ao Encontro Unitário que ocorreu em Brasília, e não como um desdobramento deste; a segunda é enfatizar que as primeiras articulações da Rede de Agroecologia Povos da Mata foram realizadas em um ambiente político e de práticas agroecológicas proporcionado pela Teia, porém, a Rede não foi diretamente criada por aquele movimento. A Rede se desenvolve a partir da soma de outros esforços, mesmo tendo sido construída por alguns sujeitos em comum às duas organizações.

Segundo Silva⁶¹ (2018), tal desenvolvimento foi garantido, em grande parte, por duas pessoas que vieram do Estado do Paraná⁶² com seus trabalhos de consultoria para criação de redes de agroecologia com certificação participativa de alimentos orgânicos, que também puderam contribuir a partir da experiência que vivenciaram com a Rede Ecovida de agroecologia⁶³, que articula os três estados da Região Sul do

⁶¹ Luciano Ferreira da Silva é coordenador do Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados e Quilombolas (CETA), do Assentamento Dois Riachões e Coordenador do Núcleo Pratigi da Rede de Agroecologia Povos da Mata. As informações sobre a história das primeiras articulações realizadas pelos sujeitos que criaram a rede foram obtidas através da entrevista realizada com ele. Entrevista realiza no dia 24/04/2018.

⁶² Estas duas pessoas foram determinantes para a criação da rede, tanto pelo conhecimento técnico sobre as certificações participativas e produtos orgânicos quanto pelo esforço militante. A partir da relação construída com movimento CETA, especificamente com o Assentamento Dois Riachões, tornou-se possível a materialização da rede, a partir da produção de alimentos agroecológicos.

⁶³ Ver sobre a Rede Ecovida em: Cassarino (2012) e Eduardo (2014).

País: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Este exemplo bem-sucedido orientou a construção desta rede na Bahia, que se inicia no Território de Identidade Litoral Sul (SILVA, 2018).

Em 2014, juntamente com o Instituto Cabruca⁶⁴ e a ONG Movimento Mecenias da Vida⁶⁵, garantiram recursos através do Instituto Arapyau⁶⁶ para certificação de 250 famílias e posteriormente do programa do SEBRAE⁶⁷ voltado para certificação de produção orgânica, possibilitando a continuidade das ações. Dessa forma, puderam realizar visitas e capacitações sobre a certificação participativa em comunidades camponeses/as. É fundamental destacar, nesse processo, a importância do papel militante que estes sujeitos, aliados aos movimentos sociais, desempenharam, indo além da disponibilidade de verbas. E mais ainda, como foi fundamental ter o desenvolvimento do território agroecológico propício à criação da Rede. Devido à articulação proporcionada com a Teia, realizou-se o primeiro seminário sobre certificação participativa, promovido por Fabíola e Gustavo, no assentamento Terra Vista (SILVA, 2018).

Esta atividade foi determinante para a Rede, pois na ocasião decidiram o seu formato e delimitaram a área de abrangência para dar início aos trabalhos de sua concretização. O sul da Bahia (TI Litoral Sul) foi o território escolhido pelas/os participantes que ali estavam indígenas, quilombolas, camponeses e assentados da reforma agrária, muitos pertencem à Teia, que também discutiram e escolheram o primeiro nome: Rede de Agroecologia Povos da Mata Sul da Bahia (SILVA, 2018).

⁶⁴ O Instituto Cabruca “oportuniza o desenvolvimento da região cacauzeira do Sul da Bahia, valorizando e conservando o sistema de produção Cacau-Cabruca e a Mata Atlântica”. Neste período, o presidente em exercício era Durval Libânio Netto, o atual Superintendente de Educação Profissional e Tecnológica da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/cabruca/about/?ref=page_internal, acessado: 17/05/2018.

⁶⁵ O movimento Mecenias da Vida é uma ONG que trabalha com “a conservação ambiental em parceria com agricultores tradicionais que vivem em regiões florestadas, com a finalidade de conservarem suas florestas e toda a sua biodiversidade, e compensarem emissão de CO₂”. Realiza este trabalho com famílias camponesas no Território de Identidade Litoral Sul da Bahia. Disponível em: <http://www.mecenasdavid.org.br/bahia/>, acessado: 17/05/2018.

⁶⁶ “O Arapyau é uma associação sem fins lucrativos que está empenhada na promoção do desenvolvimento sustentável. Sua contribuição se dá pelo desenvolvimento de ações e apoio estratégico, financeiro e de articulação às organizações e grupos que trabalham para o desenvolvimento da economia verde, o aprimoramento da política e suas lideranças e o engajamento da sociedade.” disponível em: <http://www.arapyau.org.br>, acessado: 17/05/2018.

⁶⁷ No SEBRAE, existe o Sebraetec Sustentabilidade, um programa que busca garantir a “gestão sustentável da empresa, considerando os pilares ambientais, econômicos e sociais. Abordagem na qual a empresa busca não só o resultado econômico, mas também os resultados ambiental e social, procurando, além disso, alinhamento às exigências do mercado.” disponível em: <http://www.sebrae.com.br>, acessado: 17/05/2018.

Atualmente, a Rede possui uma unidade operacional que é formada por quatro Núcleos Regionais (Tabela 3), que articulam Grupos de camponeses em vinte e seis municípios inseridos em seis Territórios de Identidade⁶⁸ do Estado da Bahia: Irecê, Chapada Diamantina, Recôncavo, Baixo Sul, Litoral Sul e Monte Pascoal, (Mapa 1).

Dois momentos são importantes para a caracterização da Rede: um primeiro formal, no sentido institucional, acerca das leis que regulamentam a certificação orgânica, e outro, organizativo, onde seu funcionamento envolve outro nível de política que não a Estatal, mas organizativa em uma perspectiva da política da vida cotidiana, oriundo desta apresentação histórica acima citada.

Tabela 3 - Caracterização dos Núcleos da Rede de Agroecologia Povos da Mata - 2018.

Nome do Núcleo	Raízes do Sertão	Monte Pascoal	Pratigi	Serra Grande	Totais
Agricultores	130	100	105	120	455
Agricultores certificados	53	00	25	80	158
Coordenadoras/res	01	04	11	13	29
Técnicos	02	03	07	05	17
Grupos	14	14	11	13	52
Municípios	14	01	05	06	26
Coprodutores/as	10	40	150	150	350
Feiras	06	00	02	01	09
Estações	00	01	05	01	07
Agroindústrias	00	00	01	01	02
Possuem Quilombolas (qui) ou Indígenas (ind)	Sim/qui	Sim/ind	Não declarou	Sim/qui	

Fonte: Farran (2018). Trabalho de campo.

Este primeiro momento institucional pode ser descrito a partir da aprovação, em outubro de 2015, pela comissão de Produção Orgânica do Estado da Bahia (CPORG), da oficialização da Rede como Organismo Participativo da Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC), e, com isso, teve início o processo de credenciamento junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento (MAPA) (POVOSDAMATA, 2018).

A regulação para a comercialização da produção orgânica no Brasil pode ser realizada de duas formas: obtendo a certificação de um Organismo da Avaliação da

⁶⁸ “Os Territórios de Identidade (TI) são a unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, desde o ano de 2007, quando o governador recém-eleito Jaques Wagner, (Partido dos Trabalhadores – PT), utilizou os TI já na consulta popular para a elaboração do Plano Plurianual Participativo 2008-2011 (PPA)” (FLORES, 2014).

Conformidade Orgânica (OAC) credenciado ao MAPA, ou organizando-se em grupo para realizar um cadastro que permite a venda direta sem certificação, também junto ao MAPA. A diferença entre as duas está no processo de comercialização. Sem a certificação só é possível fazer a venda da produção de forma direta, não sendo permitida a comercialização para terceiros (MAPA, 2018).

A certificação também pode ser realizada de duas maneiras: a primeira é pela contratação de uma certificadora por auditoria, e a segunda, relacionada a um Sistema Participativo de Garantia (SPG), que deve estar sob a certificação de um OPAC. Na primeira, o produtor passa por inspeção inicial e periódica e as suas obrigações são acertadas em contrato com o MAPA e a certificadora contratada, que fiscaliza a produção (MAPA, 2018).

No caso da certificação por OPAC, o agricultor ou agricultora precisam participar ativamente dos grupos ou núcleos que está inserido, e é o próprio grupo quem garante a qualidade orgânica dos seus produtos. Neste caso, o princípio é a participação: todos avaliam a produção e também são avaliados, e todo conjunto responde pelo processo. No caso de fraude ou irregularidades, se o produtor não corrigir, o grupo o retira do processo, cancelando o seu certificado.

Estas são as instruções normativas do MAPA para a produção, certificação e comercialização dos produtos orgânicos, e foi aprovada no Brasil pela Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003, e a sua regulamentação, ocorreu em 27 de dezembro de 2007 com a publicação do decreto N° 6.323 (MAPA, 2018).

Por meio deste processo legal de certificação participativa, esta Rede integrou-se ao Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), que dá o direito à comercialização dos produtos orgânicos em todo território nacional, utilizando o selo oficial “Brasil Orgânico”.

A Rede, a partir dos núcleos, reúne territórios que apresentam características muito específicas. Territorialmente, os núcleos são formados por grupos de produtores, e cada um precisa de, pelo menos, três agricultores. As feiras agroecológicas e as estações orgânicas centralizam a distribuição/circulação dos alimentos para o consumo final.

Além da exigência formal do MAPA de criação de uma associação para registrar a OPAC, a Rede é constituída de produtores (camponeses, indígenas e

quilombolas), dos quais são escolhidas as coordenações dos núcleos e dos grupos; também é composta pela assistência técnica e por coprodutores - consumidores ou colaboradores responsáveis pela administração das estações e feiras agroecológicas.

A Rede de Agroecologia realiza um encontro ampliado com todos os núcleos a cada dois anos, quando acontece a Assembleia Geral. Realizam reuniões de avaliação/planejamento entre as coordenações dos núcleos, entre a coordenação dos grupos e de grupo. Todas as pessoas que possuem a certificação orgânica, obrigatoriamente, têm que participar desses processos, sendo um princípio por tratar-se de uma certificação participativa. As pessoas que estão pleiteando a certificação orgânica também precisam acompanhar esse processo durante seis meses, no mínimo (POVOSDAMATA, 2018).

Uma prioridade central desta articulação é a estruturação dos “circuitos curtos de circulação e comercialização”, considerando não apenas a proximidade entre quem produz e se alimenta. Mas também a proximidade social entre quem produz e quem consome, com a proposta de eliminar os intermediários que não fazem parte deste processo, ou seja, eliminar a figura do “atravessador” (POVOSDAMATA, 2018).

Apresentamos aqui, portanto, a contradição e a justificativa que motiva esta pesquisa. Ao mesmo tempo em que afirmamos que é a partir do monopólio do território que o capital e o capitalista se apropriam da renda camponesa, indígena, e tantas outras, afirmamos que estas classes sociais, também, contraditoriamente, resistem e se recriam a partir de estratégias políticas e econômicas próprias.

4.3 O CACAU – DA MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS À POSSIBILIDADE DE AUTONOMIA DE FRAÇÕES DO TERRITÓRIO CAMPONÊS AGROECOLÓGICO

A produção de cacau precisa ser discutida em um tópico particular, visto que sua importância econômica e política precede o Assentamento Dois Riachões e a Rede de Agroecologia Povos da Mata, embora obtenha influência significativa na criação dos dois. A lavoura de cacau foi responsável por dar a direção da Economia Política desta região principalmente até meados da década de 1980. Está enraizada no cotidiano destas pessoas, a força política dos coronéis do cacau brindou o formato da região através da concentração de terra das suas fazendas, configurou as relações

de trabalho, muitas ainda presentes, e a crise do cacau, propiciou novas armadilhas e esperanças.

Tal crise, que se iniciou na década de 1980, com reflexos mais agudos dos seus resultados no início de 1990, decorreu de uma série de fatores, entre estes a baixa do preço no mercado internacional e a política de câmbio, mas um fator determinante foi a doença que “acometeu” os cacauais da região, conhecida como vassoura-de-bruxa, cientificamente denominada *Crinipellis Perniciosa*. Esse fungo veio pra varrer, de fato, as centenárias árvores de cacau e a economia que girava em torno desse fruto. Acarretou-se esta situação, principalmente, por conta do comodismo da CEPLAC, considerada a “guardiã dos frutos de ouro”, que não foi capaz de ler os sinais que apontavam para o colapso da lavoura cacauera (ROCHA, 2018).

Segundo relatos de Silva (2019), antes da crise era impensável para uma pessoa camponesa sem-terra e/ou trabalhadora da lavoura de cacau ocupar uma fazenda na região, tamanho era o poder e influência dos coronéis do cacau. Se tratava de terras intocáveis para aquele tempo, a ocupação não era uma preocupação próxima dos proprietários destas fazendas. As ocupações se iniciaram juntamente com a quebra econômica dos produtores e o abandono das fazendas, a exemplo do que ocorreu com o antigo proprietário da terra onde hoje é o Assentamento Dois Riachões. Ele possuía 96 fazendas de cacau na região, mas a crise dificultou a administração de tantas propriedades e agora possui em torno de 15 propriedades.

Portanto, a concentração de terra também é marca registrada nesta região, fato que pode ser observado através da análise do índice de Gini do município de Ibirapitanga, entre as décadas de 1970 a 2006 (ver Tabela 4).

A crise não foi capaz de mudar a evolução na concentração da estrutura fundiária da região durante esses anos, mas possibilitou a criação de um número considerável de assentamentos⁶⁹. Atualmente, do movimento CETA são 10 assentamentos, 2 ocupações e 1 acampamento. O cacau teve um papel decisivo no sustento destes assentamentos.

Os relatos sobre as relações construídas em torno da produção do cacau trazem consigo uma história de violência contra os trabalhadores expropriados, tanto no que se refere ao processo de formação dos cacauais, quanto, posteriormente, na

⁶⁹ Ver mais sobre este assunto em Freitas (2009).

fase da colheita, na distribuição e na comercialização, ou seja, toda a cadeia do cacau é historicamente assustadora.

Tabela 4 - Ibirapitanga-BA – concentração da terra, 1970 a 2006.

Ano	Índice de Gini
1970	0,391
1975	0,422
1980	0,605
1985	0,641
1996	0,625
2006	0,695

Fonte: Jesus (2015), com base no Projeto GeografAR, 2011.

Existem casos⁷⁰ em que, no processo de criação dos cacauais na abertura da Mata Atlântica para plantar as mudas de cacau, os trabalhadores (oriundos de outras regiões) depois de terem realizado o serviço e receberem a quantia pelo seu trabalho, eram emboscados e assassinados pelos “capatazes” das fazendas ao tentarem retornar para o seu lugar de origem. Quando isso não acontecia, enquanto estavam trabalhando para preparar os cacauais, muitos já possuíam as suas covas feitas pelos capatazes. Portanto, sobre estas bases foram construídas muitas das relações que criaram as primeiras fazendas de cacau da região.

Pós-período de crise, o cacau se tornou o principal responsável por garantir economicamente as/os camponesas/es acampadas/os da região. Nos primeiros anos, após a ocupação da fazenda (entre 2007 e 2010), a produção de cacau dos lotes foi a principal renda das famílias, mais tarde se soma à venda das cestas de hortaliças para o PAA, em 2009. Assim, o cacau foi importantíssimo para garantir a Economia Política do assentamento e, dessa forma, a permanência daquelas famílias na área, possibilitando implementar o direcionamento político que constituiu este território,

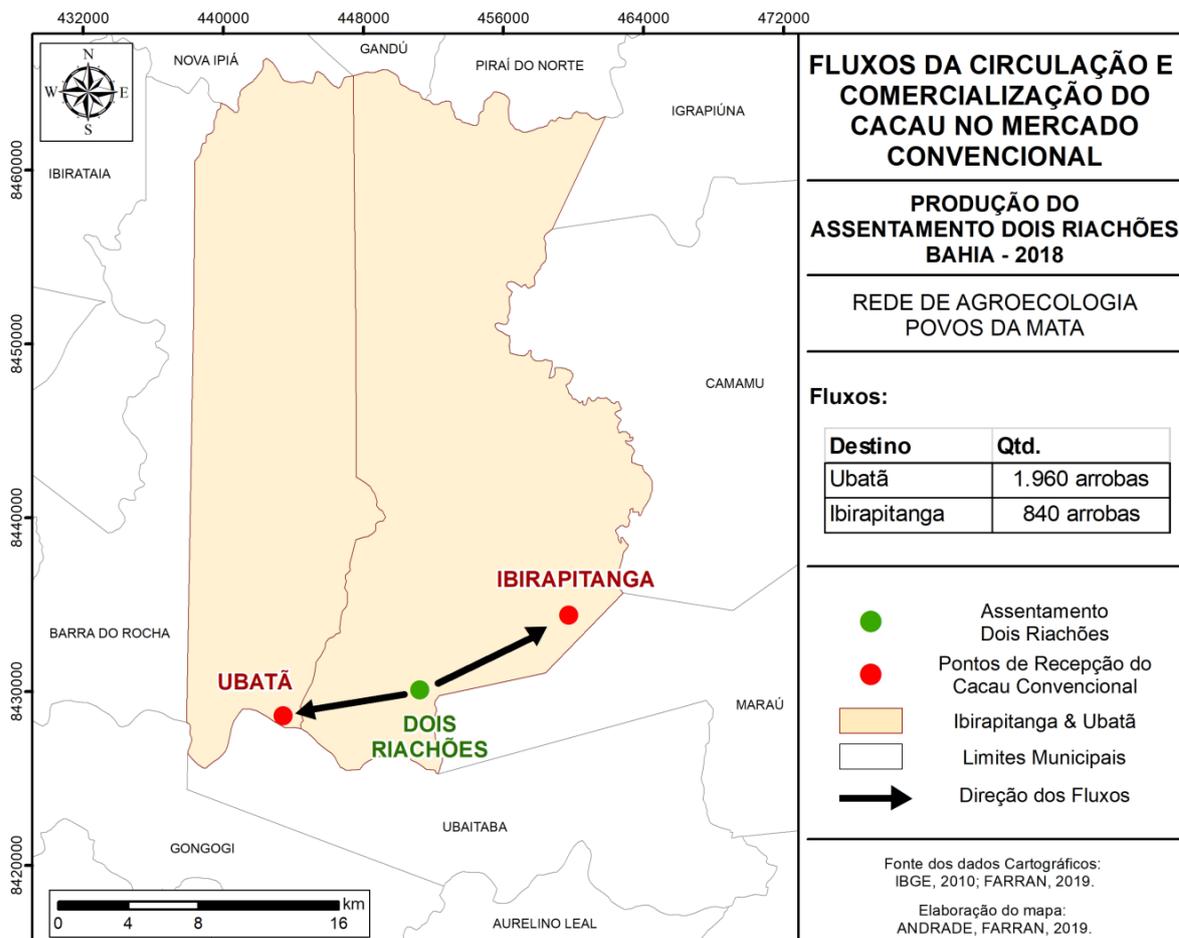
⁷⁰ No sentido de preservar as pessoas que contaram essas histórias, não iremos citar nomes, mas foram relatos de filhos de trabalhadores rurais das fazendas de cacau, que vivenciaram distintos momentos do cacau nesta região.

iniciando o processo de transição agroecológica. Portanto, o cacau foi primordial na formação do Assentamento Dois Riachões.

É importante lembrar que, ao ocupar a fazenda, a produtividade de cacau girava em torno de 2,5 arrobas/ha e, nos dias atuais aumentou para aproximadamente 20 arrobas/ha. Ou seja, significa um aumento de 800% na produção de cacau. Em 2018, o assentamento produziu 3.200 arrobas em 40 lotes onde cada um possui cerca de 4 hectares. Cada lote produziu cerca de 80 arrobas do fruto. Obviamente, estes números podem variar de um ano para outro, porque a produção depende de inúmeras variáveis, a exemplo das condições do tempo e do solo, sendo que este último pode também variar de um lote para outro.

Quando ao escoamento da produção do cacau produzido no Assentamento Dois Riachões em 2018, de uma maneira geral, vamos considerar três: comercialização no mercado convencional, comercialização com certificação e beneficiamento. O primeiro, venda do cacau no mercado convencional, acontece através da antiga relação de monopólio do território camponês pelo capital através da figura do interceptador, conhecido como “atravessador” e, na região, como “pica-pau”. A comercialização acontece entre um interceptador que compra as amêndoas de cacau do produtor; geralmente é uma relação que existe há muitos anos entre essas pessoas. Quando nos referimos ao monopólio do território pelo capital, cumpre salientar que na compra do cacau pelo interceptador do camponês, ele está pagando um preço pelo produto que não seria capaz de pagar pelo valor que tem um acampamento, uma ocupação, reintegração de posse, fome, sede, enfim, variáveis que no cálculo capitalista não são consideradas. Uma das formas que o pica-pau tem de garantir que o cacau não será vendido para outros é emprestando dinheiro, durante o período de entressafra que é quando o camponês está mais suscetível economicamente, para ser pago pela próxima produção. Essa relação viciosa pode perdurar por muitos anos. A maior parte do cacau, cerca de 2.800 arrobas, equivalente a 87,5% da produção do Assentamento Dois Riachões é comercializada no mercado convencional, interceptado pelo atravessador. O destino dessa produção é o município de Ubatã (cerca de 70%, 1.960 arrobas) e o próprio município de Ibirapitanga (17,5%, ou 840 arrobas), conforme Mapa 02. Já o equivalente a 12,5% do cacau produzido no assentamento é transformado e tem como destino o mercado dos alimentos orgânicos, assunto sobre o qual trataremos mais adiante.

Mapa 2 - Assentamento Dois Riachões, Ibirapitanga, BA - Fluxo da circulação e comercialização do cacau no mercado convencional, 2018.



Uma distinção precisa ser feita: o cacau que é comercializado no mercado convencional pelas famílias do assentamento é agroecológico. Porém, ao ser inserido neste convencional perde-se a possibilidade de saber o que acontece com ele, não sendo mais possível identificá-lo. Portanto, parte da história que o produziu se perde ao misturar-se com as outras amêndoas.

Todavia, dentro da primeira caracterização iniciada anteriormente sobre o destino do cacau do assentamento, consideramos que as famílias lidam de duas principais formas com as amêndoas de cacau: tem as que vendem diretamente para o mercado convencional (para o atravessador); e as que separam a produção entre os frutos que serão vendidos para o mercado convencional e os que serão vendidos para um mercado extremamente seletivo, que compra o chamado Cacau de Qualidade ou Cacau Fino. Conforme foi pontuado, toda produção do assentamento é agroecológica, o que irá distinguir as amêndoas de cacau e os mercados que

consomem é o interesse da camponesa ou do camponês na seleção do fruto e processamento da amêndoa.

A estrutura deixada pela antiga fazenda para o assentamento comporta três sedes e cada uma possui uma estufa à lenha e uma barcaça para a secagem da amêndoa de cacau. A estufa é como um forno grande, do tamanho de uma casa, onde a secagem da amêndoa é feita através do calor da combustão da lenha. A função desta estrutura é fazer a secagem das amêndoas para a comercialização. Está prática é insalubre para o/a trabalhador/a, que inala muita fumaça, assim como é ruim para o bioma local, já que é necessário desmatar para obter lenha suficiente para realizar o processo.

Para chegar até este processo de secagem, o cacau é colhido, colocado em cestos e levado até a beira da estrada para poder ser encaminhado até a antiga sede da fazenda para ser quebrado, retirar a amêndoa, escorrer o excesso da polpa (mel do cacau) e ser colocado diretamente para secar na estufa à lenha, caso queira acelerar o processo, e/ou na barcaça (Figura 8).

Figura 8 – Barcaça para secagem de Cacau – Assentamento Dois Riachões.



Fonte: Luciano Silva, Assentamento Dois Riachões, Ibirapitanga (2019).

A exigência do mercado internacional para o cacau de qualidade e/ou orgânico carece de outros processos na colheita, na fermentação e na secagem das amêndoas. O fruto precisa ser colhido no ponto de maturação correto, depois de colhido passa por um processo de fermentação em cocho de madeira por um período de sete a oito dias. Durante a fermentação, as amêndoas são reviradas após 48 horas de fechado o cocho e novamente após mais 24 horas (ver na Figura 09 o cocho do Assentamento Dois Riachões). A secagem das amêndoas é realizada por um período de quatro a dez dias em uma estufa solar, sem contato direto com o sol e sem utilização de lenha. Ver na Figuras 10 e 11 a estufa solar do Assentamento Dois Riachões.

Figura 9 - Cocho para a fermentação do cacau de qualidade.



Fonte: Fotografia de Luciano Silva

Figura 10 - Estufa Solar Para Cacau De Qualidade (externa).



FONTE: Fotografia por Luciano Silva (2019).

Figura 11 - Estufa Solar Para Cacau De Qualidade (interna).



FONTE: Fotografia por Luciano Silva (2019).

O que vai distinguir o Cacau de Qualidade do que será comercializado no mercado convencional é a seleção e os diferentes processos a que o fruto será submetido. O cacau de qualidade precisa ser colhido no ponto de maturação perfeito, é chamado de “amarelo ouro”. Ele não pode ter vassoura-de-bruxa, podridão-parda (*Phytophthora* spp.)⁷¹, bicado por pássaros ou mordido por qualquer outro animal, e não podem ser “verdugos”, também chamada “de vez” quando estão ainda em processo de amadurecimento. Assim, todos os frutos que não forem enquadrados nestes critérios para serem de qualidade, serão vendidos no mercado convencional. Este cacau é conhecido no assentamento como sendo de “Padrão Nestlé” ou “Padrão Garoto”, fazendo referência às respectivas empresas fabricantes de chocolate. Rubens Jesus (2019) nos explica: “o pior fruto, a pior amêndoa, aquela que fede, que está podre por conta da vassoura-de-bruxa, é o “padrão Nestlé” ou “padrão Garoto” (JESUS, 2019).

Por inúmeros motivos, na tentativa de justificar correríamos sérios riscos de sermos levianos por não possuir elementos suficientes, muitas famílias ainda não fazem a seleção entre o cacau de qualidade e o que será vendido no mercado convencional durante a colheita. O que é importante frisar é que esta seleção feita para a produção da amêndoa de qualidade é muito recente, desde 2017 no assentamento e vem acompanhada com a Rede de Agroecologia Povos da Mata.

Em 2018, a arroba do cacau custou ou foi comercializada por valores entre R\$120,00 e R\$150,00; se considerarmos o primeiro valor, a safra rendeu para cada família aproximadamente R\$9.600,00 no ano, resultando R\$800,00 no mês com a comercialização do cacau no mercado convencional. Também em 2018, a arroba do cacau de qualidade do Assentamento Dois Riachões custou R\$270,00 reais, aproximadamente o dobro do cacau convencional.

O segundo destino é o mercado para o cacau de qualidade, este possui um público mais exigente e apresenta em seu rótulo informações como alimentos saudáveis, livres da produção com veneno, livre de trabalho escravo e a marca dos orgânicos. É um alimento produzido para atender consumidores que estão inseridos nas discussões sobre os riscos causados pelo consumo de agrotóxicos, ou sobre a

⁷¹ A podridão-parda é uma doença que também ocorre no cacau e podem provocar perdas que giram em torno de 30% da produção. Saber mais sobre o assunto em: <www.ceplac.gov.br/radar/podridão-parda.htm>.

questão dos produtos provenientes de trabalho escravo ou de qualquer outra forma de violência. Poderíamos dizer que este é um tipo de atravessador com requintes de ‘humanização’ e ‘sofisticação’, atento a uma tendência no mercado que tem um público sensível aos problemas ambientais gerados pelo sistema capitalista, porém, reproduzindo sua lógica. Nenhuma novidade ao compreendemos o caráter contraditório deste sistema.

A maior parte do cacau de qualidade do assentamento, de 2018, foi interceptado por uma empresa chamada AMMA Chocolates Orgânicos. Das 400 arrobas, 12,5% da produção total do assentamento, 334 foram destinados para a AMMA; 52 arrobas foram distribuídas para pequenas empresas e as 14 restantes foram beneficiadas pelas/os camponesas/es na produção de Nibs⁷² e de chocolate (Mapa 3).

A AMMA é uma empresa que produz e vende chocolates com a marca do compromisso com o meio ambiente, do cuidado com as pessoas, preservando e reflorestando a Mata Atlântica do Sul da Bahia (AMMA, 2019). A empresa explica que,

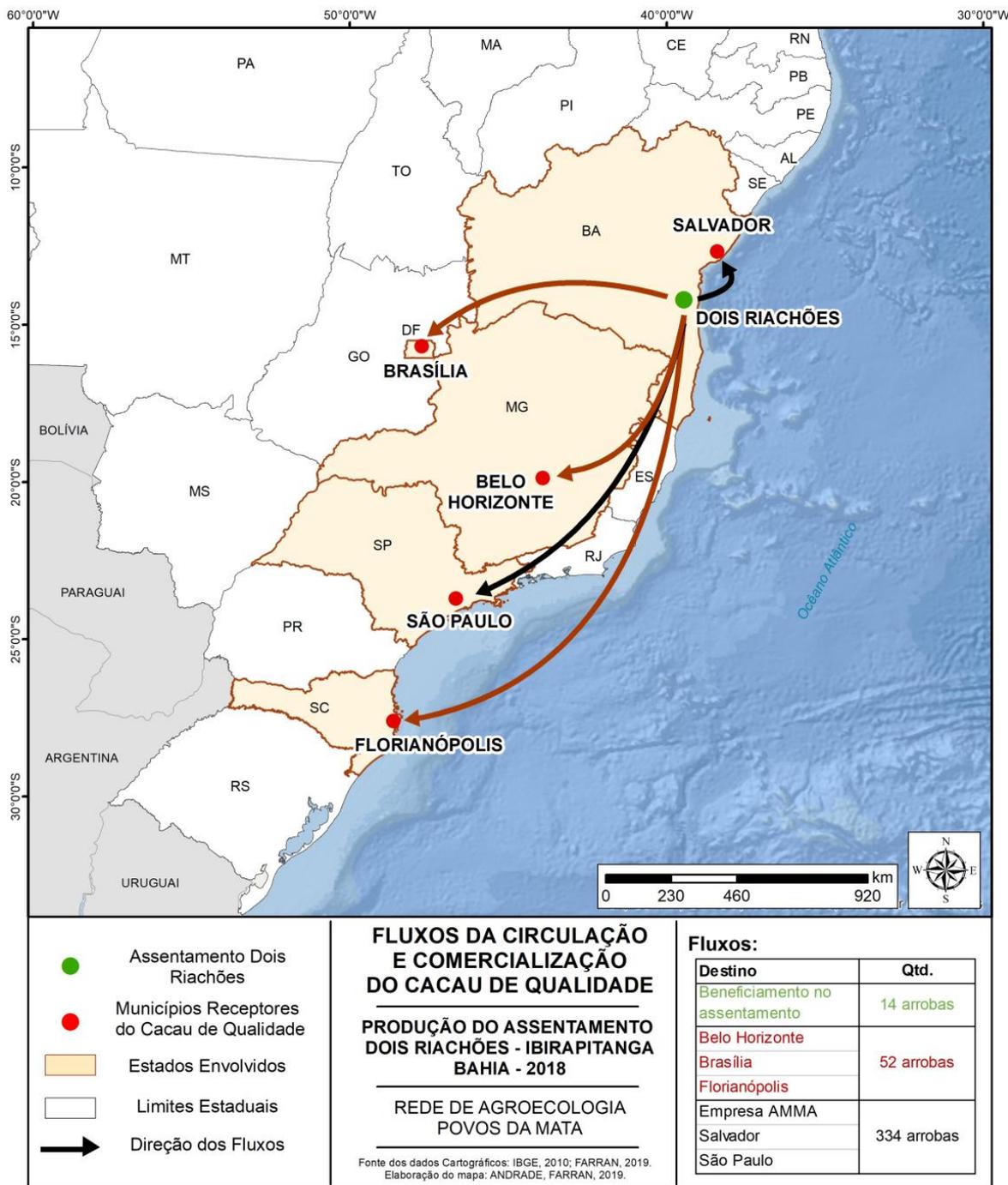
A composição genética do AMMA CHOCOLATE é um encontro apaixonado de pessoas que amam o que fazem e querem mudar o mundo fazendo o que amam e buscam o retorno artesanal e artístico do autêntico chocolate. [...] Cada chocolate orgânico que produzimos é um ritual de passagem. Nossa filosofia é trocar prazeres com a natureza (AMMA, 2019).

Sob estes aspectos são produzidos e comercializados os chocolates, segundo a empresa. Nesse sentido, para a AMMA (2019):

Por acreditarmos na vivacidade e naturalidade do meio ambiente, optamos pela utilização de um cacau plantado organicamente nas florestas da nossa Mata Atlântica para a elaboração dos nossos chocolates. Isso significa que o método de agricultura utilizado é sustentável, livre de fertilizantes químicos sintéticos prejudiciais à saúde e de organismos geneticamente modificados (AMMA, 2019).

⁷² O Nibs é a amêndoa do cacau granulada.

Mapa 3 - Assentamento Dois Riachões, Ibirapitanga, BA - Fluxo de circulação e comercialização do cacau de qualidade, 2018⁷³.



Este é um rótulo que tem ganhado espaço, nos últimos anos, no mercado por conta da insustentável situação causada pela relação que o ser humano tem com o planeta terra. De uma maneira geral, as pessoas que possuem a condição de

⁷³ É importante ressaltar que a fábrica de chocolate da AMMA está instalada em Salvador-BA, mas direcionamos o destino da amêndoa do Dois Riachões para Salvador e São Paulo porque as duas principais lojas estão localizadas nestas cidades.

acompanhar estas adversidades, por muitos motivos, acabam se sensibilizando com a face visível desta questão. Isso porque apontar a raiz do problema envolve outras questões que não são fáceis de serem superadas, visto que, encontrar a face causadora dos problemas da terra é se deparar com a face do sistema capitalista, lógica reproduzida pela maioria destas empresas e por quem consome estes produtos. Por exemplo, no site da AMMA ao contar a sua história e da produção de chocolate diz assim:

Em 2002, Luíza e Diego voltam às fazendas da família Badaró – tradicional plantadora de cacau no Sul da Bahia – para promover o plantio orgânico do cacau nessas terras e assim garantir a preservação da floresta e o sustento das famílias dos trabalhadores rurais da região (AMMA, 2019).

Ou, ao apresentar o processo de produção do chocolate, do plantio das sementes até a comercialização final, pouco revelam sobre a origem das amêndoas de cacau:

Nossas fazendas localizam-se na região sul da Bahia. Nas proximidades de Itabuna, Ilhéus e Itacaré. Nossas plantações são adubadas com o rico Biogeo, composto que reúne ingredientes da natureza para dar auxílio à fertilidade do solo: pó de rochas da Chapada Diamantina (contendo quase todos os elementos da tabela periódica); água do mar do sul da Bahia e matéria orgânica da Mata Atlântica – maior biodiversidade por m² do planeta. Os cacauzeiros são plantados em meio à vegetação circundante, sob a sombra e proteção da floresta (AMMA, 2019).

Ao apresentar no site seu “*Tree To Store*” (AMMA, 2019), “Da Árvore à Loja”, ou seja, o percurso completo para a produção do chocolate orgânico, a empresa deixa de citar que em 2018 interceptou 334 arrobas do Assentamento Dois Riachões, que no processo de ocupação sofreu com ataques de tiros, com a fome, a sede, o desprezo, e outros males. E que este assentamento pertence ao Movimento CETA, um dos responsáveis por explicitar no cotidiano a importância da reforma agrária no país, do campesinato e da agroecologia.

Podemos afirmar que uma parte extremamente significativa da história do Chocolate Orgânico da AMMA deixou de ser contada, pode ser pela não atualização do site no ano passado, ou então, por não considerar a importância que este assentamento possui. Porém, o que nos interessa ao explicitar isso é que se trata de uma mesma lógica – o monopólio do território camponês por estas empresas -, mas agora com outro formato, com um rótulo menos agressivo e vestido de verde. Este é apenas um exemplo, não é uma crítica direta à AMMA, mas sim à lógica que esta empresa reproduz.

Dito isso, é importante destacar que ainda sim, trata-se de outro tipo de relação estabelecida, devido à uma conjunção de fatores: carência de cacau de qualidade e a consciência adquirida pelas famílias do assentamento e pelas lideranças possibilitam uma negociação mais justa possível (ou menos injusta), estabelecendo outros termos e sem a possibilidade de imposição por parte da empresa. Em contrapartida, as famílias estão aprendendo com a empresa que é possível fazer um ciclo de produção que vai da muda de cacau até a loja que comercializa o chocolate.

Por fim, o terceiro destino do cacau produzido no Dois Riachões está relacionado com os primeiros passos dados para conseguir a autonomia de toda cadeia de produção do cacau. Sendo assim, das 14 arrobas beneficiadas pelas famílias do assentamento, 4 foram utilizadas na produção de chocolate em parceria com o Instituto Federal Baiano (IFBaiano) e a Fábrica-Escola de Chocolate da Rede Estadual, instalada no Centro Territorial de Educação Profissional do Baixo Sul da Bahia. Conseguiram produzir 60 quilos de chocolate a partir desta parceria, rendendo R\$10.000,00. As 10 arrobas restantes foram transformadas em 120 quilos de nibs, rendendo aproximadamente R\$7.200 reais.

Portanto, a Rede de Agroecologia Povos da Mata se apresenta para esse tema do cacau como um instrumento formativo, técnico e articulador determinante para o assentamento. Cumpriu o papel de capacitar as famílias às exigências do mercado internacional e aproximar da discussão das certificações e selos tão importantes para a agregação de valor dos alimentos agroecológicos. Em 2017, conseguiram a certificação de Selo Orgânico Brasil; em 2018, concluíram o protocolo do SLOWFOOD⁷⁴ e deram início ao processo de Certificação ECOCERT⁷⁵. Todas estas certificações são de suma importância, porque agregam valor pelo trabalho realizado com cuidado, uma diferença fundamental.

⁷⁴ O Slow Food é uma associação internacional, mantida por seus associados, que cria e desenvolve uma série de ações e entidades estruturais que colaboram na implantação de seus projetos. O Movimento de Ecogastronomia, que acredita no direito universal ao prazer da alimentação e na importância da convivência, é baseado no voluntariado e militância, inspirado nos valores de austera anarquia, inteligência afetiva, soberania alimentar, democracia participativa e da integração do homem à natureza. A luta pelo alimento bom, limpo e justo para todos atua em três eixos principais: promoção da educação do gosto, salvaguarda da agrobiodiversidade e cultura alimentar, e encurtamento de cadeias aproximando produtor e coprodutor. Ver mais sobre em: <<http://www.slowfoodbrasil.com/>>.

⁷⁵ A Ecocert é um organismo de inspeção e certificação fundado na França, em 1991, por engenheiros agrônomos conscientes da necessidade de desenvolver um modelo agrícola baseado no respeito ao meio ambiente e de oferecer um reconhecimento aos produtores que optam por essa alternativa. Ver mais sobre em: <<http://brazil.ecocert.com/index/>>.

Desse modo, a armadilha está no monopólio do território camponês agroecológico por empresas essencialmente capitalistas com rótulos orgânicos e agroecológicos. E a esperança está na excelente oportunidade de renda que o cacau proporciona para o Movimento CETA, que busca a reforma agrária popular e a autonomia camponesa. Das 40 famílias do assentamento, 29 são certificadas pela Rede de Agroecologia Povos da Mata e mais três famílias estão no processo, ou seja, 32 famílias que pertencem à Rede e produzem o cacau de qualidade, devido à influência técnica e política que esta representa e exige. Em 2018, apenas 14 famílias produziram 5 toneladas (334 arrobas) de cacau de qualidade; para 2019, a previsão mínima do assentamento é conseguir 10 toneladas, aproximadamente 667 arrobas. Se considerarmos o mesmo preço da arroba do cacau de qualidade do ano passado, que foi de R\$270,00, a produção renderá aproximadamente R\$180 mil para as famílias do assentamento, o que equivale a R\$5.600 por família.

Esta condição econômica, alinhada a um projeto político que busca a justiça social, é esperada há muito tempo pelo campesinato sem-terra do Brasil, e especificamente, pelo campesinato que estamos aqui tratando, que conquistou a terra pela luta árdua. A estratégia das lideranças do assentamento é ampliar a escala para outras frações de território, tanto na organização da produção do cacau, quanto da variedade de alimentos apresentada neste capítulo. Mas, é preciso ampliar a escala com o controle de todos os processos da produção, esta é a esperança que as/os mantêm em marcha.

4.4 REDE DE AGROECOLOGIA POVOS DA MATA: OUTRA ESTRATÉGIA DA RECRIAÇÃO CAMPONESA

Nossa intenção neste estudo foi de apresentar pistas que se somam ao conjunto de argumentos que defendem a importância que a classe camponesa possui para a sociedade. Destacamos as dificuldades enfrentadas por esta classe e seu empenho na insistência de existir, resistir, criar e recriar seu modo de vida. Consideramos essencial para a sociedade atentar-se à capacidade de superação através da criatividade da classe camponesa em momentos de crise. Isso se deve, fundamentalmente, ao conhecimento transmitido por suas relações sociais e ao domínio dos meios de produção.

Somamo-nos assim, à concepção que invalida o pressuposto de que a existência camponesa seria uma condição dada e determinada por agentes externos. Não estamos negando as contribuições, interferências e a importância que o Estado tem para o campesinato, inclusive, cobremos a sua contribuição plena para o modo de vida camponês, mas é inevitável afirmar que a história que o campesinato brasileiro possui com o Estado brasileiro tende a ser muito mais trágica que feliz.

Destacaremos influências que consideramos significativas advindas do Estado para o Assentamento Dois Riachões por meio de conquistas: o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) iniciou em 2005, com técnico em agropecuária contribuindo para a formação de lideranças do assentamento⁷⁶; no mesmo ano foi elaborado o PPP (Plano Político Pedagógico da Educação do CETA; a parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), com capacitação técnica em fruticultura, piscicultura, enxertia de cacaueteiro, mandiocultura e apicultura; a partir de uma parceria entre a PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S.A.) e a UNEB, desenvolveram um curso para capacitar 30 pessoas, durante um ano, em desenvolvimento de Sistema Agroflorestal; a assistência técnica da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), no serviço da Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES), contribuiu na organização do estatuto para a associação e realizou capacitação para o acesso de políticas públicas; o convênio realizado com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) possibilitou a entrega de alimentos *in natura* e processados em 2010 equivalente a R\$30.000,00, o projeto foi renovado em 2011; em 2013, iniciou-se a comercialização de alimentos com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no valor R\$50.000,00, sendo prolongado até 2016; e, por fim, destacamos a conquista do Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC), adquirido através da organização camponesa junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Acima citamos ações que foram determinantes para o fortalecimento do Assentamento Dois Riachões com a participação do Estado, sejam elas através de intervenções na escala Nacional, Estadual ou Municipal. Com isso, foi possível identificar a participação do assentamento ao longo destes 18 anos, não se

⁷⁶ Pelo PRONERA foram formados (04) quatro Técnicos Agrícolas, (01) um professor pedagogo (01) um formado em administração, (01) um advogado (POR LA TIERRA, 2019),

resumindo, portanto, a participação do Estado somente à intervenção policial com as tentativas de reintegração de posse.

O que para nós merece uma atenção especial é que praticamente todas as relações estabelecidas pelo assentamento com o Estado foram por meio da luta e insistência para obtenção dos direitos. Mesmo quando o resultado da parceria favorece o Estado, como é o caso do PAA, em que o assentamento fornece alimentos saudáveis para as escolas públicas da região.

Outra constatação importante é de que todas as ações foram pontuais, não tiveram continuidade planejada pelo Estado. Por exemplo: desde a formação das/os profissionais que, ao terminar o curso, não tiveram as condições necessárias para exercer sua profissão ou as capacitações técnicas, que não tiveram estruturas garantidas para desenvolvimento do aprendizado, até o que consideramos ser o mais comprometedor, a redução descabida de verbas de uma política pública como o PAA, especialmente a partir de 2016, evidenciando a total falta de responsabilidade dos governos brasileiros com o campesinato. Ao criar este tipo de relação, é necessário considerar os impactos de tais intervenções em comunidades camponesas após os cortes. Ou seja, o Estado cria uma dependência, um canal para o camponês/a escoar sua produção e, em período de crise, é prioridade na redução do orçamento. Tal descompromisso não é muito diferente da intervenção que um atravessador pode causar em uma comunidade camponesa.

Assim, entre 2014 e início de 2015, ao perceberem os cortes realizados pelo Governo Federal no PAA e PNAE, as lideranças do assentamento se rearticulam com outras organizações e mais frações de territórios camponeses para a criação da Rede de Agroecologia Povos do MATA, como já tratamos no primeiro capítulo. É inevitável não ser surpreendido com a capacidade de recriação no movimento em momentos de crise, como aconteceu com o fim do PAA no assentamento. Este Programa proporcionou um aumento da renda média das famílias em aproximadamente 50% no assentamento. O corte desta política só não afetou profundamente a comunidade porque, em sequência, conseguiram escoar sua produção para as feiras e estações agroecológicas da Rede. Aqui merece destaque o fato de não se tratar de uma simples mudança de atividade, mas sim de estratégia.

Retomando nosso pressuposto inicial, o campesinato não pode confiar sua autonomia econômica e política a agentes externos. Pelo contrário, é justamente a

sua autonomia, ainda que parcial, que possibilita a sua existência. É o conhecimento cultural que lhes possibilita ter o controle próprio do processo produtivo e de sua recriação social. Assim, versa Paulino (2012):

Considerando-se que o processo de territorialização camponesa é um *continuum*, marcado por lutas permanentes para assegurar a sua condição de classe, um insucesso de uma empreitada não deve ser tomado como o fim de uma trajetória. Em algumas ocasiões, ele pode até se constituir em um recomeço que traz como incremento mais uma referência para as práticas futuras. Não se pode esquecer de que o processo de territorialização camponesa é a materialização dessa dinâmica, em que a gestão própria do sítio se encerra em um circuito de experiências (tentativa para se chegar ao melhor resultado), somando experiência (saber) (PAULINO, 2012, p. 327).

Dessa forma, apresentamos o caminho trilhado pelas famílias camponesas na sua territorialização do acampamento às margens da BA-652 até o assentamento. Discutimos o processo de transição agroecológica quando desterritorializa os proprietários da antiga fazenda improdutiva e dá vida para aquela área, territorializando-se com a Economia Política calcada na agroecologia. Discutimos a busca incessante da autonomia camponesa, que acontece desde a mínima prática de produção do adubo, até a colheita do alimento agroecológico.

Outro ponto central para a autonomia do território camponês é deter o controle da distribuição, circulação e comercialização de alimentos. Não é demais repetir que é justamente a partir desta circunstância que o capitalista realiza a reprodução ampliada do capital apropriando-se da renda camponesa, com a interceptação dos alimentos produzidos.

A figura do atravessador é um problema para o campesinato, mas conseguir recurso além do necessário para sua sobrevivência é extremamente difícil para este grupo social, o que inviabiliza, por exemplo, a compra de um pequeno caminhão para escoar a produção do assentamento. Teriam que desembolsar um montante de aproximadamente R\$150.000,00, quantia muito grande para quem, em alguns períodos do ano, possui apenas o alimento diário.

Por isso, a criação da Rede de Agroecologia Povos da Mata surgiu como uma possibilidade para a superação destes desafios. Obviamente que se trata de um processo recente, está em seu estágio inicial de formação, porém, já é possível identificá-la como um farol na resolução imediata dos problemas da recriação camponesa.

Nesse sentido, ao analisarmos a territorialização da agroecologia desta fração do território camponês agroecológico a partir da dimensão econômica e política que configuram este grupo social, consideramos que todo o caminho realizado pelo alimento - desde a produção no assentamento até chegar ao seu destino final, o/a coprodutor/a (consumidor/a), também compõe o território agroecológico. Porque ao realizar este percurso, o alimento territorializa a Economia Política deste assentamento agroecológico, carregando consigo a história do acampamento, da violência sofrida, da sede, da fome, da ocupação, das tentativas de reintegração de posse, da transição agroecológica, do plantio de alimentos agroecológicos, da colheita. Enfim, carregam consigo uma história de luta e sangue do campesinato brasileiro, da América Latina e, porque não dizer, do campesinato mundial.

Iremos apresentar aspectos da dimensão política e da dimensão econômica da Rede para uma melhor compreensão na formação deste território. A proposta é correlacionar as duas dimensões, mesmo que às vezes seja necessário dividir para melhor expor uma realidade indivisa. A nossa participação em encontros e reuniões de tomada de decisões da Rede nos possibilitou identificar esses elementos que são centrais para esta análise.

É importante lembrar que estamos discutindo sobre os Núcleos de Pratigi e Serra Grande (Território de Identidade Baixo Sul e Litoral Sul), que foram reesponsáveis pela formação da Rede, assim como, vivenciam um processo de gestação das suas estratégias políticas e econômicas. Diferentemente do Núcleo Raízes do Sertão (Território de Identidade Irecê) que já possuía uma organização com cooperativas e feiras consolidadas e a Rede lhe possibilitou a certificação orgânica, visto que a organização social em torno da agroecologia já estava madura, analisando de forma imediata.

Isto posto, é preciso considerar que a Rede foi formada e é atualmente composta por diversas organizações e pessoas que possuem experiências distintas na vida política. Mas as tomadas de decisões acontecem nas reuniões dos grupos, do núcleo e de todos os núcleos, esta última chamada de Reunião de Alinhamento, e nas assembleias que acontecem bimestralmente no “Encontro Ampliado da Rede de Agroecologia Povos da Mata”. Dessa forma, todas as decisões políticas são discutidas e encaminhadas nesses espaços deliberativos, em que todas as pessoas que compõem a rede são obrigadas, por lei, a participar.

Tivemos a oportunidade de participar da Reunião do Núcleo Pratigi, que aconteceu no assentamento Dois Riachões, no dia 23 de fevereiro de 2018, que contou principalmente com a participação de suas respectivas coordenações. Na reunião, foi realizada uma avaliação sobre os grupos de camponeses/a que compõem o núcleo, discutiram as dificuldades atuais e definiram ações para superação. Fizeram um repasse do Encontro Geral dos Núcleos, que havia acontecido recentemente, no sentido de alinhar as pautas das práticas da Rede durante todo ano. Estes espaços possuem maior poder de deliberação política, além da assembleia geral, e por isso o consideramos determinante na análise da dimensão política da Rede.

Do ponto de vista político, um embate apareceu e deu um tom diferente à reunião. Refiro-me ao debate acerca da produção agroecológica, orgânica e convencional que, a princípio, expressa a incompreensão por parte de alguns representantes presentes sobre a encruzilhada que este tema acarreta. A questão é que, por lei, não importa como estes alimentos são chamados para possuírem a certificação participativa. Porém, para um território agroecológico esta distinção é fundamental e esta perspectiva foi defendida por uma militante do Assentamento Dois Riachões, ao apresentar elementos da formação do seu território que explicitam esta diferença. Discutimos sobre essa armadilha no segundo capítulo, ao versamos sobre a crítica à institucionalização da agroecologia.

Retomamos esta questão, de caráter político, para apresentar o principal tema discutido na reunião, que está associado aos entraves nos circuitos de comercialização dos alimentos, tanto do Núcleo Pratigi, quanto no Núcleo Serra Grande. Os problemas debatidos sobre os circuitos comungam entre os núcleos, porém, de forma específica, iremos nos ater os problemas do Núcleo Pratigi, a partir do Grupo Camponês do Assentamento Dois Riachões, composto por 24 famílias⁷⁷ certificadas pela Rede de Agroecologia Povos da Mata.

Assim, a incompreensão existente na concepção sobre os alimentos agroecológicos, orgânicos e convencionais, todavia é uma grande questão na rede, visto que é uma pauta que está longe de ser superada pela sociedade e não é possível compreender a Rede à margem das contradições da sociedade. Este fato é resultado

⁷⁷ Quando realizamos o campo em fevereiro de 2018, e participamos da Reunião do Núcleo Pratigi, o Grupo do Dois Riachões, que compõem a Rede de Agroecologia Povos da Mata, possuía 24 famílias certificadas. Atualmente são 29 famílias certificadas e mais três estão no processo de certificação.

de uma conjunção de elementos, mas é preciso dar ênfase ao caráter político influenciado por motivações de caráter econômico. Nesse sentido, iremos discutir os três principais circuitos de comercialização da Rede que tem como centro produtor de alimentos agroecológicos o assentamento Dois Riachões.

O primeiro circuito de comercialização aqui tratado, não de ordem cronológica, foi criado com a Estação de Alimentos Agroecológicos do município de Ibirapitanga. A inauguração aconteceu no dia 31 de março de 2017, com uma feira agroecológica, palestras, teatro, música, exposição e venda de alimentos saudáveis. Deste evento, surgiu a Feira de Agroecologia do município, abastecida pelos alimentos do assentamento Dois Riachões e Serra de Areia, ambos do Movimento CETA.

Na reunião do Núcleo Pratiği, que estamos aqui tratando, a discussão era sobre a tensão travada entre a feira agroecológica e a feira convencional do município de Ibirapitanga. A feira agroecológica, mesmo estando em fase de consolidação, já acontecia quinzenalmente na sede do município e começou a causar estranheza por parte dos feirantes da feira convencional.

Por compreender a importância da distinção entre elas, a feira agroecológica passou a acontecer em um espaço diferente da convencional. Representantes em diálogo com a prefeitura conseguiram um espaço próprio para comercializar o alimento. Porém, em menos de um mês, a prefeitura voltou atrás em sua decisão e impôs que a feira agroecológica acontecesse no mesmo espaço da convencional, mas com a possibilidade de acontecer em horários diferentes, sendo a primeira pela manhã e a segunda à tarde, como sempre aconteceu. O problema é que grande parte dos feirantes que fazem a feira no período da tarde começaram a abrir as barracas pela manhã, o que impediu o desenvolvimento de um dos papéis fundamentais da feira agroecológica, que é, além de comercializar alimentos saudáveis, realizar o diálogo relacionado às relações sociais que estão por trás da produção daqueles alimentos. Isso ocorreu antes da realização da Reunião de Núcleo, mas os impactos negativos com a comercialização de alimentos naquela situação já haviam sido sentidos pelos/as camponeses/as que voltaram com, aproximadamente, metade dos alimentos levados para a feira.

Este fato nos remete à duas reflexões que consideramos necessárias, a primeira - partindo do pressuposto que as pessoas que comercializam os 'alimentos'⁷⁸ na feira convencional não são produtores de Ibirapitanga - é considerar a rápida articulação das/os feirantes com a prefeitura para desmobilizar a feira agroecológica, assim como o rápido posicionamento da prefeitura retirando o acordo feito anteriormente. Isso é uma demonstração de força política pelas comerciantes da feira de produtos convencionais. A segunda reflexão é sobre como o diálogo acerca da importância dos alimentos e das relações agroecológicas estava na fase inicial em Ibirapitanga, a consciência política sobre este tema não foi suficiente para garantir o acolhimento e a defesa pela população do município do espaço da feira agroecológica, ou seja, ainda não faz diferença consumir um 'alimento' com agrotóxico ou um alimento saudável.

Algumas medidas foram encaminhadas durante a reunião: a construção do estatuto da feira junto à prefeitura, que determina que quem descumprir as normas da feira agroecológica terá punições, tendo como referência a experiência, que tem dado certo, das feiras do Núcleo de Irecê; trabalhar no sentido de propagandear a importância da agroecologia e dos seus alimentos para a população de Ibirapitanga, ou seja, estabelecer diálogos com quem consome sobre o papel que a feira de agroecologia cumpre, construindo consciência política sobre as relações de produção dos alimentos e impulsionando, inclusive, a valorização destas/es trabalhadoras/res. Atualmente a feira de Ibirapitanga não está funcionando, mas é um objetivo deste Núcleo reativar este circuito curto de comercialização.

Vale considerar que as estratégias para solucionar os entraves da comercialização de alimentos estavam sendo discutidas pelas mesmas pessoas que os plantam. A discussão entre quem consome os alimentos agroecológicos não foi diretamente abordada durante a reunião. Mas, a partir dos diferentes temas discutidos sobre os problemas dos diferentes circuitos, foi possível fazer esta constatação. Por exemplo, os problemas enfrentados pelo público que vive no litoral turístico, principalmente da Península de Maraú-Ba, referem basicamente à qualidade dos

⁷⁸ O destaque para a palavra 'alimento' é porque deixamos de considerar alimento quando ele passa de ser resultado do trabalho camponês para ser mercadoria em posse do interceptador, como já discutido anteriormente. A insistência com a palavra é para uma melhor associação da/o leitor.

alimentos, ainda que existam problemas referentes à consolidação das Estações e Feiras agroecológicas.

A distância do segundo circuito de comercialização, do Assentamento Dois Riachões à feira/estação de Algodões (que está no litoral do município de Maraú) é de 120 quilômetros; e do terceiro circuito, do assentamento à feira/estação do município de Itabuna, é de 90 quilômetros. Chama atenção para o fato de que mesmo estes dois circuitos possuindo uma distância muito maior que os 10 quilômetros que separam Dois Riachões e a sede de Ibirapitanga, eles continuam funcionando por aproximadamente três anos. Isso se deve à consciência política entre as partes que compõem a Rede (Camponeses/as – Coprodutores/as), em especial das/os coprodutoras/es (consumidores), que mesmo com a adversidade da distância se rearticulam para manter o circuito. Por exemplo, o transporte que realiza a distribuição dos alimentos do circuito de Algodões é pago pelos/as coprodutores/as, custa R\$550,00 por mês e R\$13.200,00 ao ano. Portanto, a consciência somada à condição econômica possibilitam a este público suprir a necessidade de consumir alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos.

O circuito entre o assentamento e Algodões acontece quinzenalmente e os alimentos produzidos são transportados em um pequeno caminhão fretado pelas coprodutoras/es. Os alimentos chegam para o consumo por dois meios: o primeiro é através da comercialização na banca da feira agroecológica; e o segundo através das cestas que são solicitadas antecipadamente por meio de aplicativo, em que o/a coprodutor/a envia um pedido sobre os alimentos que deseja para as pessoas do assentamento responsáveis pelas feiras. A pessoa responsável na ocasião recebe diária de R\$100,00 para organizar as cestas no assentamento até a entrega na estação e também organiza a banca do assentamento nas feiras. A Estação de Alimentos Agroecológicos, que é o local de entrega dos pedidos pelo aplicativo, geralmente está situada no mesmo lugar da feira e, também tem responsáveis por organizar a estação e entregar as cestas de alimentos, e para isso, ganham uma porcentagem das vendas. No caso de Itabuna é destinado 20% do total comercializado para o/a responsável pela Estação, já em Algodões, não há esse custo.

O circuito Dois Riachões-Algodões rendeu aproximadamente R\$40.352,00 (bruto) em 2018, com a comercialização de alimentos como verduras, frutas e hortaliças (Tabelas 5 e 6).

Tabela 5 - Assentamento Dois Riachões: Alimentos comercializados no circuito Dois Riachões – Algodões em 2018 (24 feiras/ano).

HORTALIÇA	QUANT. POR FEIRA (MÓI)	PREÇO (R\$)	TOTAL (R\$)
ALFACE	30	3,00	2.880,00
RÚCULA	30	3,00	2.160,00
COUVE	40	3,00	2.880,00
COENTRO	30	3,00	2.160,00
CEBOLINHA	25	3,00	1.800,00
SALSA	20	3,00	1.440,00
MOSTARDA	20	3,00	1.440,00
TAIOBA	12	3,00	864,00
ORA-PRO-NOBIS	20	4,00	1.920,00
BRÓCOLIS	5	5,00	600,00
ERVAS MEDICINAIS	110	3,00	720,00
TOTAL (R\$)			18.864,00

Fonte: Elaborado por Farran (2019), com base na tabela de controle de alimentos comercializados do Assentamento Dois Riachões.

Tabela 6 - Assentamento Dois Riachões: Alimentos comercializadas no circuito Dois Riachões–Algodões em 2018 (24 feiras/ano).

FRUTAS E VERDURAS	QUANT. POR FEIRA (KG)	PREÇO (R\$)	TOTAL
BANANA DA TERRA	25	4,00	2.400,00
BANANA DA PRATA	35	3,00	2.520,00
BANANA D'ÁGUA	10	3,00	720,00
MAMÃO	20	4,00	1.920,00
LIMÃO ROSA	30	2,00	1.440,00
LIMÃO TAITI	10	2,50	600,00
LARANJA	20	3,00	360,00
TANGERINA	20	3,00	360,00
CHUCHU	20	3,00	360,00
BERINGELA	05	4,00	480,00
JILÓ	04	3,00	288,00
ABOBORA	15	3,50	1.260,00
MAXIXE	10	2,00	120,00
ABACATE	30	3,00	720,00
ABACAXI	30 unidades	5,00	900,00
TOTAL(R\$)			14.448,00

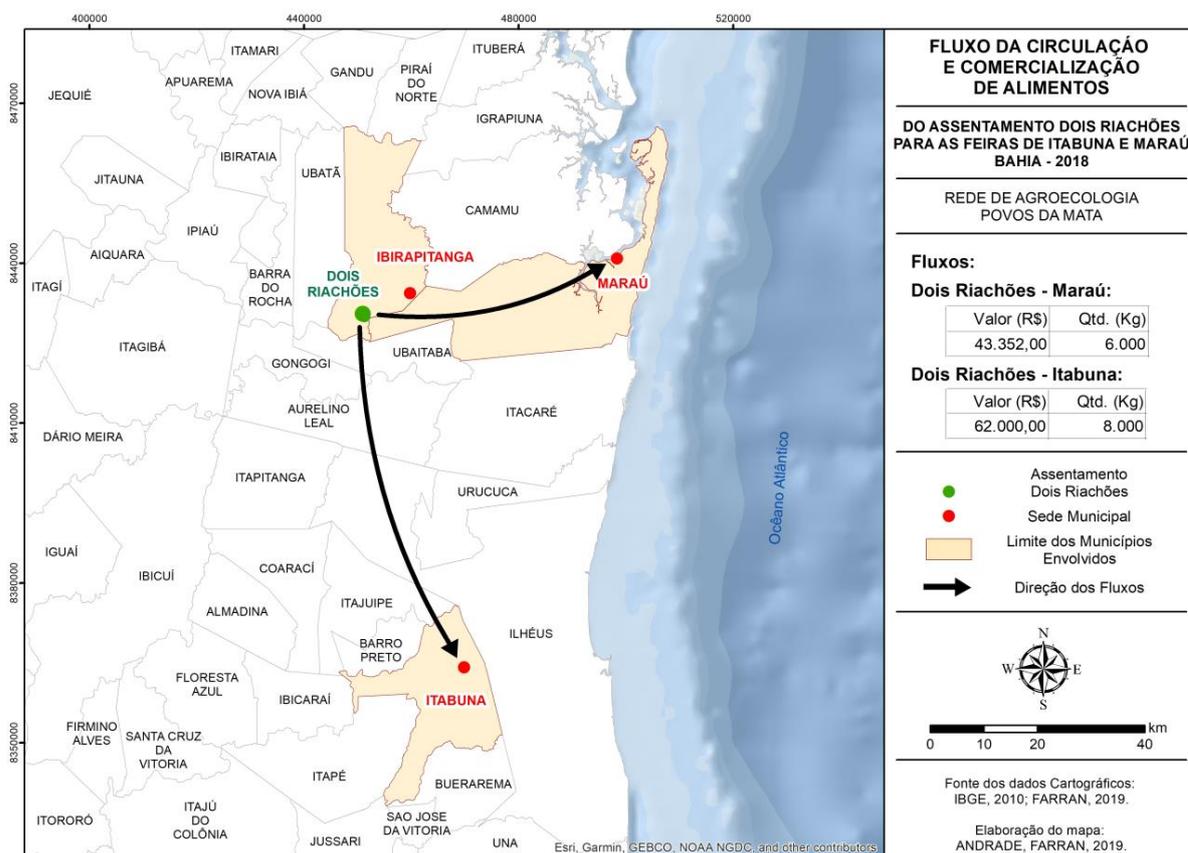
Fonte: Elaborado por Farran (2019), com base na tabela de controle de alimentos comercializados do Assentamento Dois Riachões.

Neste circuito, também há a comercialização de alimentos beneficiados pelas agroindústrias do assentamento como farinha, polpas de fruta, nibs e proteína de jaca.

Todos estes alimentos circulam ambos os trajetos, tanto para Feira/Estação Agroecológica de Itabuna semanalmente, quanto a de Algodões quinzenalmente.

O circuito de Itabuna rendeu R\$62.000,00 (bruto) em 2018, deste montante 20% (R\$12.400,00) foi destinado para cobrir os custos da estação e 30% (R\$18.600,00) para o transporte. Os outros 50% restante é o retorno das/os camponesas/es, cerca de R\$31.000,00 naquele ano, dividido pelos 25 certificados pela rede, que dá R\$1.240,00. a renda destas pessoas ao adentrarem na rede aumentou em torno de 50% (Mapa 4).

Mapa 4 - Assentamento Dois Riachões, Ibirapitanga - BA: Circulação e comercialização de alimentos para Algodões (Marau) e Itabuna em 2018.



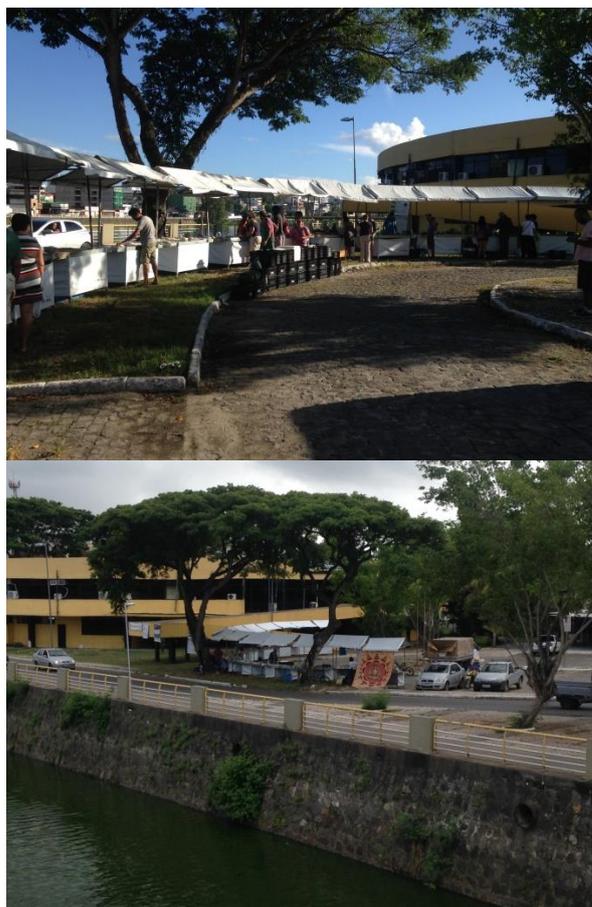
Tivemos a oportunidade de acompanhar o circuito do Assentamento Dois Riachões até a Feira/estação de Itabuna no dia 07 de março de 2019. No início da noite, à véspera da feira, as/os camponesas/es chegam da roça com os alimentos recém-colhidos, pois esperam os últimos raios de sol para que cheguem mais frescos na feira. Então, começam a separar os alimentos entre os pedidos pelo aplicativo em

cestas e os que irão para as bancas da feira. Após isso, são organizados na caminhonete que os conduzirá pelos 90 quilômetros até Itabuna na manhã seguinte, por volta das 5h (Figuras 12 e 13).

Figura 12 - Organizando os alimentos para a Feira Agroecológica de Itabuna - BA, 2019.



Figura 13 - Feira/Estação Agroecológica de Itabuna - BA, 2019.



Fonte: Fotografias Khalil Farran (2019). Assentamento Dois Riachões e Feira agroecológica de Itabuna, 07 de março de 2019.

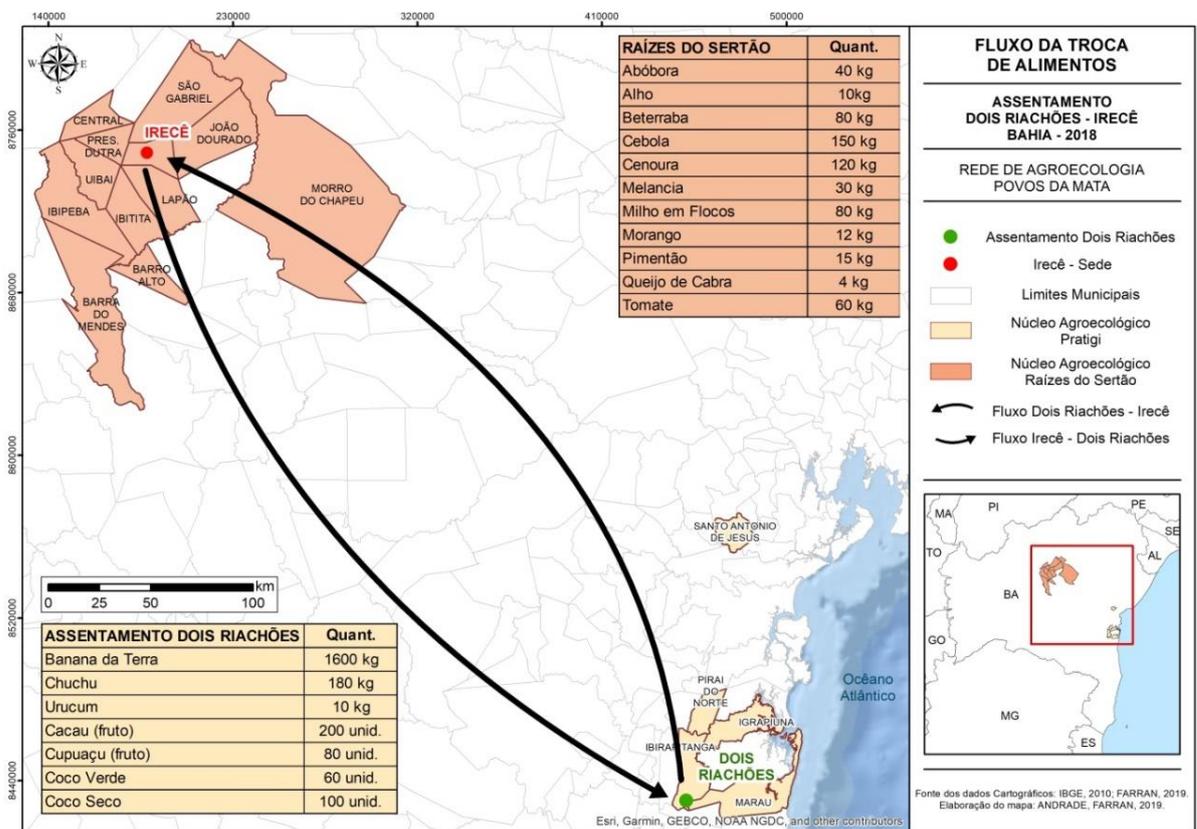
Agregar camponesas/es à Rede e, conseqüentemente, às feiras tem sido o principal desafio para manter estes circuitos de comercialização. Por exemplo, o principal fornecedor de hortaliças da Feira de Itabuna é o Assentamento Dois Riachões; porém, naquela manhã, pude observar que a quantidade de hortaliças disponíveis não conseguiu garantir o abastecimento para cobrir a demanda da feira.

Estes dois circuitos apresentados são denominados pelos componentes da Rede como Circuitos Curtos de Comercialização. Há outras relações que não tivemos condições de aprofundar para tratar neste trabalho com qualidade, entre estas estão

os Circuitos Longos de Comercialização, que acontecem inclusive com outras Redes de Agroecologia. A formação dos circuitos curtos e longos de comercialização dos alimentos são os principais instrumentos para escoar a produção das comunidades.

Por fim, gostaríamos de nos ater a um Circuito Longo de Comercialização da própria Rede, que considero ser capaz de causar confusão, se analisado a partir da racionalidade capitalista. Este circuito se caracteriza pela troca de alimentos entre o Assentamento Dois Riachões (Núcleo Pratiği) e o Núcleo Raízes do Sertão localizado no Território de Identidade Irecê na Bahia (Mapa 5).

Mapa 5 - Troca de alimentos entre o Assentamento Dois Riachões (Ibirapitanga) e o Núcleo Raízes do Sertão (Irecê), 2019.



A distância entre os municípios de Ibirapitanga e Irecê é de aproximadamente 540 quilômetros, considerada grande para este tipo de troca. A questão principal é que o Núcleo Raízes do Sertão produz alimentos que fazem parte da nossa cultura alimentar e que não são tão comuns na região do Baixo Sul, a exemplo da cenoura, cebola, alho e, inclusive, os processados em agroindústria como o flocão de milho

para o preparo do cuscuz. Silva (2019), versa sobre esta estratégia econômica para a Rede de Agroecologia Povos da Mata:

Cada família compra aproximadamente 3 kg de cebola todo mês, no assentamento temos 40 famílias. Então são consumidos 120 kg de cebola por mês, em um ano são 1.440 kg. Se o quilo da cebola estiver custando R\$ 3,00, em um ano o Assentamento Dois Riachões consumiu R\$ 4.320,00 em cebola agroecológica. E, ainda tem os outros alimentos como beterraba, cenoura, alho e etc. Essa seria a economia para dentro da Rede (SILVA, 2019).

Obviamente que são tentativas, testes e experiências de uma rede de agroecologia em processo de formação, assim como de experiência, testes e tentativas se caracteriza o modo de vida camponês, como tentamos apresentar no recorrer deste trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, podemos afirmar que entregamos esta dissertação com responsabilidade e compromisso social que merecem o investimento público nesta pesquisa. Considero que dois resultados são importantes mencionar ao fazer estas breves considerações: o primeiro, de âmbito pessoal, no sentido de minha formação, é a certeza de que saio, após estes dois anos de estudo, muito mais qualificado e preparado para contribuir com a defesa da classe camponesa, por compreender ainda mais sua importância para a sociedade; o segundo, no âmbito acadêmico, é a inserção desse trabalho na corrente de pensamento que compreende que a agroecologia é um processo de construção classista, visto que camponesa.

Entendo que o primeiro capítulo é um ensaio com o materialismo dialético, o qual me levou a realizar a práxis, ancorado em uma corrente de pensamento que possui o pressuposto teórico de que a reprodução ampliada do capital acontece com relações tipicamente capitalista e, principalmente, a partir de relações não-capitalistas de produção. Portanto, adquirei a compreensão teórica de que para analisar a agricultura brasileira deve-se considerar que o processo do modo capitalista de produção na formação territorial brasileira é desigual, contraditório e combinado.

Ainda como percurso formativo do autor, o entendimento anterior me distancia do reducionismo de leituras que concebem a história como um processo linear e simplista ao analisar as contradições das relações sociais geradas a partir da lógica hegemônica do modo de produção capitalista. Com isso, afirmo que uma abordagem dialética é imprescindível para o entendimento da realidade e para contribuir na superação dos problemas gerados pela lógica capitalista. A concepção que versa sobre o fim do campesinato é proveniente de análises feitas por estas leituras que, intencionalmente, não se aprofundam para compreender a raiz das contradições. Assim, aprendi que são essenciais a crítica e a superação de teorias que transformam contradições em dualismo. Para além de utilizar citações de autoras e autores, é preciso saber que estes/as constroem correntes teóricas e que defendem concepções filosóficas. E, por isso, é importante defender o conhecimento que esteja comprometido com as classes pauperizadas.

Considero ser uma responsabilidade transmitir o valor que a classe social camponesa possui para a sociedade. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006,

a agricultura camponesa foi responsável por 70% da produção alimentar brasileira. E, mesmo assim, como foi visto no primeiro capítulo, estudos insistem em afirmar o fim do campesinato. Percebemos, também, que muitas dessas teorias estão alicerçadas em intencionalidades que expressam os interesses das grandes corporações dos agroquímicos, e para estas não faria sentido algum aprofundar seus estudos para compreender a raiz das contradições, porque, assim, estariam se declarando culpadas.

O segundo capítulo da pesquisa, que versa sobre uma incipiente crítica à Economia Política da agroecologia na Bahia, busca entender qual é a intenção política que direciona os investimentos econômicos do Governo do Estado. Incipiente por dois motivos principais: primeiro porque não foi possível realizar e apresentar um estudo aprofundando sobre Econômica Política; e segundo, porque identificamos evidências que confirmam o descompromisso que o Governo do Estado da Bahia tem com a classe camponesa e a agroecologia, no período estudado, mas que precisam ser aprofundadas em estudos futuros.

Percebemos que a morosidade em aprovar as leis com enfoques em agroecologia e a dificuldade em vetar a aprovação de leis contra os agrotóxicos estão estreitamente relacionadas aos interesses do agronegócio. Assim, é fácil identificar quais são as forças políticas que possuem o poder de decisão em relação às políticas públicas do Estado, inclusive sobre quais são as prioridades de investimento econômico. Ainda, apresentamos como tudo isto está relacionado a um processo em escala mundial da formação de oligopólios com a fusão das grandes corporações dos agroquímicos. Não é difícil entender que se uma empresa investe US\$62,5 bilhões na compra de outra empresa do mesmo setor significa que ela tem a segurança de um mercado aberto para a venda de seus produtos em muitos países que, historicamente, já são clientes, a exemplo do Brasil.

Nesse mesmo capítulo, ensaiamos estudos e análises sobre a institucionalização da agroecologia. Em relação às políticas públicas para o campo, as instituições de tomada de decisão, nas múltiplas escalas, estão tentando se apropriar, através do discurso, da agroecologia, apresentando-a como uma novidade. Porém, ela existe há muito tempo e é um processo de construção classista desenvolvida e defendida pela territorialização de modos de vida como dos camponeses, remanescentes de quilombolas, indígenas, fundos e fechos de pasto e

tantos outros. Mostramos ainda que estes grupos sociais se organizam como classe, a exemplo da Via Campesina, que a partir da articulação de movimentos sociais, defende a agroecologia, representa os interesses e reivindica seus direitos.

Reconhecemos que os recursos advindos pelo Estado podem ser determinantes para a elaboração de políticas públicas para o fortalecimento de territórios camponeses. Mas, ao mesmo tempo, afirmamos que o campesinato desenvolve seu modo de vida e se territorializa, inclusive de forma agroecológica, tendo o Estado, na maioria das vezes, como inimigo e representante das grandes corporações do setor agroquímico. Esta é uma condição historicamente construída e consolidada no Brasil, a qual é responsável, por exemplo, por criar leis de isenção fiscal para estes produtos químicos.

Os três capítulos desenvolvidos anteriormente trazem elementos suficientes para defender a hipótese principal de que não há outra via possível para a agroecologia além da que é desenvolvida pelos grupos sociais acima citados. E, ressalta-se, que a defesa da agroecologia já é construída pelos movimentos sociais do campo.

No terceiro capítulo, ao estudarmos sobre o modo de vida desenvolvido pela fração de território camponês agroecológico, a partir do caso do Assentamento Dois Riachões, entendemos que a terra é elemento indispensável para a resistência e recriação camponesa, quando uma das principais características do campesinato brasileiro é ser sem-terra. Assim como, não é possível discutir a agroecologia sem antes, ou concomitantemente, resolver o problema da concentração de terra no país. A implementação de uma política séria de agroecologia no Brasil presume a efetivação da política de Reforma Agrária e a superação da concentração fundiária.

A pressão exercida pelo campesinato, através de ocupações de terras principalmente, deixa evidente a insistência/resistência desta classe social em recriar seu modo de vida. Os relatos apresentados na história do Assentamento Dois Riachões, assim como em tantos outros, demonstram como é negada a dignidade de vida a esta classe, mesmo em face de sua importância para a sociedade. Ainda assim, eles conseguem transformar estas frações de território camponês em ambientes dignos e solidários para reproduzir seu modo de vida.

Por fim, é preciso dar atenção à habilidade de criação das classes pauperizadas, principalmente em períodos de crises. A solução encontrada muitas vezes está associada com a capacidade que essas pessoas têm de serem solidárias umas com as outras. Esta classe expressa valores através de suas relações que são fundamentais para a transformação desta sociedade. Valores estes, que somados a tantas outras boas referências reproduzidas por grupos sociais distribuídos pelo mundo, podem ser determinantes na construção do nosso devir.

REFERÊNCIAS

AMMA. **CHOCOLATES ORGÂNICOS**. AMMA, 2019. Página inicial. Disponível em: <http://www.ammachocolate.com.br/amma-chocolate/essencia/>. Acesso em: 28 de abr. de 2019.

BAHIA. Assembleia Legislativa (AL). **Projeto de Lei nº 21.273/2015**. “Proíbe o uso e comercialização de agrotóxicos que contenham os princípios ativos que especifica e dá outras providências.” Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/proposicao/PL./21.273/2015>. Acesso em: 28/11/2018. Texto Original.

BAHIA. Assembleia Legislativa (AL). **O Projeto de Lei nº 21.314/2015**. “Dispõe sobre a proibição da pulverização de agrotóxicos realizada por meio de aeronaves em todo o território do Estado da Bahia.” Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/proposicao/PL./21.314/2015>. Acesso em: 28/11/2018. Texto Original.

BAHIA. Assembleia Legislativa (AL). **O Projeto de Lei nº 21.317/2015**. “Estabelece a obrigatoriedade de indicação expressa sobre o uso de agrotóxicos nos produtos alimentares produzidos e comercializados no Estado da Bahia”. Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/proposicao/PL./21.317/2015>. Acesso em: 28/11/2018. Texto Original.

BAHIA. Assembleia Legislativa (AL). **O Projeto de Lei nº 21.479/2015**. “Institui a Política Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica e dá outras providências.” Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/proposicao/PL./21.479/2015>. Acesso em: 28/11/2018. Texto Original.

BAHIA. Assembleia Legislativa (AL). **Projeto de Lei nº 22.347/2016**. “Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica”. Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/proposicao/PL./21.916/2016>. Acesso em: 28/11/2018. Texto Original.

BAHIA. Assembleia Legislativa (AL). **Projeto de Lei nº 22.325/2017**. “Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Estado da Bahia”. Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/proposicao/PL./22.325/2017>. Acesso em: 28/11/2018. Texto Original.

BAHIA. Assembleia Legislativa (AL). **Projeto de Lei nº 22.347/2017**. “Dispõe sobre a utilização dos alimentos orgânicos na merenda escolar das unidades de ensino da Rede Pública Estadual.” Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/proposicao/PL./22.347/2017>. Acesso em: 28/11/2018. Texto Original.

BAHIA. Assembleia Legislativa (AL). **Projeto de Lei 22.783/2018**. “Regulamentar as feiras de produtos orgânicos no Estado da Bahia e dá outras providências.” Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/proposicao/PL./22.783/2018>. Acesso em: 28/11/2018. Texto Original.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). **CHAMADA PÚBLICA ATER SDR/BAHIATER N° 001/2015**. Chamada pública para seleção de entidades executoras de serviços de assistência técnica e extensão rural para a promoção da sustentabilidade. Disponível em: <http://www.sdr.ba.gov.br/arquivos/File/ChamadaPublicaATERSDRBAHIATER.pdf>.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). **CHAMADA PÚBLICA ATER BAHIA/SDR/SEPROME N° 002/2015**. “Chamada pública para seleção de entidades executoras de serviços de assistência técnica e extensão rural para povos e comunidade tradicionais na agricultura familiar do Estado da Bahia.” Disponível em: <http://www.sdr.ba.gov.br/arquivos/File/ChamadaATERSEPROMISDRBAHIATER0022015.pdf>.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). **CHAMADA PÚBLICA ATER SDR/BAHIATER N° 001/2016**. Chamada pública para seleção de entidades executoras de serviços de assistência técnica e extensão rural para a promoção da sustentabilidade. Disponível em: <http://www.sdr.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). **CHAMADA PÚBLICA ATER BAHIA/SDR/SEPROME N° 002/2016**. “Chamada pública para seleção de entidades executoras de serviços de assistência técnica e extensão rural para povos e comunidade tradicionais na agricultura familiar do Estado da Bahia.” Disponível em: http://www.sdr.ba.gov.br/arquivos/File/Edital_Chamada/PCT/Chamada_Publica_2016_Povos_Comunidades_Tradicionais_002_2016.pdf.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). **EDITAL CHAMADA PÚBLICA N° 09/2017**. Seleção de proposta para produção, resgate e conservação e armazenamento de sementes crioulas no Estado da Bahia. Disponível em: http://www.sdr.ba.gov.br/arquivos/File/SUAF/MUDAS_E_SEMENTES/Edital_Sementes_Crioulas.pdf.

BAHIA. SDR. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). **EDITAL CHAMDA PÚBLICA N°08/2017**. Seleção de subprojetos orientados para o mercado da cadeia produtiva das culturas oleaginosas. Disponível em: http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2017-12/Edital_082017__Cadeia_Produtiva_de_Oleaginosas.pdf.

BAHIA. SDR. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). **EDITAL CHAMDA PÚBLICA N°09/2017**. Seleção de subprojetos orientados para o mercado da cadeia produtiva da fruticultura. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Edital_092017_Cadeia_Produtiva_da_Fruticultura_0.pdf.

BAHIA. SDR. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). **EDITAL CHAMDA PÚBLICA N°10/2018**. Seleção de subprojetos para alianças produtivas territoriais. Disponível em: http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2018-02/Edital_Bahia_Produtiva_Aliancas_Produtivas_10_Web.pdf.

BAHIA. SDR. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). **EDITAL CHAMDA PÚBLICA N°12/2018**. Seleção de subprojetos socioambientais para comunidades quilombolas. Disponível em: http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/201802/Edital_Bahia_Produtiva_Comunidades_Quilombolas_Num_11-2017%20%282%29.pdf.

BAHIA. SDR. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). **EDITAL CHAMDA PÚBLICA N°12/2018**. Seleção de subprojetos socioambientais para povos indígenas. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Edital%20Bahia%20Produtiva1_INDIGENAS_SDR.pdf

BAHIA. SDR. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). **EDITAL CHAMDA PÚBLICA N°13/2018**. Seleção de subprojetos de qualificação de agroindústrias da agricultura familiar. Disponível em: http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2018-02/Edital_Bahia_Produtiva_Qualificacao_Agroindustrias_13_web.pdf.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). **EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018**. Chamada pública para seleção de entidades executoras de serviços de assistência técnica e extensão rural para a promoção da agroecologia nas unidades produtivas familiares do Estado da Bahia. Disponível em: http://www.sdr.ba.gov.br/arquivos/File/Bahiater__editais/ATER_Agroecologia/Chamada_Publica_ATER_Agroecologia.pdf.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). **EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2018**. Chamada pública para seleção de entidades executoras de serviços de assistência técnica e extensão rural para mulheres rurais do estado da Bahia. Disponível em: http://www.sdr.ba.gov.br/arquivos/File/Bahiater_-_editais/MULHERES/CHAMADA_ATER_MULHERES_RURALS.pdf.

BOMBARDI, L. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **Geusp**, São Paulo, v. 14, p. 107-117, 2003.

BOMBARDI, Larissa Mies. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. **Direitos Humanos no Brasil 2012. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.social.org.br/index.php/relatorios/relatoriosportugues/153-direitos-humanos-no-brasil-201216.html>.

BOMBARDI, Larissa Mies. Agrotóxicos: uma arma silenciosa contra os direitos humanos. **Direitos humanos no Brasil 2013: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.social.org.br/index.php/relatorios/relatoriosportugues/169-relatorio-direitos-humanos-no-brasil-2013.html>

BRASIL. **Decreto n. 7.794, de 20 de março de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 6.299 de 2002**. Altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7. 802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre o uso e comercialização dos agrotóxicos seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1654426&filename=Tramitacao-PL+6299/2002.

BRASIL DE FATO (redação). Comissão Especial da Câmara Aprova 'Pacote do Veneno': Projeto de Lei 6.299/02 foi aprovado por 19 votos a 9. **Brasil de Fato**, 25 de jul. de 2018, Brasília. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/06/25/comissao-especial-da-camara-aprova-pacote-do-veneno/>.

CASSARINO, Julian Perez. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecológica de Agroecologia**. Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), 2012.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformações dos seus meios de vida. 12 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp, 2017.

CLASSE POLITICA (redação). Pulverização aérea de agrotóxicos causa polemica na ALBA. **Classe Política: notícia com interatividade**, 20 de jun. de 2018. Disponível em: <https://classepolitica.com.br/2018/06/20/pulverizacao-aerea-de-agrotoxicos-causa-polemica-na-alba/>. Acesso em: 30/11/2018.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Transformando terra em território: construção e dinâmica do sistema local territorial agroecológico em Francisco Beltrão, Paraná.** Programa de Pós-Graduação em Geografia FCT/UNESP – Presidente Prudente, Tese (Doutorado em Geografia), 2014.

FERNANDES, B. M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Agrária**, São Paulo-SP, v. 1, p. 16-36, 2004.

FERNANDES, B.M. Questão agrária, política pública e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In GRISA, Cátia.; PETERSEN, Paulo. (Org) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no país.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 381-400.

FIDA. Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário. **O FIDA no BRASIL: Estratégias para promover o desenvolvimento no Nordeste.** Salvador, 2017.

FIDA. Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/fida/>>. Acesso: 16/01/2019.

FLORES, Cintya Dantas. **Territórios de Identidade na Bahia:** saúde, educação, cultura e meio ambiente frente a dinâmica territorial. 2014, Dissertação (Mestrado Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

FREITAS, H. I. **A questão (da reforma) agrária e a política territorial rural no Litoral Sul da Bahia.** 227 p. Dissertação (Mestrado de Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2009.

GIRALDO, O. F., ROSSET, P. M. Guaju, Matinhos, v. 2, n. 1, p. 14-37, jan./jun. 2016.

GONZALES, Amélia. Projeto de Lei sobre agrotóxicos, o 'PL do Veneno' põe o lucro acima da saúde das pessoas. **G1 Natureza, Blog da Amélia Gonzales**, 30 de mai. de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/projeto-de-lei-sobre-agrotoxicos-o-pl-do-veneno-poe-o-lucro-acima-da-saude-das-pessoas.ghtml>.

GROUP ECOCERTE. POLITICA E DIRETRIZES. Disponível em: <http://brazil.ecocert.com/index/>.

IBAMA. Relatórios de Comercialização de Agrotóxicos. **Histórico de Comercialização.** Acessado: 26/11/2018. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/agrotoxicos/relatorios-de-comercializacao-de-agrotoxicos>.

JESUS, J. S. **Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento de desenvolvimento do Pré-Assentamento Dois Riachões.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Instituto de Econômica, Universidade Federal da Bahia, 2015.

LAMARCHE, H. (coord.) **A agricultura familiar:** uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Trad. PEREIRA, D. B. e MARTINS, S. (do original: La production de l'espace. 4° éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início fev. 2006.

LONDRES, Flavia. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para a ação em defesa da vida.** Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/09/Agrotoxicos-no-Brasil-mobile.pdf>.

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**. Contribuições ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia: contribuições para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARQUES, M. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. T.; FABRINE, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, p. 49-78, 2008.

MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão**: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 9 ed., 2º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MARX, K. **O Capital. Livro I**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

McMICHEL, Philip. **Regimes alimentares e questão agrária**. Tradução Sonia Midori. 1. ed. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora da UFRGS, 2016.

MENDES, H. Comissão da ALBA promete 'barrar' projeto que proíbe uso de agrotóxico: Comissão de Agricultura fluiu sobre o assunto na Bahia Farm Show 2015. **G1 Bahia**, 03 de jun. de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/bahia-farm-show/2015/noticia/2015/06/comissao-da-alba-promete-barrar-projeto-que-proibe-uso-de-agrotoxico.html>. Acesso em: 07/12/2018.

MONTENEGRO GOMÉZ, Jorge R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e tecnologia. Presidente Prudente, 2006.

MOVIMIENTO REGIONAL POR LA TIERRA. Assentamento Dois Riachões: a luta pela terra e a agroecologia. Ibirapitanga, Bahia – Brasil. Pagina de Casos. Disponível em: <https://porlatierra.org/casos/178/caracteristicas>.

NEWSBA (redação). Pulverização aérea de agrotóxicos causa polêmica na ALBA. **NEWSBA: a Bahia Bem Informada**, 20 de jun. de 2018. Disponível em: <http://newsba.com.br/2018/06/20/pulverizacao-aerea-de-agrotoxicos-causa-polemica-na-alba/>. Acesso em: 30/11/2018.

NICHOLLS, C. **SOCLA – reflexões sobre a participação da SOCLA no Simposio Internacional de Agroecologia para a Segurança Alimentar e Nutricional na FAO**. Roma: SOCLA, 2014.

NOTICIA CAPITAL (redação). **Pulverização aérea de Agrotóxicos causa polêmica na Assembleia Legislativa**. Notícia Capital, 20 de jun. de 2018, Salvador. Disponível em: <http://noticiacapital.com.br/noticias1.asp?cod=33174>. Acesso em: 30/11/2018.

OLIVEIRA, A. U. Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **A longa marcha do campesinato brasileiro**: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados, IEA/USP São Paulo, v. 15, n.43, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, A. U. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: Oliveira, A.U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/LABUR, 2007.

OLIVEIRA, A. U. "Território de quem?", **Revista Sem Terra**, Ano XI, nº 47, out/nov, São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, A. U. **Agrocombustíveis e produção de alimentos**. Folha de São Paulo, 17 abril, 2008, p.2. (Tendências e Debates).

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. **CAMPO-TERRITORIO**: revista de geografia agrária, v. 5, n. 10, p. 5-64, ago. 2010.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp – Espaço e Tempo**, V. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. ISSN 2179-0892

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, C. S. **Imissão de Posse Dois Riachões**. [Mensagem pessoal] via e-mail recebido em 25 de maio de 2018.

PAULINO, E. T. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, p. 213-238, 2008.

PAULINO, E.T. **Soberania alimentar e campesinato**: disputas teóricas e territoriais. *Geografia – Ano. 17 – Nº 33*, p. 117-204, 2015.

PINA, R. Bayer compra Monsanto e tenta apagar história manchada da empresa. **Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do Mundo**. 06 jun.2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/06/06/bayer-compra-monsanto-e-tenta-apagar-historia-manchada-da-empresa/>. Acesso: 08/11/2018

PRESSE, F. Bayer anuncia o fim da marca Monsanto. **Globo.com, G1 Economia**, 04 jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/bayer-anuncia-o-fim-da-marca-monsanto.ghtml>. Acesso: 08/11/2018

PRIETO, G. F. T. Rentismo à brasileira: concentração fundiária e contra-reforma agrária no campo do século XXI. In VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, 2014, São Paulo: **Anais do VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales**. São Paulo: FFLCH – USP, 2014.

PRIETO, G. F. T. Rosa Luxemburg e a expansão imanente do capitalismo: destruição, resistência e recriação dos territórios e das relações não capitalistas. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 3, p. 812-829, dez. 2017. ISSN 2179-0892

RAFFESTIN, C. **Por Um geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIOS, R.O. **O PROJETO EDUCATIVO DA FUNDAÇÃO ODEBRECHT**: um estudo sobre seus fundamentos. 120 p. Dissertação (Mestrado de Geografia) – Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2016.

ROCHA, L. B. **A região cacauzeira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação**. Ilhéus: Editus, 2008.

SANTIAGO, Tereza. JESUS, Rubens. **AGROECOLOGIA: RESGATAR SOBERANIA!** [Mensagem pessoal] via e-mail recebido em 14 de abril de 2019.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 6 ed. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Recorte, 2001.

SANTOS, Tiago Rodrigues. **“CETA – nossa luta é justa e certa!”**: formação e territorialização do Movimento CETA (1994-2009). 120 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2010.

SCHIMITT, C. J.; GRISA, C. Agroecologia Mercados e Políticas Públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In. NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de.; VEZZANI, Fabiane Machado. (Org). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairos, 2013, p. 215 – 266.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, p. 213-238, 2008.

SILVA, Luciano. **SOBRE A VARIEDADE DE CULTURAS**. [Mensagem pessoal] recebida em 14 de abril de 2019.

SINDIIVEG – Sindicato Nacional da Indústria para Defesa de Vegetal: **Setor de defensivos agrícolas registra queda nas vendas em 2016**. São Paulo, 03 de abril de 2017. Disponível em: <http://sindiveg.org.br/sindiveg-setor-de-defensivos-agricolas-registra-queda-nas-vendas-em-2016/>. Acesso: 08/11/2018.

SLOW FOOD BRASIL. Página inicial. Disponível em: <http://www.slowfoodbrasil.com/>.

SDR. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Câmara técnica de agroecologia é criada para discutir proposta de lei estadual**. SDR, 21 de jan. 2016. Disponível em: <http://www.sdr.ba.gov.br/2016/01/662/Camara-Tecnica-de-Agroecologia-e-criada-para-discutir-proposta-de-lei-estadual.html>.

SDR. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Minuta da política de agroecologia é aprovada pelo CEDRS**. SDR, 07 de nov. 2016. Disponível em: <http://www.sdr.ba.gov.br/2016/11/1202/Minuta-da-politica-de-agroecologia-e-aprovada-pelo-CEDRS-.html>. Acesso: 16/01/2019.

SDR. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **FIDA confirma viabilidade do Subprojeto Ponto Novo e assina com o Governo da Bahia**. SDR, 30 de set. de 2016. Disponível em:

<http://www.sdr.ba.gov.br/2016/09/1149/Fida-confirma-viabilidade-do-Subprojeto-Ponto-Novo-e-assina-com-o-Governo-da-Bahia.html>. Acesso: 16/01/2019.

SDR. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Governo e FIDA inauguram a primeira agroindústria do Pró-Semiárido**. SDR, 19 de jul. de 2016. Disponível em: <http://www.sdr.ba.gov.br/2016/07/1022/Governo-e-Fida-inauguram-primeira-agroindustria-do-Pro-Semiarido.html>. Acesso: 16/01/2019.

VIA CAMPESINA (VC). **Declaração do Fórum Internacional de Agroecologia**. Mali, 2015. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/declaracion-del-foro-internacional-de-agroecologia/>.

APENDICE A

Questionário para o Núcleo Prático da Rede de Agroecologia Povos da Mata.

(23 de fevereiro de 2018)

Informações Gerais

1. Nome: _____
2. Sexo: Masculino () Feminino ()
3. Idade: _____
4. Possui a certificação orgânica participativa:
Sim () Não ()
5. Você se considera:
Camponês () Agricultor Familiar () Indígena () Quilombola () Outros ()
6. Qual é sua função na Rede de Agroecologia Povos da Mata?
Produtora/or () Coordenador/a e produtora/or () Técnica/o () Técnica/o e produtora/or () Cooperadora/or (consumidora/or) ()

Informações Econômicas

7. Qual é a área do terreno?

8. A terra que você trabalha é própria?

Sim () Não ()

9. Caso não seja, sob quais condições você trabalha na terra?

Parceiro () Meeiro () Arrendatário () Diarista () Outro

10. Quais são os alimentos que você produz?

11. O transporte que distribui os alimentos é próprio?

Sim () Não ()

Caso não seja, como esta sendo distribuído:

12. Onde os alimentos estão sendo vendidos?

Feiras Populares (com alimentos convencionais) () Feiras Agroecológicas ()
 Grandes mercados () Quais: _____.
 Mercados pequenos () Quais: _____.
 Para outras Redes de Agroecologia ()

13. Em quais municípios os alimentos são vendidos?

_____.

14. Compram produtos de outros lugares para revender?

Não () Sim ()
 Onde: _____

15. Existe ou existiu algum apoio financeiro para realizar a sua produção?

Sim () Quais: _____

Não () Como inicio sua produção:

_____.

16. A sua renda mudou depois que você entrou na Rede de Agroecologia Povos da Mata?

Não () Sim () De quanto para quanto: _____.

17. Com a aquisição do Selo Orgânico a sua renda mudou?

Não () Sim () De quanto para quanto: _____.

Informações Políticas

Relação Interna

18. Quais são as dificuldades que vocês têm com a produção, distribuição e venda dos alimentos?

_____.

19. É possível fazer o trabalho juntos com outras pessoas?

Sim () Porque?

Não () Porque?

_____.

20. Quais são os principais problemas discutidos nas reuniões de grupo do Núcleo?

21. Quais são os principais problemas e dificuldades discutidas nas reuniões do Núcleo?

22. Existe problemas de relacionamento com os outros Núcleos?

Não () Sim () Porque?

23. Existe alguma tensão interno que você queira me contar?

Relação Externa

24. Existem dificuldades de relação com o Estado (Governo, Prefeitura, Fiscalização)?

Não () Sim () Quais:

25. Existem conflitos com grandes proprietários de terra?

Não () Sim ()

Quais: _____.

26. Você tem problema com a posse/ propriedade da terra (INCRA OU outro)?

Não () Sim ()

Qual: _____.

27. Existe alguma tensão externa que queira me contar?

Informações de Nível Social

28. O que é agroecologia para você?

29. O que é produzir de forma agroecológica?

30. Qual é a importância que a Rede de Agroecologia Povos da Mata tem para você?

31. O que você entende por certificação orgânica participativa?

APÊNDICE B

Questionário para o mapeamento da Rede de Agroecologia Povos da Mata

(11 de janeiro de 2018)

1. Qual é o nome do núcleo?
2. Quantas agricultoras/es têm no núcleo?
3. Quantas/os possuem a certificação orgânica dos alimentos?
4. Quantos/as coordenadores/as possui este núcleo?
5. Quantos técnicos acompanham os trabalhos deste núcleo?
6. Quantos grupos de agricultoras/es possui esse núcleo?
7. Quais são os nomes dos grupos e em que município estão inseridos?
8. Saberá dizer quantos co-produtores/as e/ou consumidores/as possui este núcleo?
9. Existem povos originários e/ou remanescentes de quilombolas em seu núcleo?
Em que município e em que grupo?
10. Quantas feiras agroecológicas e estações possui o núcleo e em que município elas/e estão localizadas/os?

Esse núcleo possui agroindústria legalizada ou não legalizada, quantas são e o que beneficiam?

APENDICE C

Questionário para a entrevista com o Deputado Estadual Marcelino Galo

(17 de setembro de 2018)

- 1- Qual é o cenário da agroecologia no Brasil e quais são as principais dificuldades?
- 2- Como o Governo do Estado da Bahia tem tratado a questão da agroecologia?
- 3- Por que tamanha dificuldade em aprovar dos PL's, como: PL 21.273/2015, "que proíbe a comercialização de alguns agrotóxicos"; PL 21.274/2015 – "que dispõe sobre a pulverização dos agrotóxicos"; PL 21.317/2015, "que estabelece a obrigatoriedade de indicação expressa sobre o uso de agrotóxicos nos alimentos produzidos e comercializados no Estado da Bahia"; PL 21.916/2016, "que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica."?
- 4- Qual é o papel dos movimentos sociais na implementação destes Projetos Leis e no apoio da Agroecologia?
- 5- Para as camponesas e camponeses a institucionalização da agroecologia apresenta mais limites ou possibilidade?

APENDICE D

Questionário para a entrevista com Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

(30 de outubro de 2018)

1- O que é o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)?

- Qual o papel que desempenha na ONU?
- Qual é a relação que possui com a FAO?
- Como se organiza esta instituição?
- Existe relação com os movimentos sociais, como é feita?

2- De onde vem o recurso do FIDA?

3- Como acontece a relação do FIDA com o Governo do Estado da Bahia?

4- Existe algum programa ou projeto específico para a agroecologia sendo aplicado, ou em fase de elaboração, com o Governo do Estado da Bahia?

5- Quais são as principais dificuldades do FIDA no desenvolvimento dos seus projetos?

6- O FIDA trabalha desde 1978 no Brasil, forneceu mais de US\$18 bilhões, e beneficiou cerca de 462 milhões de pessoas. Atualmente possui um projeto na Bahia (Projeto Pro-semiárido) de US\$ 105,8 milhões que atinge 70.000 famílias. Assim:

- Quais são os resultados esperados pelo FIDA?
- Durante todos estes anos é possível dizer que a instituição contribuiu para a redução da pobreza?
- É possível dizer eu conseguiu elaborar uma metodologia transformadora, nesse sentido?